

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO JERÔNIMO:
CONFLITOS E CONTRASTES**

AMAURI DUARTE

Orientador: Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Maringá, 2004

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO JERÔNIMO:
CONFLITOS E CONTRASTES**

AMAURI DUARTE

Orientador: Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

D812p	Sobrenome, Nome Título / Iniciais autor. - Local : [s.n.], Ano. 99 f. : il. color., figs., tabs., retrs., mapas Orientador : Prof. Dr. nome do orientador. Dissertação (mestrado) - Departamento de . Universidade Estadual de Maringá, 2002. 1. Geografia humana - Brasil. 2. Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo - Movimentos sociais. 3. Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo - Conflitos sociais. 4. Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo - Geografia. 5. Política ambientalista - Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo. 6. Política energética - Usinas. I.Título. II. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá. CDD 21.ed.
-------	--

Zenaide Soares da Silva CRB/9 1307

AMAURI DUARTE

**PROJETO DA USINA HIDRELÉTRICA SÃO JERÔNIMO: CONFLITOS E
CONTRASTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental, do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

COMISSÃO EXAMINADORA

Maringá, _____ de _____ de 2004

DEDICATÓRIA

À Deus, minha esposa Roseli e meus filhos: Rômulo, Álvaro e Conrado, e, em especial, ao meu pai-avô, João Luiz, falecido em, dezembro de 2002.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Messias, Orientador e amigo de todas as etapas deste trabalho, viabilizado pela compatibilidade de pensamentos e estilo que envolveu ambos, mesmo nas horas em que houve dificuldades em se agendar colóquios, em virtude da distância e custos de deslocamentos que envolviam esses contatos.

A minha família, pela confiança, motivação e paciência nas horas difíceis por que passamos durante o curso.

Aos professores e colegas de Curso, pois juntos trilhamos uma etapa importante de nossas vidas.

Ao primo, amigo e colega de trabalho, Prof. Mestre, Wanderlei Sueiro, pela colaboração em algumas etapas deste trabalho, através de seus conhecimentos ortográficos.

Em especial ao meu avô, por ter me apoiado financeiramente e moralmente, e que, com muita hombridade enfrentou o período que antecedeu à sua morte em dezembro de 2002, me dando forças para continuar fazendo este trabalho.

DUARTE, Amauri. **Projeto da Usina Hidrelétrica São Jerônimo: conflitos e contrastes.** Dissertação (Mestrado em Geografia “Análise Ambiental”) - Universidade Estadual de Maringá, 2004.

RESUMO

A pesquisa se desenvolve no processo de implantação do “Projeto hidrelétrico Tibagi” na busca da identificação, avaliação e demonstração da evolução dos movimentos socioambientais nos cenários nacional e estadual referentes à construção de usinas hidrelétricas, para entender as razões que levam uma população, em sua maioria, a compactuar com degradações ambientais, apesar de todas as tentativas dos movimentos em inculcir os resultados impactantes, já constatados em construções de barragens anteriormente. Análises indicam que a crise da agricultura, atividade econômica predominante na região, teve um papel fundamental neste processo, face aos problemas de mecanização no campo, industrialização nos grandes centros e políticas agrícolas descomprometidas com o pequeno produtor rural por parte do estado em planos econômicos nas últimas décadas. Em consequência disso, valores ambientais, sociais e culturais são ignorados pela própria sociedade a ser atingida em nome do progresso e recuperação econômica da região, ainda que utópica e passageira. A cultura indígena, inserida dentro do processo de construção da UHE de São Jerônimo e suas dezenas de sítios arqueológicos, é colocada em segundo plano pelos representantes do estado, ou seja, pelas entidades que possuem a incumbência da União para protegê-los. Comprova-se que os responsáveis pelo projeto aproveitam-se da pobreza e falta de informação da população local, da passividade dos representantes da sociedade nos municípios atingidos e dos meios de comunicação e omissão das entidades de pesquisas, provocando uma enorme lacuna entre os resultados das análises e os atingidos. Ainda que, fisicamente, o reservatório UHE de São Jerônimo, seja viável, alguns impactos negativos foram desconsiderados pelo EIA/RIMA, segundo os movimentos, que sob a liderança do MAB (Movimentos dos Atingidos por Barragens), cobram mais participação, fiscalização e aplicação da lei nos rumos do Projeto, seja pela sociedade, ONGs e entidades públicas, respectivamente. Estes grupos socioambientais evoluíram sobremaneira dentro do cenário nacional, juntamente com o processo de globalização, forçando um aprimoramento nas Leis Ambientais e uma política mais comprometida e justa quando da construção de empreendimentos hidrelétricos no Brasil.

Palavras-chave: política energética; movimentos socioambientais; conscientização ecológica, educação ambiental.

ABSTRACT

The research is developed in the context of implantation of the “Tibagi hydroelectric project”, in search of identification, evolution and demonstration of environmentalist groups’ actuation in the process, in order to understand the reasons that lead a population, in its majority, to accept environmental degradation, in spite of the efforts done by environmentalist movements in the direction of people awareness of the negative consequences, dread seen in similar projects in the past. Analyses indicate that the agricultural crisis, being that the predominant economic activity in the region, has had a fundamental importance in this process, if we consider mechanization, industrialization and the lull of governmental politics. Directed to farmers of small rural properties in the last decades. In result, environmental, social and cultural values are ignored by the community to be reached in the name of progress and of the economic revival of the region, although a utopian and transitory progress. Indigenous culture, inserted in the process of the construction of the hydroelectric project in São Jerônimo, with its many archaeological locations, are not considered priority in the process. Even governmental organizations for Indian issues are not doing their role in the protection of these indigenous communities. It is confirmed that the firms in charge of the project take profits from locals’ poverty and lack of information, as well as from the local authorities’ passivity, besides the omission on the part of the media and research institutions. Although physically feasible, the construction of the waterworks in São Jerônimo represents some negative impacts on the local environment, which were disregarded by the EIA/RIMA, according to environmentalists. That is why these groups, on the leadership of MAB (waterworks victims movement), claim more participation, inspection and law enforcement by society and public institutions mainly. It is seen that environmentalist groups have developed a lot in a national level, together with the globalization process, leading to a refinement in the environmental legislation and to a more engaged politics in relation and to building of hydroelectric projects in Brazil.

Key-word: hydroelectric politics; environmental movements; ecological awareness; ecological education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS.....	22
Justificativa.....	23
Objetivos.....	23
Fundamentação teórico-metodológica.....	23
As estratégias de pesquisa.....	25
DESENVOLVIMENTO DA POLITICA ENERGÉTICA BRASILEIRA.....	26
Os responsáveis pelo setor de energético no Brasil e os “negócios” do século XXI.....	29
A CESP DENTRO DO CONTEXTO ENERGÉTICO BRASILEIRO E SUA ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO PARANAENSE.....	32
A política energética da CESP, e as lições a serem apreendidas e assimiladas.....	35
A ATUAÇÃO DA COPEL NO ESTADO DO PARANÁ.....	39
A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TIBAGÍ E OS PROJETOS DE BARRAGENS.....	48
O rio Tibagi.....	53
Os Projetos de barragens do rio Tibagi.....	56
A AGRICULTURA NO PARANÁ E “O PROJETO HIDRELETRICO TIBAGÍ”.....	63
A decadência do ciclo do algodão em Assai e microrregião.....	67

A EVOLUÇÃO DOS ENVOLVIDOS NA CONSTRUÇÃO DE UHEs, EM SUA ORGANIZAÇÃO, MANIFESTAÇÃO E MÉTODOS DE AÇÃO.....	73
O poder público e a falta de transparência.....	94
A atuação dos órgãos de assessoramento e as mudanças nos rumos do Movimento contrário à UHE de São Jerônimo.....	98
Os movimentos “combativos” no Paraná, referentes à UHEs.....	106
A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE INDÍGENA NO PROCESSO DE APROVAÇÃO DA UHE SÃO JERÔNIMO.....	110
A ATUAÇÃO DAS ONGs.....	119
A atuação das Ongs nas UHEs do Paraná.....	123
AS CONQUISTAS JUDICIAIS DOS MOVIMENTOS “COMBATIVOS” NO “PROJETO HIDRELÉTRICO TIBAGI”	126
A EVOLUÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS E DOS PARTIDOS POLITICOS DE ESQUERDA NO BRASIL E NO MUNDO.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
BIBLIOGRAFIA.....	149
ANEXOS.....	155

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

gráficos

Gráfico-1: Consumo de energia por região de influência no Paraná.....	45
Gráfico-2: Consumo de energia por setores de atividades no Paraná.....	46
Gráfico-3: Contrastes regionais entre produção e consumo de energia no Brasil.....	46
Gráfico-4: Estrutura fundiária na bacia do rio Tibagi.....	65
Gráfico-5: Os movimentos populares no Brasil e sua evolução.....	140

figuras

Figura-1: Hidrelétricas da COPEL em operação no Paraná.....	42
Figura-2: A bacia do rio Tibagi e previsão de construção das UHEs.....	49
Figura-3: Municípios, distritos e povoados envolvidos com a UHE São Jerônimo.....	51
Figura-4: Representação dos reservatórios das UHEs São Jerônimo, Cebolão e Jataizinho....	52
Figura-5: Representação dos projetos Hidrelétricos e sua localização.....	56
Figura-6: Trajeto da Usina e Reserva Indígena Apucarantina.....	60
Figura-7: Relações entre Homem X Natureza e Desenvolvimento “Sustentável”.....	143

fotos

Foto-1: Área do Alto Tibagi na região de Tibagi/Telêmaco Borba-PR.....	53
Foto-2: Área do Médio Tibagi na região de São Jerônimo da Serra/Ortigueira.....	54
Foto-3: Área do baixo Tibagi na região de Jataizinho/Ibiporã.....	54
Foto-4: Área do reservatório da UHE São Jerônimo em sua margem direita.....	59
Foto-5: Representação da UHE Apucarantina e estrutura de geração de energia.....	61
Foto-6: Área da UHE Apucarantina e projeção após a inundação do reservatório.....	61

Foto-7: Área da UHE Apucarantina (imag. sat.)	62
Foto-8: Área do município de Jataizinho (imag. sat.).....	64
Foto-9: Área do município de Ibiporã (imag. sat.).....	64
Foto-10:Área do município de Assai (imag. sat.).....	64
Foto-11:Área dos municípios de Londrina e Ibiporã (imag. sat).....	64
Foto-12:Área da UHE Cebolão (mun. Londrina/Assai) (imag. sat.).....	64
Foto-13:Área da UHE São Jerônimo (mun.Tamarana/S.J.da Serra) (imag. sat.).....	64
Foto-14:Máquina de beneficiamento de algodão “sucateada” em Assai-PR.....	68
Foto-15: Distrito de Pau D’alho do Sul, município de AssaiPR.....	68
Foto-16: Pequenas propriedades e maquinários “sucateados”	69
Foto-17: Avanço da monocultura canavieira na microrregião de Assai.....	70
Foto-18: Área da UHE São Jerônimo atualmente e após a inundação do reservatório.....	89
Foto-19: Situação das estradas de São Jerônimo da Serra até o distrito de Terra Nova.....	97
Foto-20: Distrito de Terra Nova.....	97
Foto-21: Área do reservatório composta por “pedra” e “mato”, segundo a população.....	99
Foto-22: Paisagem de perais na área adjacente à UHE São Jerônim.....	102
Foto-23: Área de ocupação territorial do reservatório da UHE São Jerônimo.....	112
Foto-24: Área indígena na cidade por ocasião da venda de seus artesanatos.....	114
Foto-25: Aldeia indígena sem infraestrutura e mendicância nas cidades.....	115

quadros

Quadro-1; Cronologia do desenvolvimento da política energética do Brasil , 1889/1980..	27/28
Quadro-2: A reestruturação do setor energético no Brasil – 1990/2002.....	29
Quadro-3: “negócios energéticos” no Brasil do “ano 2000”.....	30
Quadro-4: Fundamentos básicos para um SGA para sustentabilidade da COPEL-PR.....	41
Quadro-5: Usinas hidrelétricas da COPEL, listada de acordo com sua potência decrescente..	42
Quadro-6: Bacia hidrográfica do rio Tibagi: características gerais.....	49/50
Quadro-7: Características gerais dos municípios pesquisados na bacia do rio Tibagi.....	55
Quadro-8: Características da UHE Jataizinho (último aproveitamento do rio Tibagi).....	57
Quadro-9: Características da UHE Cebolão (2ª com maior possibilidade de aprovação).....	58

Quadro-10:Características da UHE São Jerônimo (maior % de implementação).....	59
Quadro-11: População ativa das cidades ligadas ao município da região de Assai.....	67
Quadro-12: Custos de produção das culturas de soja, milho e cana-de-açúcar.....	70
Quadro-13: IDHM dos municípios envolvidos na questão da UHE São Jerônimo.....	71
Quadro-14: Relato do topógrafo da THEMAG Engenharia e Gerenciamento LTDA.....	74
Quadro-15: Características dos movimentos envolvidos com a UHE São Jerônimo.....	75/76
Quadro-16: “O Santo, os Índios e o Rio”	77/78
Quadro-17: Aspectos positivos e negativos (segundo os envolvidos).....	78/79
Quadro-18: Manifesto com as razões contrárias à UHE São Jerônimo.....	86
Quadro-19: Índices de aprovação à UHE São Jerônimo.....	94
Quadro-20: Estratégias para mobilizações em São Jerônimo da Serra.....	105
Quadro-21: Relatório de negociações elaborado para a UHE Salto Caxias.....	108
Quadro-22: Ação Civil Pública no processo de aprovação da UHE São Jerônimo.....	128/129
Quadro-23: Termo de Referência no processo de embargo da UHE São Jerônimo.....	130
Quadro-24: Sentença determinando a suspensão do leilão da UHE São Jerônimo.....	131
Quadro-25: Parecer Técnico do IBAMA sobre a construção da UHE São Jerônimo.....	132/133
Quadro-26: A história e evolução dos movimentos socioambientais.....	137/138
Quadro-27: “Carta de Brasília” elaborada pelos movimentos socioambientais.....	139
Quadro-28: Fatos que marcaram o início dos movimentos socioambientais no Brasil.....	141
Quadro-29: Política energética do Brasil e conquistas socioambientais.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela-1: Oferta de energia no Brasil: 1970/1990.....	31
Tabela-2: Paraná, produção-consumo de energia no estado, 1980/2000.....	44
Tabela-3: Diferença entre a produção/consumo de energia no Paraná, 1980/2000.....	44

LISTA DE SIGLAS

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural
AMEPAR	Associação dos Municípios do Médio Paranapanema
AMUNOP	Associação dos Municípios do Norte do Paraná
ANAB	Associação Nacional dos Atingidos por Barragem
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APEART	Associação Projeto Educação Assalariado Temporário
APPN	Associação Paulista de Proteção à Natureza
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BELSA	Bandeirantes Eletricidade S/A
BID	Banco de Desenvolvimento Interamericano
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
CBA	Companhia Brasileira do Alumínio
CESP	Companhia Elétrica de São Paulo
CEPISA	Centrais Elétricas do Piauí S/A
CEMIG	Companhia Elétrica de Minas Gerais
CELUSA	Centrais Elétricas Urubupungá S/A
CELF	Centrais Elétricas Fluminense
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental-SP
CGT	Confederação Geral dos trabalhadores
CGE	Câmara de Gestão da crise de Energia
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco

CHERP	Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo
CIRM	Comissão Interministerial de Recursos do Mar
CIBACAP	Consórcio Intermunicipal da Bacia do Capivara-PR
CNPE	Conselho Nacional de Política energética
CNP	Conselho Nacional de Populações
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
COPATI	Consórcio para a Proteção Ambiental da bacia do Tibagi
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CONCLAT	Confederação Nacional das Classes trabalhadoras
CONAMA	Conselho Nacional do Meio ambiente
COMÉPA	Companhia de Melhoramentos de Paraibúna
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRME	Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico
CRAHRT	Comissão Regional Atingidos pela Hidrelétrica do Rio Tibagi
CRABI	Comissão dos Atingidos da Bacia do Iguaçu
CRAB	Comissão dos Atingidos por Barragens
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DASA	Destilaria Americana S/A
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROSUL	Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras S/A
EMATER	Empresa de Assistência Extensão Rural Terras
ENERGIPE	Empresa distribuidora de energia de Sergipe
ETA	Euskadi ta Askatazuna (Grupo Separatista Basco)
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental
FBCN	Fundação Brasileira para a conservação da Natureza
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IAP	Instituto Ambiental do Paraná

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBC/GERCA-DAC	Programa de Diversificação Econômica da Região Cafeeira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano por Município
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MAE	Mercado Atacadista de Energia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento dos Sem Terra
MW	Megawats
ONS	Operador Nacional de Sistemas
ONG AMBIENTAL-NP	Organização Não-Governamental Ambiental Norte do Paraná
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNB	Produto Nacional Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PROINFA	Programa de Incentivo às fontes Renováveis de Energia
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SALTE	(Saúde, Alimentação, Transportes e Energia)
SEMA´-PR	Secretaria do Meio Ambiente do Paraná
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERN	Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte
SGA	Sistema de Gerenciamento Ambiental
SISNAMA	Sistema nacional do Meio Ambiente
SURERSA	Superintendência de Desenvolvim. de Recursos Hídricos-PR
THEMAG ENGENHARIA	Empresa de Engenharia Consultiva - SP
UHE	Usina Hidrelétrica
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	Organização Educacional, Científica Cultural -Nações Unidas
USELPA	Usinas Elétricas do Paranapanema

As tentativas de crescimento econômico a qualquer custo levaram os agentes de gestão a intervir na natureza, explorando exaustivamente os recursos naturais e deteriorando a qualidade do meio ambiente. Como escreveu ALMEIDA, 1988:

“A noção de apropriação da natureza, implica numa manipulação da mesma, subordinada aos fins propostos por seu dominador, que, em primeira instância, é o homem. [...] Sabe-se que o desenvolvimento econômico e social, afeta o meio ambiente e por ele é afetado, [...] Onde está a lógica e a razão ao se caminhar para a destruição do meio ambiente, estando umbilicalmente dependente dele? [...]”

Na busca da independência humana “[...] a natureza deixou de ser o grande repositório, eternamente inesgotável, no qual o homem exauria indiscriminadamente a sua riqueza [...]” (BORHEIM, 1990). A sociedade humana evoluiu em função da energia como alavanca, em busca do seu crescimento econômico, mas esqueceu-se do desenvolvimento comum a todos os da sua espécie. Dessa maneira, a evolução da demanda de energia e as hostilidades aos atingidos por esse processo, nos lembrou o ato do *Mito de Prometeu*¹, e as conseqüências de seus atos em benefício dos homens, para equilibrar as forças entre os animais, já que o homem fazia parte dos mais fracos fisicamente. Mas essa evolução deu-se além de suas necessidades, exigindo a interferência de Zeus para salvá-los de seu “desenvolvimento” desastroso, fazendo com que o homem prevalecesse da política na busca do respeito e justiça na terra.

A partir da hidrelétrica de Itaipu, a sociedade brasileira tem observado crescente presença da questão das barragens, pois, a degradação do meio ambiente, por meio da construção de represas vem provocando grandes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais (WALDMAN, 1998), “[...] trata-se na verdade de uma transformação radical que se opera no ecossistema, substituindo-o por outro artificialmente construído [...]” (LA ROVERE, 1990). Em todos os casos, estiveram presentes o autoritarismo e o desrespeito ao meio ambiente, expressando o repúdio da sociedade por uma política de geração de energia que ameaça os mais legítimos interesses das populações envolvidas, apresentando às vezes “[...] lideranças carismáticas e bonapartismos”, (VIGEVANI, apud WALDMAN, 1998). As degradações ligadas às construções de barragens divulgadas através dos meios de comunicação de massa, veiculam, às vezes, através dos “ecologismos”, uma enxurrada de informações sem dados abrangentes que demonstre os prós e contras do empreendimento a

¹ Mito de Prometeu: pela mitologia grega, Prometeu recebeu a energia primitiva, o fogo, como meio de equilibrar as forças entre os animais, mas com esse artifício passou a reinar entre os seres e a lutar entre si e a degradar o meio em que vive, então, Zeus criou a arte da política para que os homens dialogassem em prol da justiça e igualdade entre eles. (Cf. N. ABBAGNANO e A. VISALBERGIO, História de la Pedagogia, p.89, apud SEMA-PR)

ser construído (ROSA, 1990). Os “movimentos combativos” (WALDMAN, 1998), afirmam que, apesar de todos os riscos apresentados à população, há grande participação dos atingidos em defesa da UHE que, segundo eles, se mostra degradante e desnecessário. A isonomia regional dentro do processo de crescimento econômico no Brasil é bastante conflitante, pois, “[...] enquanto os benefícios de eletricidade são distribuídos em nível nacional pela rede de transmissão, em nível local ficam apenas os impactos negativos [...]”, (LA ROVERE, 1990). Por outro lado, as propostas feitas por lideranças locais e responsáveis pela política energética do Estado oferecem soluções vagas para mitigar os efeitos das tecnologias usuais, procurando apropriar-se do discurso ecológico de um falso resultado de custos-benefícios, contendo interesses políticos e econômicos embutidos (ROHDE, 1998). Os *EIA/RIMAS*² dos projetos das UHEs: São Jerônimo e Cebolão apresentam esses fatores, especialmente por apresentar muitas discordâncias e visões diferenciadas sobre as verdadeiras viabilidades do projeto apresentado à população. Para Rohde “[...] o RIMA às vezes, apresenta caráter monetarista ao realizar uma soma algébrica entre benefícios sociais e custos ambientais, tornando-se muito discutível”. Foi indagado a algumas pessoas da região de abrangência sobre os procedimentos que precedem à construção de uma UHE e, se ouviram várias traduções, algumas bastante engraçadas, e tristes ao mesmo tempo, face à importância do fato. Dentre a população rural, a tradução do EIA/RIMA foi de uma espécie de estímulo para que um animal andasse mais rápido, do tipo “eia vamo!!!”. Em uma cidade da região, uma espécie de artifício na linguagem dos versos, “rima”. Esses fatos demonstraram o grau de conhecimento ambiental da população, face à carência econômica e instrucional da região.

Segundo os líderes dos movimentos, a nova Constituição Federal de 1988 elevou a proteção ambiental a preceito constitucional, gerando constituições estaduais e leis orgânicas municipais preocupadas em proteger, conservar e renovar seus recursos naturais (SENAI, 1994). Apesar de já estarem em vigor há muito tempo, no caso do “Projeto Hidrelétrico Tibagi” há uma alienação por parte da população a ser atingida em relação a

² O EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e RIMA (Relatório de Impactos Ambientais), só foi adotado na política energética brasileira há pouco tempo. Esses procedimentos surgiram em função de órgãos financiadores internacionais, que nos impuseram para a injeção de investimentos no setor. A lei nº 6.938/81, que estabelece a Política Nacional de Meio Ambiente, instituiu a avaliação de impacto ambiental como um de seus instrumentos, regulamentada pelo Decreto nº 88.351 de 01/06/1983, vinculando aos sistemas de licenciamento de atividades poluidoras ou modificadoras do meio ambiente, a cargo das entidades dos governos estaduais e, em casos especiais, da Secretaria Especial do meio Ambiente (SEMA). A resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986 do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) foi fixada para implementar as competências, responsabilidades, critérios técnicos, e diretrizes básicas, além de especificar as obrigatoriedades sujeitas a esses procedimentos. Nos parágrafos VI, VII e XI, da resolução CONAMA, estão especificados os itens relativos à geração de hidroeletricidade. A resolução nº 001 do CONAMA contém ainda, os elementos básicos dos estudos de impacto ambiental e da apresentação do Relatório de Impacto Ambiental. ROHDE, 1998.

esses direitos, que se mostre alheia às leis que a protege. Ou essa população, em especial, é diferenciada, ou então, “[...] nos tornamos um país de fatos consumados e contribuintes submissos”, (WALDMAN, 1998). Levando-se em conta os diferentes padrões econômicos e sociais das “regiões” estudadas, foi pertinente também, compreender que nestes casos “[...] o que pode ser racional para uma sociedade pode não ser para outra” (TOMMASI, 1993).

Os EIA/RIMAs omitiram os impactos de abrangência regional da bacia como um todo e apresentaram ações de compensação e mitigação apenas em nível local. Os movimentos alertaram para o fato de que, em empreendimentos anteriores, dentro do próprio estado do Paraná, nem mesmo o que foi projetado saiu de acordo com o original. Foram observadas, também, inúmeras falhas na sistematização dos mecanismos de intercâmbio de informações das organizações competentes, especialmente no tocante aos procedimentos tecnológicos e à legislação ambiental, já que foram detectadas por eles atitudes políticas suspeitas, onde “ecocapitalistas” “[...] que acreditam na economia de mercado como a única relação a regular eficientemente a relação homem/natureza”, (BOOKCHIN, apud WALDMAN, 1998) omitiram fatos que poderiam permitir uma melhor gestão dos recursos: nos seus custos, eficiências e na melhoria de eventuais situações nas quais fosse viável econômica e tecnicamente. Para ROHDE, 1992, “[...] na maioria das vezes a falta de monitoramento de informações ao público [...] os interesses políticos incutidos nas conclusões contidas nos EIAs/RIMAs, são apresentados constantemente na prática ambiental brasileira”. Esses fatos, segundo os movimentos contrários, se fizeram presente nos projetos como um todo, principalmente no que se refere à *biota*³, cujas realidades antagônicas vistas nas vegetações, climas, solos, altitudes e atividades econômicas foram demonstradas da mesma forma em toda a bacia. Para o MAB, houve falta de objetividade nas formas de conscientização sobre os direitos dos cidadãos, tendo em vista a ausência de educação sócio-ambiental nos currículos escolares.

Segundo MALHADAS, 2001.

[...] A educação envolve a integração transversal de três abordagens para a Educação Ambiental: “Educação no ambiente, (educação para a conscientização ambiental e sua interpretação), [...] Educação sobre o ambiente (educação para manejo ambiental), [...] e educação para o ambiente (educação para busca de soluções) [...]” (FIEN, apud MALHADAS, 2001).

³ É o conjunto das espécies animais, e vegetais de uma determinada região.

Para MORANDIS, 2000:

“A sociedade enfrenta hoje um dos mais importantes desafios. Não é possível ignorar a situação de ameaça à vida diante da tragédia ambiental e danos causados aos sistemas ambientais do planeta Terra. Isso exige educação, conhecimento da natureza e desenvolvimento de competências científicas, técnicas e políticas [...]”. “MORANDIS E GIL, 2000”

Por essas razões, são necessários planos de elaboração e desenvolvimento de esforços conjuntos envolvendo toda a sociedade, tendo a educação como sustentáculo desse processo visando a soma de forças contra as degradações ambientais causadas pela política energética do país.

Justificativa

A iniciativa da escolha do tema como pesquisa foi baseada nas singularidades regionais, heterogeneidade de aspectos culturais e econômicos, e nos antagonismos ideológicos existentes no processo de construção da UHE São Jerônimo. Essa particularidade regional aliada à atuação de movimentos socioambientais dentro do contexto energético brasileiro e a evolução da Legislação Ambiental formaram parâmetros, também singulares, incitando a curiosidade para com a pesquisa científica nessas relações.

Objetivos

Objetivo Geral

- Identificar o grau de atuação, evolução e influência dos movimentos socioambientais dentro das sociedades envolvidas com projetos hidrelétricos e modificações na Legislação Ambiental.

Objetivos específicos

- Identificar as razões ideológicas referentes aos impactos causados pelo projeto da UHE;
- Encontrar parâmetros entre o grau de desenvolvimento dos municípios próximos ao projeto hidroelétrico e as divergências sobre um mesmo tema;
- Detectar os avanços na consciência ambiental referente à construção de UHEs nos diferentes segmentos da sociedade.

Fundamentação teórico-metodológica

A geografia, desde os seus primórdios, preocupa-se com as questões da ocupação humana no espaço e sua influência na formação das paisagens. Mesmo quando o pensamento geográfico era baseado no naturalismo, estavam incutidas dentro dessa linha de pesquisa as modificações feitas pela ação antrópica, de forma menos enfática. Com o passar

do tempo, porém, esses fatos foram sendo mais relevantes, até porque a ação do homem começou a interferir de forma negativa em sua qualidade de vida.(MORAES, 1984)

O estudo locacional interferindo no regional fez com que as pesquisas se dessem de maneira globalizada a partir do século XX, fornecendo subsídios e parâmetros para que os países chamados de “Terceiro Mundo” se conscientizassem de que tinham um papel muito importante nas decisões sobre a sustentabilidade do meio ambiente e dos recursos naturais que lhes eram explorados pelos países de “Primeiro Mundo” (LA ROVERE, 1986). Por outro lado, “[...] é fácil demonstrar que os padrões de produção e de consumo dos países desenvolvidos são responsáveis pela maioria dos piores problemas de degradação ecológica de âmbito mundial” (MARTINE, 1996).

Os novos rumos do pensamento geográfico e conseqüentemente de toda a sociedade fez das ciências do meio ambiente uma grande arma em defesa dos ecossistemas, que se tornaram o foco da investigação científica a partir da década de 70 no Brasil do “milagre econômico” (MAIMOM, 1992). O processo de mudança comportamental das sociedades foi sendo assimilado de maneiras diferentes por períodos: econômicos, políticos e mudanças sociais diversos, lembrando-se que, “[...] os debates sobre o meio ambiente não devem se aprisionar em uma visão ingênua do mundo, sem estabelecer as necessárias relações com os graves problemas da humanidade, ressaltando a dignidade da vida humana para todos e a redução drástica das desigualdades econômicas entre os homens, classes sociais e nações”. (LA ROVERE, 1989).

A relação entre a população que será atingida pelo “Projeto Hidrelétrico Tibagi” e os fatos ocorridos dentro do contexto foram baseados no conceito de desenvolvimento sustentável, “[...] que implica na gestão de um estoque de recursos e de fatores a uma produtividade menos constante, numa ótica de equidade entre gerações de classes sociais diferenciadas e entre países [...] que implica em: recursos renováveis e não renováveis” (TOLMASQUIM, 1992).

As fontes bibliográficas previamente consultadas, serviram como base para um aprofundamento maior com relação à problemática enfatizada além de fornecer subsídios e compreensão dos problemas com fatos similares. (PASSOS, 2003; WALDMAN, 1998; ROSS, 1996; SILVA, 1995; VIANA, 1990; ANDRADE, 1998; STIPP, 1999; CUNHA & GUERRA, 2000; ROHDE, 1992/1998; DEAN, 1996; MEDRI et al, 2002; DIEGUES, 1996; e LIMA, 1995).

As estratégias de pesquisa

- Na análise do EIA/RIMA, como parâmetro para as pesquisas, procedeu-se à delimitação da área em estudo, levando em conta particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais de cada uma;
- Levantamento de materiais bibliográficos e documentos relacionados ao tema em questão, assim como dos meios práticos destinados à conscientização sobre o projeto na região e de seus veículos de divulgação;
- Levantamento junto às prefeituras dos municípios atingidos (Jataizinho, Assaí, Londrina, São Jerônimo da Serra, Tamarana, Curiúva, Sapopema e Ortigueira), Instituto Ambiental do Paraná, IBAMA e FUNAI, assim como demais envolvidos direta e indiretamente, como: proprietários rurais, políticos, cientistas, índios, poder público etc;
- Identificação dos eventuais impactos ambientais positivos e negativos através de pesquisas bibliográficas e de campo;
- Identificação, por intermédio de ofícios ou abordagens diretas, dos apoios diretos e indiretos designados ao assessoramento à população envolvida no projeto;
- Dentro do contexto sócio-cultural, foi procedido contato com lideranças das comunidades indígenas sob diferentes ângulos de visão;
- Focalização dos problemas da agricultura com os impactos diretos e indiretos, dentro e fora do Paraná, através de sindicatos dos trabalhadores rurais e patronais;
- Dentro do processo de conscientização, foi detectado o trabalho das ONGs com relação ao assessoramento ambiental em toda a bacia do rio Tibagi;
- Avaliação por meio de contatos com diversas entidades de pesquisas para detectar o critério usado nos meios de ligação entre as entidades e os envolvidos pela futura UHE;
- A verificação e análise dos fatos levantados através de contatos diretos visaram identificar as discordâncias de opiniões entre os impactos positivos e negativos apresentados pelos ambientalistas, movimentos sociais, técnicos em geral e a população.
- Comparação da evolução e mudanças nas Leis ambientais ligadas às pressões dos movimentos em sua trajetória.

O setor de energia elétrica no Brasil sofreu profundas transformações de natureza institucional entre os anos de 1930 e 1980. Com a decretação do Código das Águas, em 1934, porém, teve início uma reordenação institucional a que se seguiu um processo de estatização das atividades de produção de energia elétrica, sob a liderança da empresa pública. O setor público apresentava extraordinário movimento de expansão nesse período, em consequência disso conduziu o setor a graves impasses na relação Estado-empresa pública.

POLITICA ENERGÉTICA DO BRASIL

- Período da Republica velha (1889-1930), a economia brasileira permanecera basicamente voltada para as atividades agro-exportadoras,
- 1920/1930-nas primeiras décadas deste século, o setor energético do Brasil encontrava-se amplamente dominado por empresas estrangeiras.
- 1924-1925- prolongada estiagem que se abateu sobre a região Sudeste, exigindo medidas de racionamento, que se acelerou com a crise econômica internacional.
- Outubro de 1929, a crise da bolsa de valores de nova York atingiu de forma imediata o núcleo da economia brasileira.
- 1934 -início da reorganização institucional e estatização das atividades de produção de energia elétrica.
- Início da década de 1930, intervenção do estado no setor energético. Ao longo de 1930, as criticas se acirram contra os efeitos do monopólio exercidos pelas concessionárias estrangeiras.
- Em fevereiro de 1931 foi criada a comissão legislativa (decreto 19.684 de 10.02.1931), com uma 10ª subcomissão responsável pelo anteprojeto do Código de Águas.
- 1933- Anteprojeto do código de águas sofreu muita influência da legislação norte-americana. os principais defensores da regulamentação do Código atuavam no eixo Rio-São Paulo, área de concessão do grupo Light.
- 1945- Estado Novo, constituição da Companhia Hidrelétrica de São Francisco-Chesf, pelo Decreto-Lei 8.031, de 03.10.1945
- Em 1948, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica- CNAEE viu-se na contingência de decretar medidas de racionamento ao longo de todo o período.
- Em 1950(Lei 1.102, de 18/05/1950) no Governo Dutra, implantação do plano Salte (Saúde, Alimentação, Transportes e energia), sancionado pelo Congresso Nacional, que definiu um programa de obras públicas nos setores mais críticos do país. Os investimentos no setor de energia totalizavam quase 60% de todos os investimentos do estado.
- 1951, no segundo governo de Vargas, rompimento das negociações na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. O projeto da usina de Paulo Afonso, com o aproveitamento integral a inscrevia entre as maiores centrais geradoras do país, significando a ruptura da unidade, até então em mãos das empresas privadas estrangeiras
- Julho de 1953, aprovação do projeto de criação da Petrobrás pelo Congresso Nacional, instituindo o monopólio estatal do petróleo, com isso, o governo norte-americano decidiu romper as negociações com o Brasil.
- Em abril de 1954 foi encaminhado o projeto de lei 4.277/54, contendo o Plano Nacional de eletrificação, e o projeto de lei 4.280/54, autorizando a União a constituir a empresa: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS).
- De 1954 a 1956, O período que se estendeu da morte de Getúlio Vargas à posse Juscelino Kubitschek, caracterizou-se pela instabilidade do quadro político-institucional e uma demanda de energia acima das expectativas.
- Em 1957, no processo de criação da Eletrobrás, seguimentos dentro do governo se Nacional da indústria mais uma vez manifestaram-se contrárias à criação da Eletrobrás.

-Década de 1960 o setor público apresentava extraordinário movimento de expansão na área de energia elétrica. Em 22 de julho de 1960 JK sancionava a Lei 3.782, que criou o Ministério das Minas e Energia, incorporando o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e a Divisão de Águas, do Ministério da Agricultura, e as empresas federais de energia elétrica.

-Em 1961 são criadas várias centrais elétricas estaduais: as Centrais Elétricas de Urubupungá-Celusa, e a Bandeirantes Eletricidade-Belsa, empresas constituídas com recursos do Estado de São Paulo, a Companhia de Serviços Elétricos do Rio Grande do Norte-Sern, e a Empresa Distribuidora de Energia em Sergipe-Energipe.

-Em 1962, finalmente, o Congresso nacional aprovaria a criação das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás), pela Lei 3.890-A, de 25 de abril de 1961. Surgiam a Centrais Elétricas do Piauí-Cepisa e a Centrais Elétricas Fluminenses-Celf. (primeiras centrais elétricas estaduais).

-Em 1962, destacou-se a Canambra Engineering Consultants Limited. Essa empresa recomendou a expansão cada vez mais distante dos centros econômicos do país, no caso Rio e São Paulo.

-Em 1963, funcionamento de Furnas, entraria em operação amenizando os efeitos do rigoroso racionamento de energia elétrica na região sudeste.

-Em 1963, as concessionárias estaduais das regiões sul e sudeste já detinham quase 28% da capacidade energética instalada em seus espaços.

-Após o movimento de 64, processou-se uma grande reestruturação no setor de energia elétrica, com a Lei 4.904, de 17.12.1965, a Divisão de Águas do Departamento Nacional de Produção Mineral se transformou em Departamento Nacional de Águas e Energia-DNAEE, vinculado ao Ministério de Minas e Energia-MME.

-Em 1968, foi criada a Centrais Elétricas do Sul do Brasil-ELETROSUL, como subsidiária da Eletrobrás nessa região.

-A partir de 1969 estabeleceu-se a estrutura básica da administração federal de eletricidade, que se manteve até meados da década de 1990. Com o Decreto- Lei 6889, de 18.07.1969, extinguiu-se o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica-CNAEE.

-A partir de 1972, o processo de expansão do holding federal-Eletrobrás avançou mais um passo com a criação da: Centrais Elétricas do Norte do Brasil-ELETRONORTE.

-Em 1973, consolidação da Eletrobrás, com a assinatura do Tratado de Itaipu, o maior empreendimento do gênero no mundo.

-Em 1974, o governo federal implantou o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que previa a aceleração e expansão da infra-estrutura energética. O crescimento energético passa a apoiar-se, nos empréstimos externos, iniciando um processo de endividamento e retrocesso no setor de energia elétrica. São criados: “Plano 90” e “plano 95”, iniciando a reestruturação e investimentos no setor de energia no Brasil.

-Em 1980, a Eletrobrás iniciou a elaboração do Plano 2000, Tal processo desenvolveu-se paralelamente à fase de notável crescimento das empresas coligadas, de propriedade dos governos estaduais, como a Cesp, a Cemig e a Copel, entre outras.

-“Plano 90”, programação para desenvolver o potencial energético do Brasil para as décadas de 1970/1990. Além de Itaipu, previa-se a implantação de: Tucuruí (Tocantins); Itaparica, Sobradinho e Paulo Afonso IV(São Francisco); Ilha Grande, Itumbiara, Emborcação e Porto Primavera (região Sudeste); Salto Santiago, Foz do Areia (região sul).

-“Plano 95”: Baseou-se num ritmo de crescimento de acordo com o PIB do país, apontando para uma taxa de crescimento de 6 a 7% a. a. no período de 1970/1995, projetando taxas para o crescimento do consumo de energia elétrica de 12% a.a..

-O “Plano 2000”, elaborado na década de 1970, foi o mais abrangente plano de expansão de setor de energia elétrica, abordando os sistemas elétricos regionais em seu conjunto e incorporando outros, como: a dimensão dos investimentos, o grave quadro de estrangulamento econômico-financeiro do país, em geral, e do setor de energia elétrica em particular. Sua abrangência comprometeu as diretrizes de longo prazo, sendo responsável pela extrema dependência, do capital estrangeiro.

Quadro.1 - Cronologia do desenvolvimento da política energética do Brasil-1889/2000

Fonte: Lima, José Luiz; Política de Governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica: do Código das Águas à crise dos anos 80 – Rio de Janeiro; Memória da Eletricidade, 1995.

Os responsáveis pelo setor energético no Brasil e os “negócios” do século XXI

O Código das Águas, instituído pelo Decreto nº 24.643, de 10/07/1934, em seu livro III, Forças Hidráulicas, já estabelecia entre várias cláusulas que as concessões cedidas à exploração dos recursos hidráulicos no Brasil seria conferida exclusivamente a brasileiros e a empresas organizadas no país. A partir deste contexto, o Brasil se modernizou e ingressou no mundo “civilizado”,(LIMA, 1995) sofrendo grandes mudanças estruturais em seu território e, a exemplo de outros segmentos, o setor de energia elétrica no Brasil também passou por um processo de reestruturação, face, a dependência do crescimento industrial atrelado à energia hidrelétrica.

Mudanças institucionais no setor energético brasileiro

-Até o ano de 1993, reestruturação do setor energético brasileiro sustentou-se na Constituição Federal de 1988

-A partir de 1995, com a edição das Leis de Concessões (n.ºs. 8987 e 9074), é aprovado o Programa Nacional de Desestatização (PND) e a extensão para os Programas Estaduais de Desestatização (PEDs),

-Em 1996 ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), foi criada Pela Lei 9427, e teve início a consolidação de uma nova postura do Estado, que passou a ser o formulador, regulador e fiscalizador das políticas do setor. O Ministério das Minas e Energia (MME) promove uma ampla reforma do setor elétrico, gerenciado: 1-pelo regime concorrencial entre as empresas; 2 -pela garantia ao livre acesso a rede; 3-pela instituição de entidades especializadas, que zelam pelo bom funcionamento do sistema; 4 -pela reestruturação da participação do governo, que exerce o papel de indutor dos investimentos e de gerenciador, regulamentador e regulador da operação do setor.

-Em Agosto de 1998 a ANEEL fica responsável pela regulamentação, fiscalização e equilíbrio nas relações entre os agentes do setor elétrico, o NOS (Operador Nacional de Sistemas), e foi criado o MAE (Mercado Atacadista de Energia), que iniciou suas operações em setembro de 2000.

-Em 2000, o Brasil já contém um mercado da ordem de 48 milhões de consumidores de energia elétrica que consumiram 305,6 GW/h, com a maioria do consumo centralizado na região Sudeste.

-Em 2001, em razão da crise de suprimento de energia elétrica vivida pelo País, é criado a Câmara de Gestão da crise de Energia elétrica (CGE), Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico (CRMSE).

-A partir de fevereiro de 2002, a ANEEL pela medida provisória nº29, autorizou uma reformulação do MAE, criando novas regras e níveis de atuação para as entidades responsáveis pelo setor energético

-A partir de março de 2002, a ANEEL, pela Resolução nº 73, colocou em consulta pública a regulamentação dos leilões do potencial energético no Brasil e as transações de compra e venda de energia elétrica do “spot market” (negócios realizados com pagamento à vista e pronta entrega da mercadoria, em oposição aos mercados a futuro e a termo)

Quadro.2 - Reestruturação do setor energético do Brasil-1990/2002.

Fonte: a ELETROBRÁS e ANEEL, disponível em; <<http://www.eletrabras.gov.br>>. <<http://www.infraestruturabrasil.gov.br>>. Acesso em 20/04/2002, 22:00 hs.); *(Sandroni, P. (org), “Novo Dicionário de Economia”, 4ªed. São Paulo, Best Seller, 1994.

Os movimentos alertam sobre o grande “negócio” energético praticado no Brasil sob o pretexto de desenvolvimento econômico, e sem conotações sociais e ambientais. O setor energético se torna o “grande negócio” do momento no país, face às prerrogativas de crescimento em médio e longo prazo, sendo altamente lucrativo o investimento no setor.

Leilões e concessões

-Em novembro de 2001, a ANEEL promoveu mais um leilão de hidrelétricas, que gerou ao Tesouro brasileiro a arrecadação de R\$ 257,4 milhões, considerando apenas o valor mínimo, com ágio atingindo a marca de mais de 2000% [...] O volume de investimentos para construção das usinas foi de R\$ 4,8 bilhões e a arrecadação ao Tesouro (passaria de R\$ 257,4 milhões)

-Empresas geradoras e industriais, arrematam as usinas, visando ampliar escala, aumentar eficiência energética e garantir segurança logística e presença nesses locais. 1- Empresas fornecedoras: Tractebel Sul, Cemig, DM Energética, Copel, Duque Energia do Sudeste e Companhia de Força e Luz Cataguazes Leopoldina. 2- Empresas construtoras : Logos Engenharia, Construtora Queiroz Galvão, Enterpa Engenharia, Construtora Triunfo, Ivaí Engenharia, Construtora Metropolitana, Mendes Júnior, Engevix e Ecomind. 3-Empresas consumidoras participantes nos consórcios: Votorantim, Alcoa, Brascan, Camargo Corrêa Cimentos, Alcan e Companhia Vale do Rio Doce, (localizadas no Sudeste, ou possuíam suas sedes nesta região)

-Em 2002, a ANEEL já previa a licitação de mais onze usinas para o próximo ano, as novas usinas seriam construídas em: Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. Três das UHEs projetadas entrariam em operação até 2006, quatro até 2007 e uma até 2008: a usina de Traíra II, no rio Sauçuí-Grande, em Minas Gerais; duas, do Complexo Açú/Barra dos Coqueiros, no Rio Claro; a usina de salto e Salto do Verdinho, no Rio Verde em Goiás; a São Domingos, Rio Verde, no Mato Grosso do Sul; a Olhos D'água, Rio Corrente, em Goiás, e a usina de Estreito, no Rio Tocantins.

-Entre os grupos vitoriosos, nesses “negócios” energéticos em 2002, estavam cinco países representados: Brasil, Bélgica, EUA, Inglaterra e Canadá

Quadro.3 - “Negócios energéticos no Brasil do ano 2000”.

Fonte: Disponível em: <<http://www.infraestruturabrasil.gov.br>>. Acesso em 20/04/2002, 23:h.

A intensa evolução da política energética brasileira, seguiu o consumo dos países industrializados a partir da década de 1970. O Brasil com certeza “[...] eleito como a maior fonte de hidroeletricidade entre os países sul-americanos [...] deve atingir o consumo per capita entre 2,5 a 3,0 tEP nos próximos 20 anos”, (GOLDEMBERG,1998 apud LIMA, 1995). Alguns analistas advertem que os descasos ao *clímax*⁴ do meio ambiente, vindo dos países do primeiro mundo, em nome do crescimento econômico são visíveis dentro do contexto degradativo dos países subdesenvolvidos.

⁴ O conceito de *clímax*, ou de equilíbrio climático, é a base de toda a interpretação ecológica quando se trata de caracterizar a dinâmica dos meios naturais [...] ele representa para nosso meio natural no sentido mais estreito do termo, o ambiente ecológico “primário” não modificado pelo homem. PASSOS, 2003.

“Cabe aos países em desenvolvimento, como o Brasil, evitar o mimetismo com relação à sociedade de consumo do “norte” desenvolvido com sua “poluição do desperdício” e a inevitável “poluição da pobreza” da maioria da população. “Cabe ao Brasil não continuar a perseguir seus sábios e a celebrar suas mediocridades, pois as mediocridades detestam as ciências, e os interesses econômicos estão destruindo os valores e a riqueza do Brasil”. (Augusto Ruschi⁵ naturalista e defensor, especialmente da mata Atlântica no período de ditadura na década de 1970, no Espírito Santo, (DEAN, 1996).

A partir do momento em que é observado um desequilíbrio entre as reais necessidades de consumo de energia dentro de um país e a sua produção em nível intra-regional, cabe questionamentos e planejamentos mais bem elaborados para que se obtenha um desenvolvimento de maneira mais sustentado.

Tabela.1 - Oferta de energia no Brasil: 1970/1990, medidos em tEP.(Mtep - %)

	1970		1980		1990	
	Mtep	%	Mtep	%	Mtep	%
Petróleo	24,7	33,4	54,3	39,0	55,6	29,9
Gás natural	0,2	0,3	1,1	0,8	4,0	2,2
Carvão mineral	2,4	3,2	5,8	4,2	9,3	5,0
Energia nuclear	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,3
Total ñ/ renovável	27,3	36,9	61,2	44,0	69,5	37,4
E. hidroelétrica	11,5	15,5	37,3	26,8	67,3	36,2
Lenha	31,5	42,6	30,7	22,0	28,4	15,3
Cana-de -açúcar	3,5	4,7	9,0	6,5	18,7	10,0
Outras	0,2	0,3	1,0	0,7	2,0	1,1
Total renovável	46,7	63,1	78,0	56,0	116,4	62,6
TOTAL GERAL	74,0	100,0	139,2	100,0	185,9	100,0

tep; tonelada equivalente de petróleo

Mtep= milhões de toneladas equivalentes de petróleo.

Coefficiente de equivalência utilizado para a energia hidroelétrica; (1 Mwh= 0,29 tep)

Fonte: MME (Ministério de Minas e Energia); “balanço Energético Nacional”,1996

⁵ Augusto Ruschi era descendente de italianos, filho de agrimensor, ele próprio formado em direito e agronomia. Em 1940, com seus próprios recursos, adquiriu uma faixa de floresta no município de Nova Lombardia-ES, e em 1953 doou-a obrigando o governo a adquirir uma faixa adicional para acrescentar à reserva. Em 1970, Ruschi incitou uma campanha contra a companhia Vale do Rio Doce, de propriedade federal, que pretendia adquirir seus dormentes da Mata Atlântica, para construir uma via férrea de bitola mais larga. “Espero que o Brasil não continue a perseguir seus sábios e a celebrar suas mediocridades”, Ruschi, in DEAN, 1996.

**A CESP DENTRO DO CONTEXTO ENERGÉTICO BRASILEIRO E SUA
ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO PARANAENSE**

A atuação fortalecida e vitoriosa dos movimentos relacionados aos projetos de barragens no Rio Tibagi, é um fato que determina ações dos paranaenses há muito tempo, com manifestações importantes dentro e fora do estado. Essas ações demonstram uma grande capacidade crítica de sua população, fazendo com que as várias empresas do setor mudassem suas atitudes em relação aos projetos originais de alguns empreendimentos hidrelétricos considerados impactantes. Atualmente, as empresas ligadas ao setor energético do Brasil não gozam de liberdade de ação na construção de pólos de exploração de energia graças ao desempenho globalizado dos movimentos socioambientais originados no Paraná.

A construção da UHE Canoas, provocou grandes manifestações, principalmente no Norte Pioneiro paranaense, sendo seus construtores obrigados a rever alguns pontos do projeto inicial de seus empreendimentos. Através das populações dos municípios de Andirá, Cambará e Itambaracá, a CESP⁶ recebeu uma grande lição por parte da sociedade paranaense que, através do diálogo e pressões populares, conseguiu várias mudanças no projeto original. A população dessa região começou a reação em favor das negociações com os impactos das *usinas de Canoas I e II*⁷ questionando o fato de que a CESP reservava ao Paraná o ônus da UHE, sendo que por outro lado, a estatal paulista reservava os benefícios aos municípios paulistas. Os manifestantes lembraram à companhia que naquele momento já havia terminado a “ditadura das hidrelétricas”, alusão às conseqüências deixadas com a construção das hidrelétricas anteriormente, principalmente Itaipu. Lembrando que os projetos saíam das planilhas dos engenheiros das poderosas companhias, avalizadas pelo governo federal, sem qualquer abertura para reações populares.

Aproveitando-se desse momento político, as autoridades paranaenses começaram a questionar o governo paulista, criando um conflito interestadual. Os manifestantes afirmaram, naquele momento que o confronto das autoridades paranaenses com o governo paulista demonstrava que o Paraná estava cansado de ter seu território como, “o

⁶ A CESP foi constituída, em 5 de dezembro de 1966, como Centrais Elétricas de São Paulo a partir da fusão de 11 empresas de energia elétrica, eram elas: Usinas Elétricas do Paranapanema (Uselpa), Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo (Cherp), Centrais Elétricas de Urubupungá (Celusa), Bandeirante de Eletricidade e Companhia Melhoramentos de Paraibuna (Comepa). A CESP, explora o potencial da bacia do rio Paranapanema desde 1958, com a construção da barragem de Salto Grande; em 1962, Jurumirim; em 1970, Xavantes; em 1988, Rosana; em 1990, Taquaruçú; e em obras em 1999, Canoas I e II.

⁷ Canoas I e II, foi construída pela CESP, e pertencia a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema. Essa empresa foi privatizada pela CESP, cujo leilão na Bovespa, ocorreu em 28 de julho de 1999, sendo transferida para a CBA (Companhia Brasileira de Alumínio) do grupo Votorantim, do empresário Antonio Hermírio de Moraes. Disponível em: <<http://www.cesp.com>>. e <<http://www.uselpa.com.br>>. Acesso em: 05/01/2004, 22:00 hs.

quintal de São Paulo”, palavras do Governador Álvaro Dias, na época. Após as manifestações, o fato ganhou corpo na mídia e também apoio do partido da oposição (PT), por intermédio do governo Lula, em 2003. Com essas adesões, as populações da região conseguiram uma revisão nos EIA/RIMAs, pois do projeto inicial, que previa o alagamento de uma área de 7 mil alqueires, passou para 3 mil e depois definitivamente para pouco mais de mil alqueires. As negociações assinadas posteriormente pela CESP e os municípios constavam que, se houvesse a transgressão de um dos itens elaborados, qualquer cidadão atingido poderia recorrer à justiça com o objetivo de embargar a obra. Nestas circunstâncias, diante da possibilidade de construção de várias hidrelétricas no Paraná por parte da COPEL, naquela época, os líderes comunitários já se pronunciaram: “A nossa vitória, é uma das razões porque outros municípios a serem atingidos por barragens devam se mobilizar, pois, impedir as obras, pode parecer difícil, mas com a mobilização popular é possível pelo menos minimizar os danos, e nesse aspecto o Norte Pioneiro deixa um grande exemplo a ser seguido”.⁸

Uma outra manifestação contra a CESP, também no Norte Pioneiro, surgiu em 1999, através dos munícipes de Jacarezinho e Ribeirão Claro, quando a ANNEL recebeu do IBAMA a licença para a licitação das obras das usinas de Ourinhos. Segundo os manifestantes, o RIMA, apesar de ter sido concluído em 1995, só foi apresentado em audiência pública em 1998, e as prefeituras não foram consultadas por ocasião do EIA. Os manifestantes afirmaram que queriam evitar problemas semelhantes aos da usina de Xavantes para os paranaenses.⁹ De acordo com a CESP, a partir do início da década de 1990, ela como a maior detentora do monopólio energético da região Sudeste, procurou desenvolver, conjuntamente com outras entidades, atividades que têm por objetivo minimizar os impactos causados pela construção de seus empreendimentos, com o objetivo de promover a conservação ambiental dos ecossistemas em toda a área de influência direta e indiretamente afetada e atender às exigências da *legislação ambiental vigente*¹⁰, bem como dos órgãos ambientais licenciadores.

Para as UHEs Ilha Solteira e Eng. Souza Dias, estariam sendo providenciados os licenciamentos ambientais em conformidade com a Resolução CONAMA

⁸ Benedito Francisquini, FOLHA DE LONDRINA, 7 de maio de 1991, pg. 9.

⁹ GAZETA DO POVO, Curitiba, 7 de março de 1999, pg. 22.

¹⁰ A CESP informou em seus relatórios que dos seis empreendimentos construídos até 2001, quatro, foram implantados anteriormente ao surgimento da legislação ambiental, em 1986: UHEs Ilha Solteira, Eng. Souza Dias, Paraibuna e Jaguari. Os outros dois, UHEs Eng. Sérgio Motta e Três Irmãos, foram licenciados de acordo com o previsto na atual legislação.

006/87 e Termo de Referência elaborado pelo IBAMA. Assim, os estudos de caracterização ambiental da UHE Eng. Souza Dias e da UHE Ilha Solteira, seriam analisados pela entidade, que decidiria sobre a necessidade de adoção de medidas ambientais complementares às já realizadas. As UHEs Jaguari e Paraibuna foram “dispensadas”¹¹ de licenciamento pela Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo.

No caso das UHEs Eng. Sérgio Motta e Três Irmãos, os programas ambientais implantados ou em implantação são decorrentes de Estudos de Impacto Ambiental, constituindo, assim, compromissos assumidos pela empresa que resultam na obrigatoriedade legal de sua execução para a obtenção e manutenção das licenças ambientais necessárias à operação dos empreendimentos.

Relatórios da CESP, em 2002, constam que a entidade tem atendido aos órgãos licenciadores, IBAMA, Secretarias de Meio Ambiente de São Paulo e Mato Grosso do Sul, CETESB (Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental-SP), além do Ministério Público Federal e dos Estados, no que se refere ao pedido de informações, cumprimento de exigências e apresentação de justificativas relacionadas às atividades ambientais e ao processo de licenciamento, mas para os movimentos socioambientais, as ações corporativistas, dentro do setor, deixam transparecer apenas aquilo que não dá margem a questionamentos. Na tentativa de diminuir as pressões e elevar o grau de credibilidade junto à sociedade, em 2001 a CESP deu início aos trabalhos para implantação do SGA-Sistema de Gerenciamento Ambiental, em direção à obtenção da certificação pela norma ISO 14001, que estabelece um padrão de gerenciamento das atividades empresariais da CESP, assegurando que os princípios de conservação ambiental estarão presentes em todas as fases de seus empreendimentos.¹²

A política energética da CESP , e as lições a serem apreendidas e assimiladas

¹¹ A “dispensa” de licenciamento ambiental citada pela CESP é questionada pelos movimentos (MAB), sabedores de que nenhum empreendimento que explore recursos naturais pode ficar sem o monitoramento das entidades ambientais competentes para tal, de acordo com o Decreto Lei nº 99.274, de 06 de junho de 1990, que trata no seu Título I – “Da execução da Política Nacional de Meio Ambiente”, no Capítulo IV - “Do Licenciamento das Atividades”:

“Art. 17- A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimento de atividades utilizadas de recursos ambientais [...] dependerão de prévio licenciamento do órgão estadual competente”.

¹² Disponível em: <[http:// www.cesp.gov.br](http://www.cesp.gov.br)>. Acesso em 22/05/2002, 23:00 h.

A CESP, em sua escalada dentro do setor energético brasileiro produziu grandes impactos. A UHE Rosana, como exemplo, tem ligação direta com os problemas que

envolvem o *Morro do Diabo*¹³. O Parque da reserva foi aberto ao público, numa tentativa do governo em amenizar os impactos da Usina de Rosana sobre o Parque, que subtraiu mais de 30km quadrados (DEAN, 1996), demonstrando que as obras mitigatórias feitas compensavam os “estragos” “necessários” provocados pelo reservatório, tentando demonstrar que a reserva já poderia estar destruída, não fosse a construção da própria UHE de Rosana. Segundo o senso comum, entre os envolvidos pelas obras das barragens na região de *Porto Primavera*¹⁴ e *Rosana*¹⁵, “quando a CESP chega, as cidades crescem, mas quando sai, as cidades entram em declínio”. Esse fato é visível, face à grandiosidade das obras mitigatórias e compensatórias na região, mas também se percebe que há a ausência de perspectivas de sustentabilidade para a população que acreditou na impulsão dada pela construção das UHEs.

Visualizando os impactos já estudados e os que poderão vir a surtir efeitos problemáticos no futuro, tem-se uma idéia de que, se na época da análise e aprovação do projeto da UHE Porto Primavera, os movimentos combativos, principalmente por parte do MAB, tivessem a influência e conhecimento das conseqüências do projeto, a UHE não teria sido construída nos moldes como foi projetada e executada. O grande lago artificial de Porto Primavera avança por, aproximadamente, 250 km acima de sua barragem que, devido a sua localização em áreas de planícies nesta área, ultrapassa 20 km de largura na altura de Nova Porto XV, na divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul. Os impactos causados por esse empreendimento apresentam agravantes visíveis, entre eles: localização em imensa planície; inundação de uma imensa área de pecuária de várzea; inundação contrastante entre o território matogrossense e paulista; e prejuízos para a grande área produtora de grãos atualmente, já que na época não se cogitava esse potencial. O Mato Grosso do Sul, atualmente, já reivindica as compensações que na época da construção da usina de Porto Primavera não foram levadas em

¹³ Morro do Diabo -criação- 1941, para fins de conservação, pelo Decreto nº25.342, de 06/1986, passando a categoria de Parque Estadual. -gerenciamento atual- Instituto Florestal/Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo. -localização- Extremo Oeste do estado de São Paulo a 680 Km da capital no município de Teodoro Sampaio. Acesso pela rodovia SPV 28, no Km 11.

¹⁴ A Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, também chamada de Usina Porto Primavera, será a segunda maior hidrelétrica do Estado de São Paulo. Está localizada no Rio Paraná, 28 km a montante da confluência com o Rio Paranapanema.

¹⁵ A Usina Hidrelétrica de Rosana é situada no baixo paranapanema, foi construída pela CESP, com início dos anos 80, quando fazia parte das Usinas Elétricas do Paranapanema (USELPA) e privatizada em 1998.

conta, em virtude do pouco desenvolvimento daquela região. O governo de São Paulo apresentou na época uma expectativa de desenvolvimento para a região, mas essa espera foi sendo transformada em problemas para o estado de MS, que hoje move diversos processos contra a CESP, com o intuito de recuperar parte dos prejuízos causados pelo reservatório da UHE. A supremacia de São Paulo em relação ao Mato Grosso do Sul, por ocasião da construção de Porto Primavera, equivale ao que ocorreu com o Paraná por ocasião do início do aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Paranapanema.

A comparação entre Porto Primavera e o Projeto Hidrelétrico do Rio Tibagi no Paraná é pertinente, baseando-se principalmente na tentativa de imposição feita pela COPEL quando do processo de avaliação e aprovação do projeto, que assim como a CESP, tenta de todas as maneiras baratear o custo das UHEs às custas da “ignorância” dos envolvidos no projeto, sem comprometimento com o meio ambiente atingido.

Assim como as pequenas cidades atingidas direta e indiretamente pelo Projeto Tibagi no Paraná, as atingidas por Porto Primavera do lado do Mato Grosso do Sul, oferecem excelente exemplo de expectativas frustradas no pós-construção de UHEs. A cidade de Anaurilândia (MS) como exemplo, em 2003, apresenta uma grande frustração provocada pelas promessas de desenvolvimento pregadas pela CESP no início da construção da Usina, justificando as previsões feitas pelos movimentos combativos com relação aos impactos posteriores à construção da UHE São Jerônimo.

A população de Anaurilândia, segundo alguns moradores, começou a se conscientizar dos efeitos prejudiciais da UHE Porto Primavera para a região, somente a partir de 1998, pelo MAB nacional. Alguns proprietários da região relataram que foram enganados quanto ao benefício que o empreendimento traria, pois, esperando a valorização do que sobraria de suas terras, nem mesmo exigiu indenização pela inundação de parte de sua fazenda, na época. Hoje, suas propriedades inundadas, estão inutilizadas para a prática da agropecuária, frustrando a promessa de compensação futura prometida pela CESP. De acordo com esses cidadãos, “[...] a inocência e ignorância dos negociadores na época da aprovação da construção da Usina trouxeram grandes prejuízos para a região” e, de maneira precária e sem apoio governamental a população de Anaurilândia tenta ser ressarcida pelos danos causados no passado, mas as obras compensatórias planejadas para o período pós-inundação, desenvolvidas pela CESP, são constantemente adiadas, tendo em vista não serem mais prioritárias para a empresa.

A comparação entre a área de *inundação da UHE Porto Primavera*¹⁶, já construída, e projeto *São Jerônimo*¹⁷ é antagônica, embora as *irregularidades dentro das Leis da Natureza*¹⁸ sejam de igual grandeza. Há um enorme agravante neste fato, já que a UHE São Jerônimo foi projetada após o aprimoramento das Leis Ambientais no Brasil, portanto, a prerrogativa da “inocência” do ato é inadmissível.

¹⁶ Área de inundação de Porto Primavera: 2.250 km quadrados

¹⁷ Área de inundação de São Jerônimo: 65 km quadrados, segundo o EIA/RIMA elaborado pela COPEL.

¹⁸ Algumas irregularidades em comum: entre a UHE de São Jerônimo e Porto Primavera:
 Art. 40. Causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990.
 § 1º. Entende-se por Unidades de Conservação as Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas ou outras a serem criadas pelo Poder Público.
 § 2º. A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.
 Art. 48. Impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação:
 Art. 50. Destruir ou danificar florestas nativas ou plantadas ou vegetação protetora de mangues, objeto de preservação.
 Art. 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental:
 Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
 § 3º. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade. Disponível em: <<http://www.ibama.org.br>>. Acesso em: 22/05/2002, 23:30 h.

Assim como a CESP, em 2003 a *COPEL*¹⁹ se vê obrigada a adaptar-se às novas exigências do mercado e dos consumidores, pregando um conjunto de medidas que norteiam sua atuação no estado do Paraná, denominada SGA (Sistema de Gestão Ambiental) empresarial, que pode ser definida como sendo um conjunto de políticas, programas e práticas administrativas e operacionais. Segundo a COPEL, essas medidas levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente através da mitigação, compensação de impactos ambientais decorrentes do planejamento, implantação, operação, ampliação, realocação ou desativação de empreendimentos ou atividades, cujo objetivo maior é a busca permanente da melhoria da qualidade ambiental dos serviços, produtos e ambiente de trabalho. A busca permanente da qualidade ambiental é, portanto, um processo de aprimoramento constante do SGA, de acordo com a política ambiental estabelecida pela COPEL. As ações propostas para o setor energético pela empresa paranaense estiveram a um passo de estar em mãos de capital estrangeiro, não fosse a grande corrente dos paranaenses em defesa do seu patrimônio, em 2002.

Para a grande maioria dos conhecedores da grandeza da empresa paranaense, os objetivos e as finalidades inerentes a um gerenciamento ambiental, ao qual se propõe a empresa, devem estar em consonância com o conjunto das atividades empresariais e não podem e nem devem ser vistos como elementos isolados, mas como um trinômio de responsabilidade: ambiental, econômica, social e transparência. Segundo analistas, há objetivos específicos da gestão ambiental que devem ser avaliados e considerados para a efetiva implementação do SGA proposto pela COPEL. Para os representantes da empresa, os objetivos a serem avaliados conjuntamente com os interessados na sustentabilidade do setor são imprescindíveis.

De acordo com liderança dos movimentos socioambientais, as razões que levam empresas como a COPEL a praticar a gestão ambiental vão desde procedimentos obrigatórios de atendimento à legislação ambiental, passando pela fixação de políticas ambientais e conscientização, até a adoção de atitudes espontâneas pelas pessoas, devendo ser respeitada suas opiniões, mesmo em desacordo com as perspectivas econômicas da empresa.

¹⁹ A COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), foi criada através do Decreto nº4.947, de 26 de outubro de 1954, assinado por Bento Munhoz da Rocha Netto, Governo Estadual na época, tendo como base principal para a integralização de seu capital o Fundo de Eletrificação. O reconhecimento do Governo Federal deu-se pelo Decreto nº 37.399, de 27 de maio de 1955, que concedia autorização para que a Copel funcionasse como empresa de energia elétrica nos termos da legislação federal que regulamentava o setor. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 20/12/2002, 21:30 h.

Conjuntamente, os paranaenses e movimentos sócioambientais têm a mesma opinião sobre os fundamentos que justificam a adoção e prática de um SGA idôneo e de confiabilidade, de uma empresa de ponta, conhecida internacionalmente como a COPEL.

Segundo a COPEL e acionistas a empresa deve:

- Determinar procedimentos ambientalmente adequados e específicos para cada área de atuação, obedecendo a particularidades inerentes a cada situação dentro do Estado.
- Gerir as tarefas no que diz respeito às políticas, diretrizes e programas relacionados ao meio ambiente, considerando a segurança do trabalho dos colaboradores e terceiros envolvidos.
- Produzir, com o comprometimento de todos os colaboradores, produtos e serviços ambientalmente compatíveis, e com o aval das entidades interessadas na qualidade de vida das populações como um todo, com respaldo na qualidade de vida da população paranaense.
- Desenvolver um programa permanente de educação ambiental interno e à comunidade, de maneira transparente e sem restrições no que diz respeito aos impactos e suas mitigações, colaborando com fornecedores e clientes, órgãos ambientais e comunidade na adoção de processos produtivos..
- Realizar periodicamente auditorias internas e externas de modo a avaliar o padrão da qualidade ambiental promovendo a melhoria contínua nos níveis de operação, sem ônus extras ao erário.
- Oferecer aberturas suficientes aos paranaenses para que se interessem da sua empresa, e dessa maneira ter condições de fiscalizá-la com mais clareza.

Segundo os movimentos socioambientais a COPEL tem que mudar porque:

- Há a necessidade da redução de custos e minimização de futuros ônus ambientais que venham a aparecer.
- Os recursos naturais estão limitados, sendo fortemente afetados pelos processos de utilização e, portanto, mais escassos, tornando-se relativamente mais caros requerendo muito mais cuidados na sua exploração por estarem sendo observados, controlados ou se encontrarem legalmente mais protegidos.
- A crescente necessidade da expansão da oferta da energia elétrica decorrente do crescimento econômico e populacional exerce pressão sobre o meio ambiente. Assim como a legislação ambiental que exige cada vez mais respeito e cuidado com o meio ambiente devendo assim ser consultada em seus princípios e necessidades, preservando a sua autonomia e direitos.
- Órgãos públicos municipais, estaduais, federais e mesmo internacionais exigem cada vez mais responsabilidades ambientais, que leva em conta os direitos sociais e econômicos dos envolvidos.
- Instituições financeiras dão privilégios a empresas ambientalmente corretas, devido a pressões populares, já bastante conscientizadas, principalmente pelas ONGs direcionadas para esses fins.
- A sociedade está cada vez mais exigente e crítica no que diz respeito a danos ambientais, cobrando a cada dia mais das entidades, que por ventura ainda mantenham os vícios dos tempos de ditadura.
- Organizações não-governamentais estão mais vigilantes e exigentes quanto à mitigação de danos ambientais, tendo em seu auxílio as tecnologias existentes, dificultando a implantação de novos empreendimentos.

Quadro-4: Fundamentos básicos de um SGA para a sustentabilidade da COPEL-PR.

Fonte: (Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em 12/04/2003, 22:00 h.) e Relatório dos Movimentos -APEART.

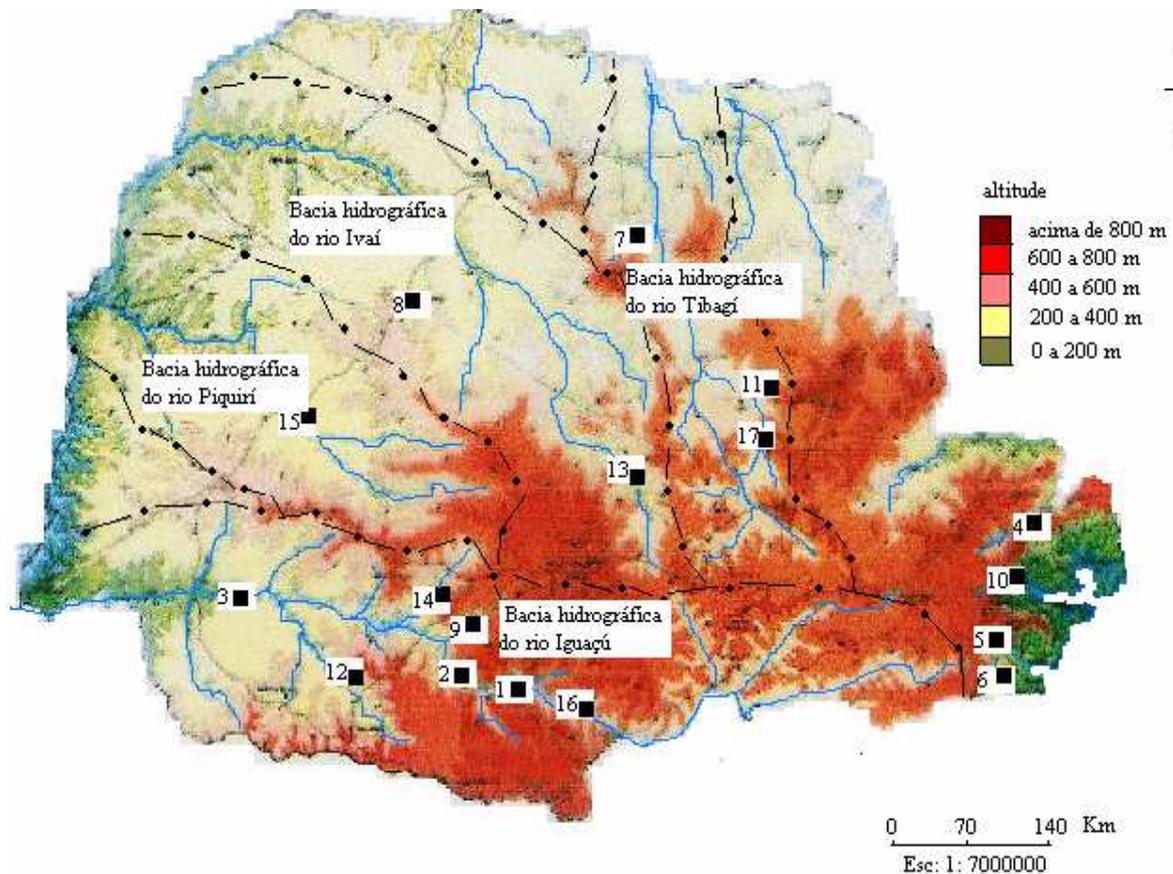


Figura-1: Paraná: relevo, bacias hidrográficas e hidrelétricas da COPEL em operação

Fonte: Disponível em: <http://www.copel.com>. Acesso em 23/11/2002, 23:00 hs

- 1 - Usina hidrelétrica Bento Munhoz da Rocha (Foz do Areia) – rio Iguaçu.
- 2 - Usina hidrelétrica Governador Ney Braga (Segredo) – rio Iguaçu.
- 3 - Usina hidrelétrica Salto Caxias – rio Iguaçu.
- 4 - Usina hidrelétrica, Governador Parigot de Souza – rio Capivari.
- 5 - Usina hidrelétrica Guaricana – rio Cubatão
- 6 - Usina hidrelétrica Chaminé – rio da Várzea
- 7 - Usina hidrelétrica Apucarantina – rio Apucarantina.
- 8 - Usina hidrelétrica Mourão – rio Mourão
- 9 - Usina hidrelétrica Derivação do Rio Jordão – rio Jordão.
- 10 - Usina hidrelétrica Marumbi – rio Marumbi
- 11 - Usina hidrelétrica São Jorge – rio dos Alagados
- 12 - Usina hidrelétrica Chopim I – rio Chopim.
- 13 - Usina hidrelétrica Rio dos Patos – Rio dos Patos.
- 14 - Usina hidrelétrica Cavernoso – rio Cavernoso
- 15 - Usina hidrelétrica Melissa – rio Piquiri.
- 16 - Usina hidrelétrica Salto do Vau – rio Iguaçu.
- 17 - Usina hidrelétrica Pitanguí – rio Pitanguí.

Fonte; Disponível em <<http://www.copel.com>>. Acesso em 23/11/2003, 24:00.

Quadro-5: Usinas hidrelétricas da COPEL, listadas de acordo com sua potência decrescente.

Dentre as usinas hidrelétricas da COPEL, vale destacar a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (*Foz do Areia*)²⁰ a maior usina da COPEL, com capacidade de 1676 MW de potência, localizada no Rio Iguaçu, a 5 km da jusante da foz do rio Areia, e a 240 km de Curitiba, no município de Pinhão.

Também vale destacar a UHE Governador Ney Aminthas de Barros Braga, pois se trata da segunda usina da COPEL com geração em potência instalada, com capacidade de 1260 MW. Está localizada no Rio Iguaçu, a 2 km da montante da foz do Rio Jordão, no município de Mangueirinha, aproximadamente 285 km de Curitiba. A UHE, Governador Ney Aminthas de Barros Braga foi inaugurada em 1992, quando começou a operar, tendo como marco fundamental o primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no Brasil, para uma usina hidrelétrica, cuja elaboração e aprovação se deu em 1987. Isto fez da COPEL um novo modelo para as demais concessionárias de energia no Brasil com relação à preservação do meio ambiente. Praticamente toda a sua construção transcorreu entre 1987 a 1991, a despeito das sucessivas ações judiciais por parte dos movimentos contrários para sustar seu andamento. Junto com a construção das usinas hidrelétricas construídas no Paraná ao longo dos tempos, foram despontando também os movimentos fiscalizadores destas construções. Movimentos que iniciaram a partir da população atingida somente, e foram ganhando corpo juntamente com as construções subseqüentes, sendo pioneiros em matéria de movimentos populares. Segundo SIGAUD, 1990, as Comissões Regionais de Atingidos por Barragens-CRABs, ao longo da década de 1980 [...] foi conseguindo desnaturalizar o sentido de “progresso” [...] atribuídos à construção de barragens”.

Um dos principais fatores de questionamentos dos movimentos é o balanço positivo e superavitário entre produção/consumo de energia existente no Paraná, que segundo pesquisas, a margem de desenvolvimento do setor se apresenta muito acima do equilíbrio entre estas duas variáveis quando comparado às outras regiões brasileiras. Para os movimentos, alternativas múltiplas nesse sentido, apontam para rumos diferenciados na produção de energia no país, de acordo com características próprias de cada região.

²⁰ A usina de Foz do Areia teve suas obras iniciadas em 1975, sendo que a barragem foi concluída em 1979 e a usina em 1980, quando começou a operar. Sua construção provocou a desativação da usina Salto Grande do Iguaçu, primeiro aproveitamento no Rio Iguaçu com 15,2 MW, funcionando de 1967 a 1979, e por homenagem ao governador Bento Munhoz da Rocha Netto, a usina de Foz do Areia recebeu o nome do governador, que governou o Paraná de 1951 a 1955 realizando muitas obras consideradas importantes, entre elas está a criação da COPEL em 26 de outubro de 1954. (Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em 24/11/2003, 22:00)

Tabela.2 - Paraná-produção e consumo de energia no Estado -1980/2000 (em 1000 tEP %)

Anos	petróleo	Gás Natural	Energia Hidráulica	Lenha e resíduos	Produtos da cana	Outras fontes prim.	Carvão	Xisto	TOTAL
1980	3197	0	1600	1779	357	146	175	39	7293
%	43,0	0	21,9	24,4	4,9	2,0	2,4	0,6	100
1990	4012	0	3140	1969	1049	179	331	49	10729
%	37,4	0	29,3	18,4	9,7	1,7	3,1	0,4	100
2000	6329	104	5789	1828	1514	241	54	227	16086
%	39,3	0,7	36,0	11,4	9,4	1,5	0,3	1,4	100

Tabela.3 - Diferença entre produção/consumo de energia no PR-1980/2000-em 1000 tEP %

Fluxo	1980	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Produção	5211	19246	16472	17949	20302	22590	24717	28309	28385	28857	28760	26715
Consumo	7293	10729	10943	11278	11921	12671	13256	14040	14633	15453	15736	16086
Diferença entre. Prod/cons	-2082	8517	5802	6671	8381	9919	11452	14269	13752	13404	13024	10629

Fonte: Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em 22/05/2002, 23:00 h.

No consumo final de energia no Paraná, a participação do petróleo e seus derivados continuam sendo a fonte energética mais utilizada. A segunda fonte de energia mais utilizada no Estado é a energia hidráulica, com taxa de crescimento anual de 6,6% no período. As constantes substituições por outras fontes de energia nas indústrias e as restrições de oferta da lenha vêm apresentando sucessivos *decréscimos nas fontes renováveis*²¹.

O balanço de produção e consumo de energia no Estado do Paraná atualmente demonstra a veracidade das preocupações e questionamentos em relação ao sistema vigente por parte dos movimentos combativos. A taxa média anual de crescimento no período que compreende 1980 a 2000 foi de 4%, com o aumento substancial do setor industrial, principalmente na região metropolitana de Curitiba, sendo que só no último ano a taxa foi de 2,2%. O tipo de energia mais utilizado continuou sendo a energia elétrica, com um

²¹ A lenha, resíduos de madeira e os produtos da cana-de-açúcar, como exemplo, que em 1980 participavam com 29,3%, passaram para 20,8% em 2000 face à constante diminuição da reservas florestais artificiais e o aumento de fiscalização em relação as naturais. Os resíduos agrícolas, o carvão mineral e o xisto, que compreendem as demais fontes de energia, participaram com cerca de 3,2% do consumo global primário em 2000, e neste mesmo período o gás natural iniciou sua participação na matriz energética paranaense, principalmente no segmento industrial com 0,7% com perspectiva de aumento no futuro, face à eminência de recebimento do gás boliviano, demonstrando o crescimento no setor industrial, o mais interessado no aumento da oferta de energia visando o seu barateamento face, a concorrência natural. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 05/10/2002, 23:00 h.

crescimento de 3,3% em relação ao ano de 1999. Para os movimentos, esse é o fator mais preocupante quando se está em um sistema capitalista, já que as empresas interessadas nesse processo são multinacionais, objetivando apenas a diminuição de seus custos. Segundo os movimentos “combativos”, o contraste entre produção/consumo apresentado no Brasil entre a *região Sudeste e as demais*²² é também visto em nível intrarregional, no caso das UHEs na bacia do Tibagi, já que os impactos gerados por essas usinas atingirão as regiões menos industrializadas do Paraná.

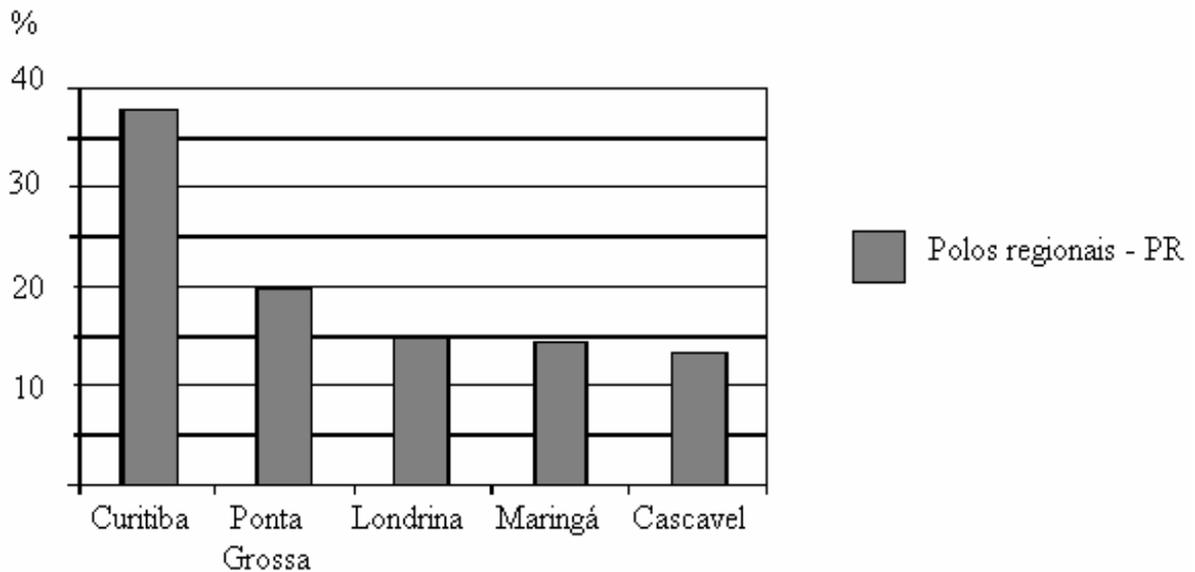


Gráfico.1 - Consumo de energia por região de influência no Paraná.

Fonte: COPEL

²² Estimativa do potencial energético do Brasil: observa-se que na Bacia do Rio Amazonas, com potencial de 105.550,59 MW, apenas 0,5% está em operação/construção. As Bacias do São Francisco, do Atlântico Sul - trecho Leste, do Atlântico Sul - trecho Sudeste, do Uruguai e do Paraná são, no momento, as responsáveis pelo fornecimento de energia hidrelétrica ao trecho de maior concentração demográfica e industrial do País. **Dentre elas destaca-se a do Paraná, não só em função do seu potencial como também devido ao maior percentual em operação/construção (64,5% de 57 322,52 MW). Já, a Bacia do Uruguai, com apenas 13 902,93 MW, possui 80,3% do seu potencial inventariado**, o que permite afirmar que há possibilidade de crescimento dos valores atuais de operação/construção. No conjunto brasileiro, as Bacias do Atlântico Norte/Nordeste, com apenas 3 979,87 MW de potencial, apresentam um elevado potencial estimado em termos percentuais (6,7%). A Bacia do rio São Francisco, por sua vez, com 26.354,66 MW de potencial, apresenta o menor percentual estimado (9,4%). Fonte:Disponível em: <<http://www.infrastrukturabrazil.gov.br>>. Acesso em, 20/04/2002, 23:00. (grifo nosso)

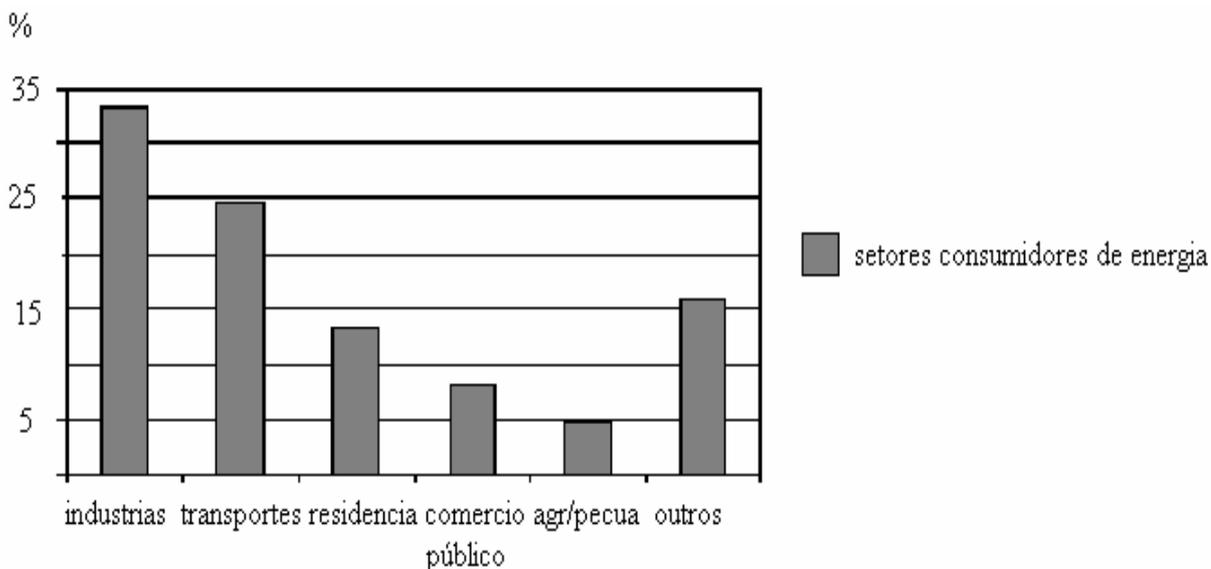


Gráfico.2 - Consumo de energia por setores de atividades no Paraná.

Fonte: COPEL

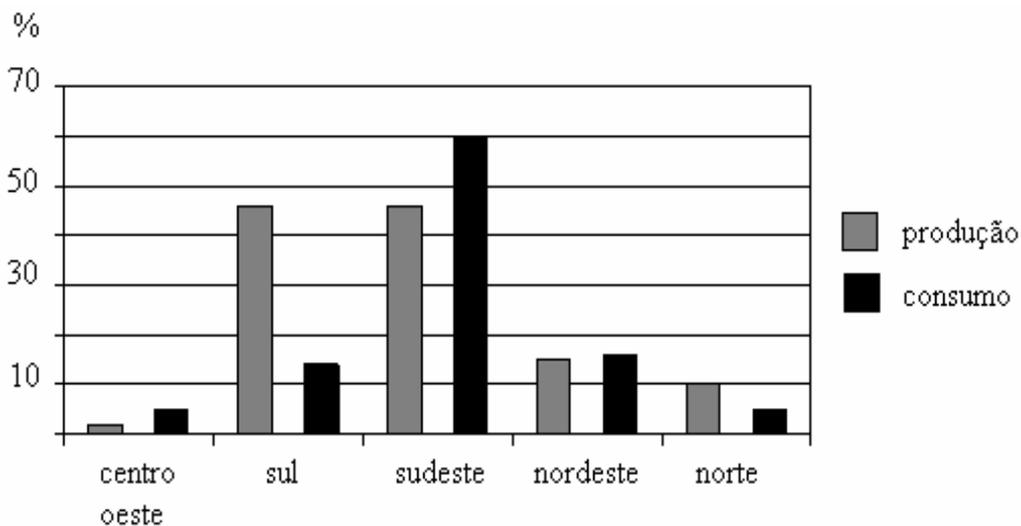


Gráfico.3 - Contrastes regionais entre produção e consumo de energia no Brasil

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 1996, RJ.

Do potencial hidrelétrico do Brasil, a região Sul, isoladamente, não utiliza tudo o que produz; no entanto, a região Sudeste, que produz somente 46% da energia consumida, necessita de energia de outros estados, determinando a incoerência na política energética do Brasil. Em 1980, o Paraná era importador líquido de energia; em 2000 apresentou um superávit de 66,0% em relação ao seu consumo. Portanto, de acordo com os movimentos, o estado e a região Sul, possuem uma enorme folga em relação ao seu

potencial/consumo, com perspectiva de crescimento, sem escassez de energia. O Paraná, pode planejar o seu crescimento econômico investindo nas estruturas das usinas hidrelétricas já existentes.²³

Com referência ao potencial hidrelétrico não utilizado, Rosa aponta que:

[...] A geração elétrica brasileira é predominantemente hídrica, feita por grandes centrais com impactos ambientais e sociais muito fortes, suscitando movimentos contra as barragens. No Plano 2010 da Eletrobrás consta haver 7,1 Gw de potência a instalar de hidrelétricas de menos de 30 MW cada, que foram descartados no planejamento. [...]. (ROSA (org), 1990).

²³ Dados disponíveis em: <<http://www.copel.com>> . Acesso em: 24/11/2003, 23:00 h.



Figura.2 - A bacia hidrográfica do rio Tibagi e previsão para construção das UHEs.

Fonte: COPEL e COPATI²⁴ (Consórcio para a Proteção Ambiental da bacia hidrográfica do Tibagi).

Dados geográficos.

- localização: Bacia sedimentar do Paraná, na parte centro-leste do estado, à 49° 36'00"/51°27'36" de longitude oeste, e 22°47'22"/25°36'25" de latitude sul.
- área: 24 712 Km (13% do estado do Paraná).
- limites: norte com a bacia do rio Paranapanema; ao sul com a bacia do Iguaçu; a leste com as bacias dos rios Cinzas e Itararé; e a oeste com as bacias dos rios Piquiri/Ivaí.
- abrangência: primeiro, segundo e terceiro planalto paranaense.
- municípios: 54, com 15 totalmente dentro da bacia.
- principal rio: Tibagi, dividido em: Alto, Médio e Baixo Tibagi.
- zoneamento climático: Baixo Tibagi, com tipo climático, Cfa subtropical úmido e quente, média

²⁴ Disponível em: <<http://www.copel.com> /<http://www.copati.org.br>>. Acesso em 20/10/2002, 23:00 h.

térmica 21°C e médias pluviométricas de 1600mm

Médio Tibagi, com tipo climático Cfa/Cfb subtropical úmido com verão quente e moderado, médias térmicas de 19,5°C e médias pluviométricas de 1700mm.

Alto Tibagi, com tipo climático Cfb subtropical úmido, verão quente e Moderado com médias térmicas de 18°C e médias pluviométricas de 1550mm

- vegetação original: predomínio de mata pluvial tropical- subtropical, na região do baixo Tibagi e araucárias nos planaltos, acima de 500m de altitude nos Médio e Alto Tibagi
- característica marcante: é um rio com inúmeras cachoeiras, 91 ao todo.
- afluentes: 65 tributários diretos.
- nascente:sul do estado do Paraná, a 1060 m de altitude, na região de Ponta Grossa-PR.
- extensão:550 Km em sentido sul/norte do Paraná.
- foz: rio Paranapanema, a 298 m de altitude.

Quadro.6 - Bacia hidrográfica do rio Tibagi: características gerais.

Fonte: Moacir E. Medri, [et al.], editores. A bacia do rio Tibagi. Londrina, PR, 2002.

²⁵O projeto hidrelétrico original para o aproveitamento do potencial hidroelétrico da bacia do rio Tibagi consta com construção de sete UHEs, das quais duas contêm maiores possibilidades de concretização a curto e médio prazo: São Jerônimo e Cebolão. O último aproveitamento da bacia, o projeto da UHE Jataizinho foi considerado inviável, pela enorme quantidade de impactos que causaria se construída. Pelas particularidades singulares e ao mesmo tempo pela heterogeneidade socioeconômica e cultural da região, foram estudadas as três usinas, conjuntamente, com ênfase no projeto da UHE São Jerônimo.

No seu curso médio, o rio Tibagi é margeado por uma região de pequenas propriedades, que foi considerada o “eldorado” paranaense na “era” nobre do algodão. Atualmente essa região ainda não se recompôs da crise e continua sendo a mais pobre do Estado do Paraná.

²⁵ Os levantamentos apresentados a seguir foram extraídos com base nas informações geradas pelos EIA/RIMAs dos empreendimentos em análise e, para os estudos do meio físico, em particular, utilizou-se também o estudo de impacto da área hidrográfica do rio Tibagi, Intertechne-Leme-Engenix-Esteio – ILEE, 1996.

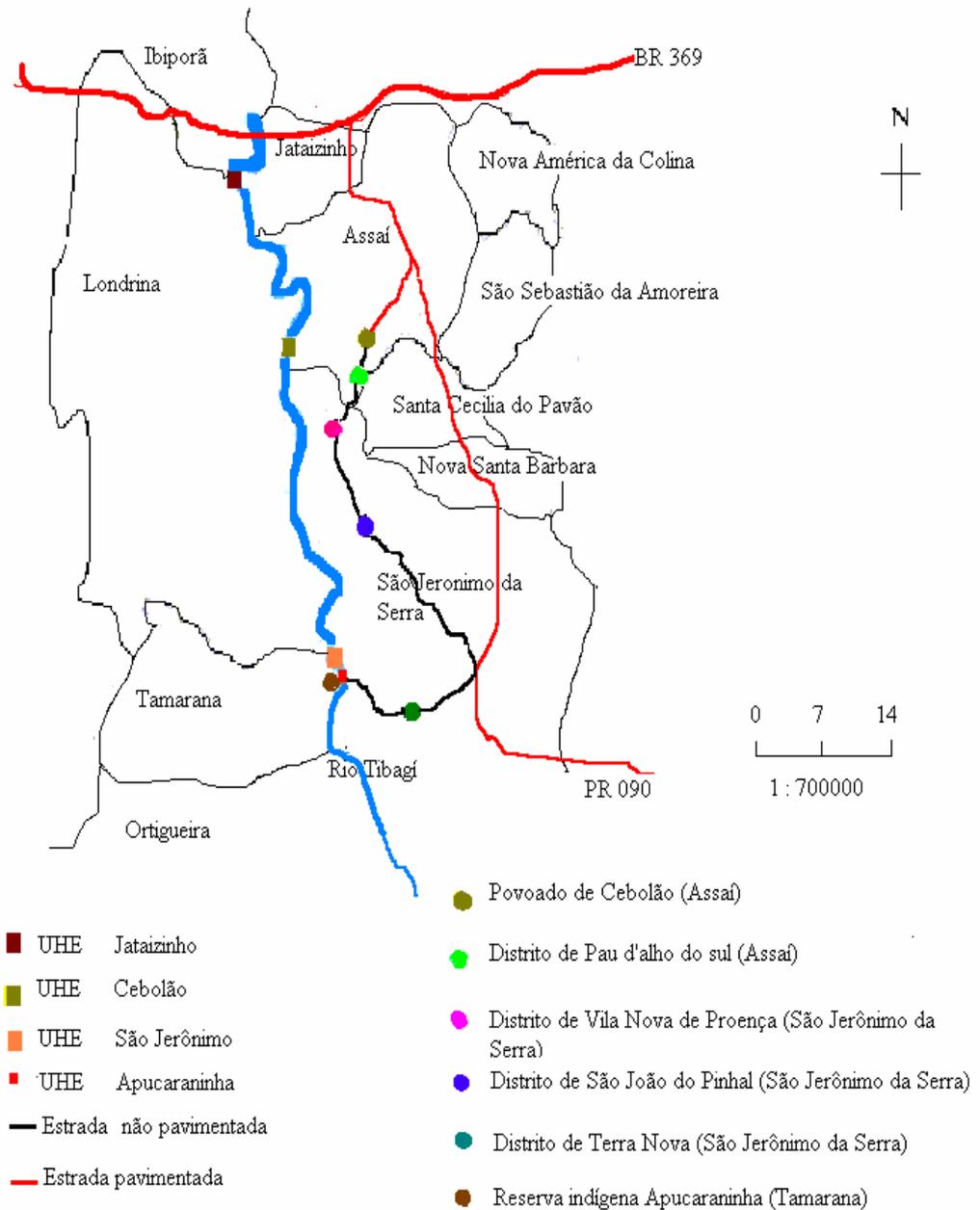


Figura.3 - Municípios, Distritos e povoados envolvidos com a UHE São Jerônimo

Fonte: Secretaria de Transportes do estado do Paraná.

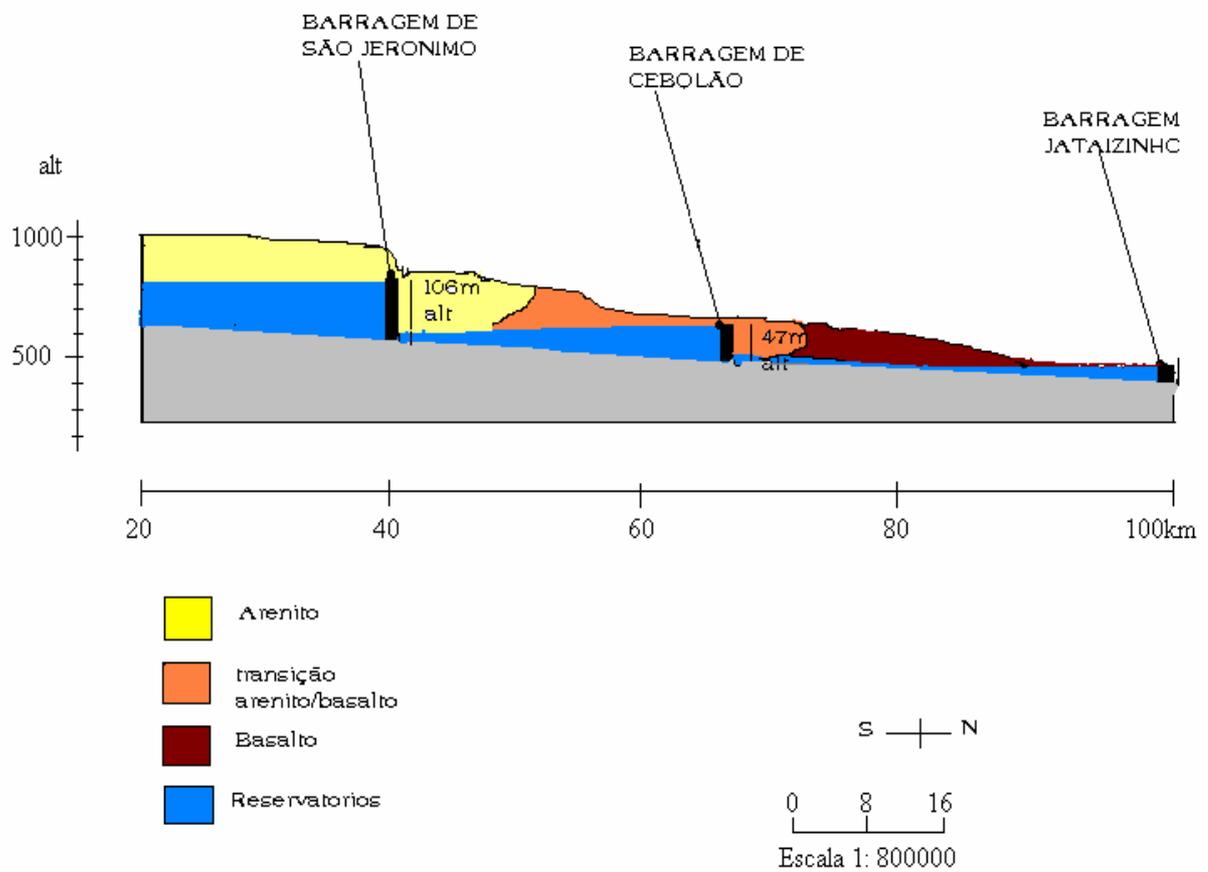
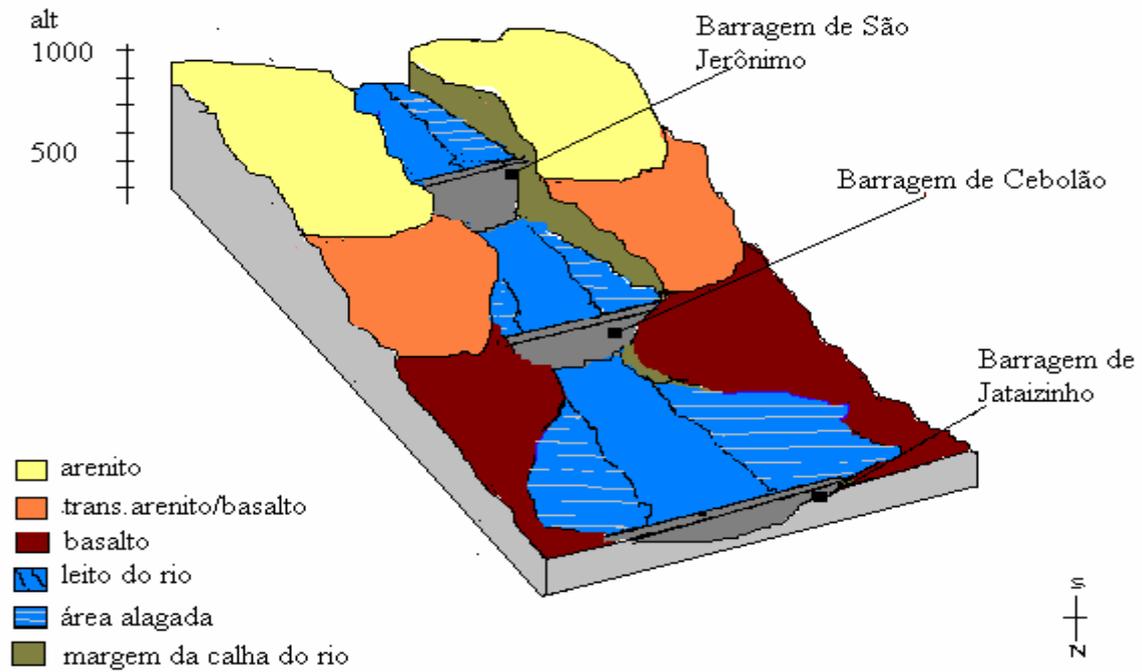


Figura.4 - Representação da área dos reservatórios das UHEs: São Jerônimo, Cebolão e Jataizinho

O rio Tibagi.

A palavra Tibagi significa “rio de muitas cachoeiras” (Gi: cachoeiras; Tiba: muito). O Rio tibagi, de acordo com sua disposição longitudinal é dividido em alto, médio e baixo Tibagi. Na bacia do Tibagí há cinco reservas indígenas, localizadas nos municípios de Ortigueira, Tamarana e São Jerônimo da Serra. O rio e sua bacia hidrográfica são um poço de história, já que em apenas três áreas indígenas foram identificados 53 sítios arqueológicos com vestígios de populações indígenas que remontam a seis ou sete mil anos atrás. Além disso, suas águas abastecem centros urbanos como Londrina e Ponta Grossa²⁶.



Área do Alto Tibagi na região de Tibagí/Telêmaco Borba-PR

Foto.1 - Disponível em: <<http://www.copati.org.br>>. Acesso em 12/01/2003, 23:00 h.

O trecho aqui definido como Alto Tibagi acha-se quase que integralmente esculpido em seqüências do Devoniano paranaense, respectivamente nas formações de Furnas e Ponta Grossa. Compreende um trecho de cerca de 140 km, a partir da cabeceira até aproximadamente a foz do rio Santa Rosa, 20 km ao sul da cidade de Telêmaco Borba.

²⁶ Fonte: Boletim da 16ª Romaria em São Jerônimo da Serra em 2001.



Área do Médio Tibagi na região de São Jerônimo da Serra/Ortigueira

Foto.2 - Disponível em: <[http:// www.copati.org.br](http://www.copati.org.br)>. Acesso em 12/01/2003, 23:00 h.

A região do Médio Tibagi pertence ao Segundo Planalto, tendo relevo tabular, bastante dissecado, principalmente nas proximidades do rio Tibagi e dos afluentes maiores, com mesetas, patamares e pequenas escarpas associadas com formações areníticas. A região central que acompanha o rio Tibagi é uma das mais acidentadas do estado do Paraná, propiciando a maior capacidade de potencial hidráulico do seu percurso a partir da transição do médio para o Baixo Tibagi.



Área do Baixo Tibagi, na região de Jataizinho/Ibiporã-PR

Foto.3 - Disponível em: <[http:// www.copati.org.br](http://www.copati.org.br)>. Acesso em 12/01/2003, 23:00 h.

O trecho do Baixo Tibagi abrange todo o restante do trajeto. No Terceiro Planalto, o rio encaixa-se em rochas efusivas básicas, mostrando um relevo característico das

áreas basálticas. Em linha reta este segmento até a foz, no rio Paranapanema, abrange entre 110 e 115 km.

A área espacial estudada compreende, mais especificamente, a região do Médio e Baixo Tibagi, nos municípios de Assaí, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Nova América da Colina, Santa Cecília do Pavão, São Jerônimo da Serra, São Sebastião da Amoreira e Tamarana, com ênfase no projeto da UHE São Jerônimo, com maiores possibilidades de implementação futuramente. (EIA/RIMA, Júris Ambientis, UHE São Jerônimo, 1998).

município	origem	região	coordenadas	altit (méd)	extensão territorial	população	clima
Assaí	Japonesa (terra do sol nascente)	06 (AMUNOP)*	23°16' lat sul 50°51' long W-GR*	650m	447408 km quadrados	18.045 hab	Subtrop mesoter
Ibiporã	Tupi (ibi..terra + porã..bonita)	06 (AMEPAR)*	23°05' lat sul 51°03' long.W-GR	486m	302.295 km quadrados	42.153 hab	"
Jataizinho	Tupi (ya-atã-yba, arvore/fruto bonito.	06 (AMUNOP)	23°06' lat sul, 50°59' long.W-GR	346m	201.847 km quadrados	11.327 hab	"
Londrina	Anglo- saxônica (latim..londinium)	07 (AMEPAR)	23°03'30' lat sul 51°11'30'' longW-GR	576m	1.650.809km quadrados	447.085 hab	"
NovaAmérica da Colina	Surgimento de um novo lugar + colina	06 (AMUNOP)	23°19'40'' lat sul 50°43'30'' longW-GR	560m	114.437 km quadrados	3.585 hab	"
Santa Cecilia Do Pavão	Religiosa (latim Caecus...cego)	06 (AMUNOP)	23°31' lat sul, 50°42' long W-GR	740m	105.693 km quadrados	4.064 hab	"
São Jerônimo da Serra	Religiosa (grego Hieros:sagrado+são)	06 (AMUNOP)	23°44 lat sul 50°40' long.W-GR	920m	819.102 km quadrados	11.750 hab	"
São Sebastião da Amoreira	Religiosa (dolatim Sebastianum + são)	06 (AMUNOP)	23°30' lat sul 50°43' long W-GR	620m	229.742 km quadrados	8.548 hab	"
Tamarana	Tupi (ita-marana: Clava indígena)	07 (AMEPAR)	23°50' lat W-GR 51°04' long W-GR	930m	472.153 km quadrados	9.713 hab	"

Quadro.7 - Características gerais dos municípios pesquisados na bacia do Rio Tibagi

Fonte: Ferreira, João Carlos Vicente, 1954 - O Paraná e seus municípios / João Carlos Vicente Ferreira – Maringá, PR ; Memória Brasileira, 1996. (o índice populacional foi atualizado para o censo 2000)

AMUNOP; Associação dos Municípios do Norte do Paraná.

AMEPAR; Associação dos Municípios do Médio Paranapanema.

Dnd; Dados não disponíveis

W-GR: Oeste de Greenwich

Os projetos de barragens do rio Tibagi

As figuras apresentadas nesse item, foram extraídas dos sites da COPEL e Embrapa, e se postam à visualização dos aspectos geográficos mais marcantes das áreas/setores definidos para a implantação das UHEs São Jerônimo, Cebolão e Jataizinho, conforme EIA/RIMAs apresentados pela empresa paranaense para a aprovação do projeto pelos órgãos competentes.

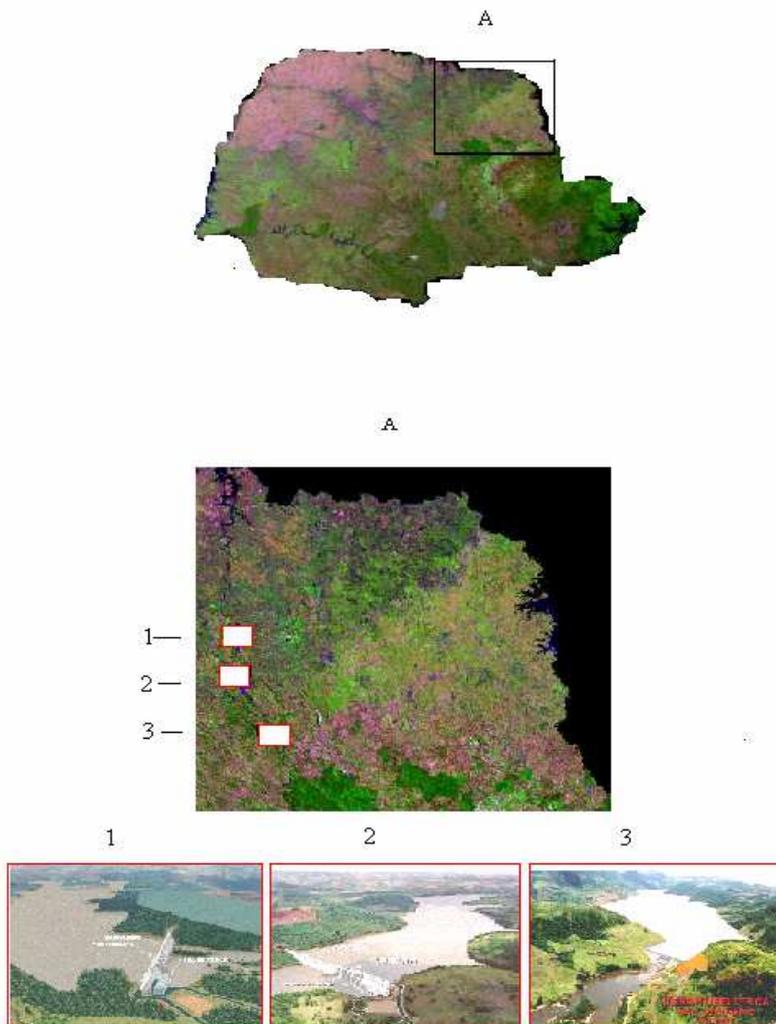


Figura.5 – Representação dos projetos Hidrelétricos e sua localização

Fonte: Disponível em: <www.copel.com / www.embrapa.gov.br>. Acesso em; 22/09/2002, 23:00 h.

Projeto-1

TOPICOS		DESCRIÇÃO
Localização do empreendimento		A aproximadamente 4,5 km a montante da cidade de Jataizinho, ribeirinha à direita do rio Tibagi, entre os municípios de Jataizinho e Ibiporã, Estado do Paraná.
Localização do canteiro de obras		Jataizinho – margem direita
Reservatório	Área inundada	32 km ²
	Comprimento	<i>Dnd</i> ²⁷
Potência instalada		155 MW
Cota		383 metros
Barragem	Altura máxima	45 metros
	Extensão	850 metros
Municípios atingidos		Jataizinho
		Londrina
		Ibiporã
		Assaí
Tempo de construção da obra		36 meses

Quadro.8 - Características da UHE Jataizinho (projeto). (o último aproveitamento do Tibagi)

Fonte; EIA/RIMA da UHE Jataizinho, Júris Ambientis, 1998.

Da nascente do rio até a desembocadura, na Represa de Capivara no rio Paranapanema, a UHE Jataizinho é o último aproveitamento hidrelétrico em estudo para ser instalado no rio Tibagi. De acordo com especialistas, se fosse mudado o eixo da barragem haveria possibilidades de amenização dos impactos, mas o projeto se tornaria inviável, pois aumentaria a extensão da barragem e o custo da construção. Segundo os movimentos, estudos posteriores ao RIMA comprovaram as maiores irregularidades técnicas, já que os resultados referentes à biota do projeto da UHE São Jerônimo e Cebolão eram idênticos aos de *Jataizinho*.²⁸

²⁷ Dnd; Dados não disponíveis

²⁸ Embora os procedimentos para licenciamento de hidrelétricas determinem que projetos que afetam terras da União (como é o caso das áreas indígenas) sejam analisados por órgãos federais, a COPEL deu seguimento no processo de aprovação e avaliação dos EIA/RIMAS das UHEs. Com a denúncia por parte dos movimentos, a Superintendência do Ibama no Paraná decidiu avaliar os EIA-RIMAS de Jataizinho e Mauá, pois neles constavam que os empreendimentos não afetariam diretamente terras da União. Segundo um técnico da Copel, a intervenção do Ibama ocorreu depois de reveladas as fraudes na preparação dos relatórios. O mesmo técnico afirmou que a adulteração das informações pela Juris Ambientis instaurou uma crise dentro da estatal, com técnicos defendendo a tese da inviabilidade do projeto. Disponível em: <http://www.socioambiental.org.br>.>. Acesso; 20/04/2002, 23:00 h

Projeto-2

TÓPICOS		DESCRIÇÃO
Localização do empreendimento		À aproximadamente 10 km da jusante da foz do rio Taquara, entre os municípios de Assai e Londrina, estado do Paraná.
Localização do canteiro de obras		Londrina – margem esquerda
Reservatório	Área inundada	27,3 km ²
	Comprimento	Dnd
Potência instalada		168 MW
Cota		425 metros
Barragem	Altura máxima	47 metros
	Extensão	640 metros
Municípios atingidos		Assaí
		São Jerônimo da Serra
		Londrina
Tempo de construção da obra		36 meses

Quadro.9 - Características da UHE Cebolão (projeto). (a segunda com maior possibilidades de aprovação)

Fonte: EIA da UHE Cebolão, Júris Ambientis, 1998.

Um equívoco dos EIA/RIMAs, referentes aos projetos das UHEs São Jerônimo e Cebolão é não considerar as especificidades/diferenças socioambientais entre as áreas entorno de cada uma delas. Na região do projeto São Jerônimo há o predomínio de mini-produtores rurais, o que traria prerrogativas de crescimento econômico por parte desta população em vista da grande crise do setor, que assola de maneira violenta e sem perspectiva de crescimento da atividade em curto prazo.

Na margem direita do rio Tibagi, nas proximidades do projeto de barragem da UHE Cebolão, há uma região bastante carente, com uma agricultura desestruturada, remanescente do período do ciclo do algodão na região. Nessa área, estão distritos e povoados que eram considerados promissores nas décadas de 1960, 1970 e 1980, antes da decadência da cultura do algodão no Paraná e especificamente na microrregião de Assai. Cebolão e Pau D'Alho (Assai), Pote e Taquara (São Jerônimo da Serra) são os que mais representam essa realidade.

Projeto-3

TÓPICOS		DESCRIÇÃO
Localização do empreendimento		À aproximadamente 3 km da jusante da foz do rio Apucarantina, e da montante da foz do ribeirão Três Bocas Mirim, entre os municípios de São Jerônimo da Serra e Londrina, Estado do Paraná.
Localização do canteiro de obras		Londrina – margem esquerda
Reservatório	Área inundada	65,8 km ²
	Comprimento	60 km
Potência instalada		330 MW
cota		515 metros
Barragem	Altura máxima	106 metros
	Extensão	560 metros
Municípios atingidos		São Jerônimo da Serra
		Curiúva
		Sapopema
		Londrina
		Tamarana
Tempo de construção da obra		44 meses

Quadro.10 - Características da UHE São Jerônimo (maior porcentagem de implementação).

Fonte: EIA da UHE São Jerônimo, Júris Ambientis, 1998.



Área do reservatório da UHE São Jerônimo em sua margem direita

Foto.4: DUARTE, Amauri – 23/ 07/2003

Sobre a UHE São Jerônimo cabe ressaltar a possível utilização da barragem como via de transposição sobre o rio Tibagi, ligando os municípios de São Jerônimo da Serra e Tamarana, fator predominante para que a população defenda o projeto. De acordo com o EIA, a ligação entre as duas margens do rio facilitaria em muito a comunicação entre os municípios, incrementando as relações comerciais e a integração regional. Pelo projeto da

usina São Jerônimo, haverá a inundação de uma pequena hidrelétrica de grande valor histórico e cultural, a *Usina Apucaraniha*²⁹, com capacidade de 9,5 MW de potência.

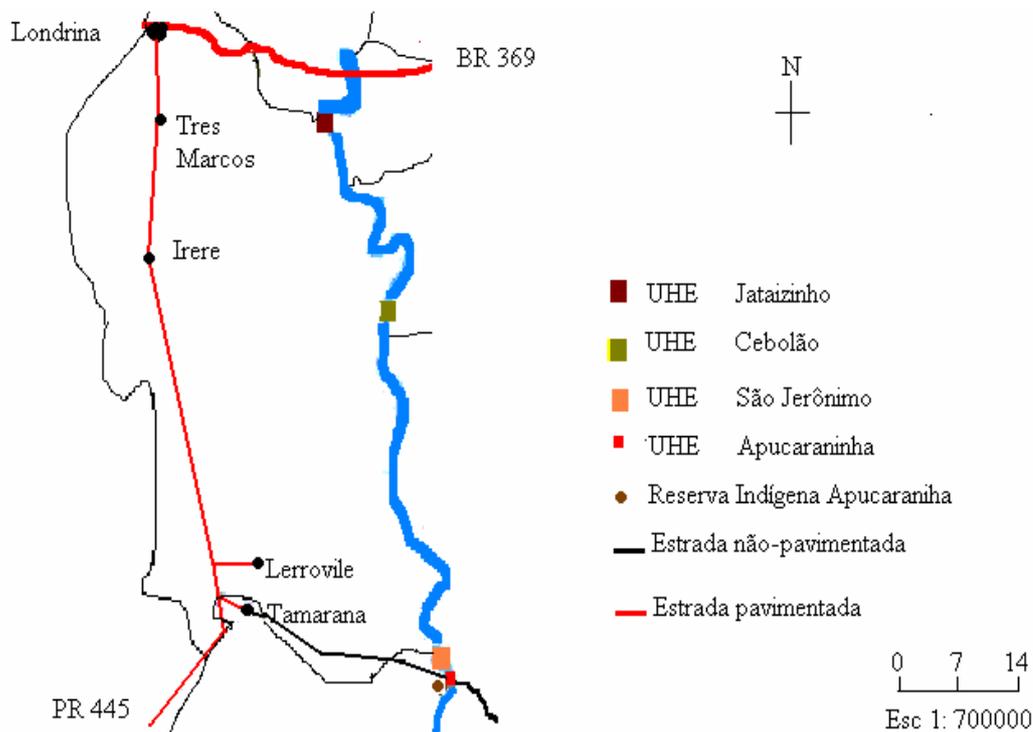
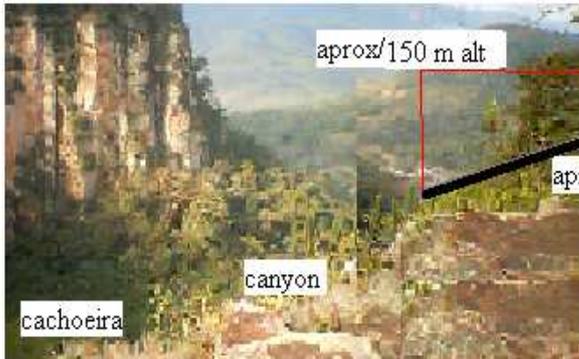


Figura.6 - Trajeto da Usina e Reserva Indígena Apucaraniha, (via cidade de Londrina, pela PR 445).

Fonte: Secretaria de Transportes do Paraná

²⁹ A Usina hidrelétrica Apucaraniha possui capacidade de 9,5 MW de potência.. A Usina funciona com o aproveitamento do Salto Grande de 125 m de altura e mais 25m até o gerador, no Rio Apucaraniha, afluente do Rio Tibagi. Dois reservatórios fazem parte do projeto, sendo o menor chamado de Apucaraniha, com 1,0 x 106 m3, próximo a Casa de Força, que possui 3 unidades geradoras, e o de regularização a montante deste, denominado de "FIU", com 15 x 106 m3. O acesso se faz por asfalto pela rodovia BR-277 e 376, depois pela PR-445 até Tamarana, tendo ainda mais 25 km por estrada secundária até o Reservatório do FIU e mais 2,5 km até a Casa de Força. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 23/04/2003.

O reservatório da UHE Apucarantina alaga pouco mais de 15 ha de terras da reserva indígena



A condução da água da barragem é feita por tubulação, preservando toda a estrutura original da área.

Área da UHE Apucarantina e estrutura de geração de energia (representação)

Foto/representação.5 : DUARTE, Amauri, 09/09/2003



Área da UHE Apucarantina e projeção após a inundação do reservatório.

Foto 6; Duarte, Amauri. 22/09/2003 .

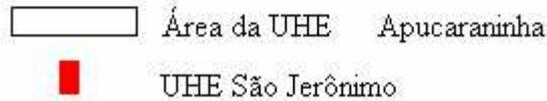
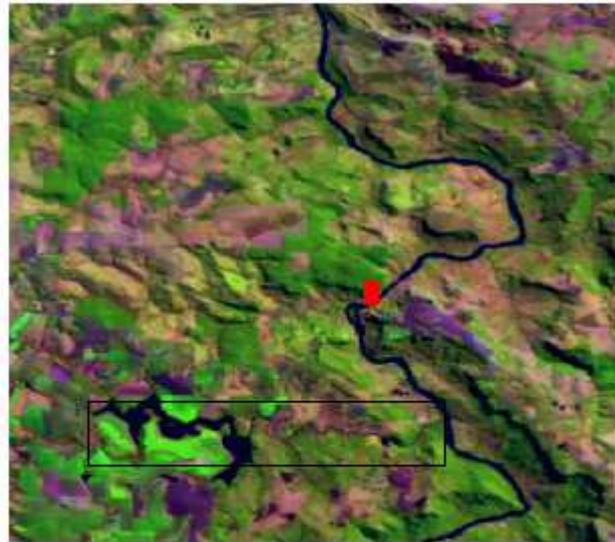


Foto 7; DUARTE, Amauri

Fonte: Embrapa. Disponível em: <<http://www.embrapa.gov.br>>. Acesso em; 17/02/04, 23:00 h.

Nesta unidade está um dos principais impactos culturais, que envolve indígenas da reserva Apucarantina, que terá a maior parte de suas terras inundadas, cabendo aí a iniciativa dos movimentos combativos com vários manifestos contrários ao projeto, com o aval de parcela dos indígenas. A principal irregularidade desse projeto relaciona-se a esse item em especial, pois em se tratando de terras indígenas, os estudos teriam necessariamente que ser feitos e licenciados pelo Ibama, fato que não ocorreu.³⁰

³⁰ Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em; 11/12/2002, 22:00 h.



Foto 8; Área do município de Jataizinho(UHE Jataizinho)



Foto 9; Área do município de Ibiporã (UHE Jataizinho)



Foto 10; Área do município de Assaí (UHE Cebolão)



Foto 11; Área dos municípios de Londrina e Ibiporã



Foto 12; Área da UHE Cebolão (Londrina/Assaí)



Foto 13; Área da UHE São Jerônimo (Tamarana/
São Jerônimo da Serra)

 Local das barragens, de acordo com os projetos hidrelétricos (EIA/RIMAs).

As áreas urbanas aparecem na tonalidade roxa, enquanto que as diversas variedades de uso do solo estão pouco precisas. No entanto, observações sobre o terreno nos permitem afirmar que as manchas em tonalidades amarela são ocupadas por várzeas e pastagens. As áreas agrícolas predominantes na “região” aparecem em tonalidade verde.

A base econômica da bacia do rio Tibagi é essencialmente agrícola. Dessa maneira, os problemas detectados, nas questões das barragens, relacionam-se com a atual situação da pequena propriedade, predominante na região dos projetos hidrelétricos.

Os órgãos sociais e ambientais por meio de suas análises críticas, sobre a construção de barragens para a exploração hidroelétrica no país, apontam a construção de barragens como a “vilã” dentro do contexto degradativo contemporâneo. Em contrapartida, percebe-se que a *agricultura moderna*³¹, com suas necessidades de espaço para produzir cada vez mais, fez recuar os limites naturais dos ecossistemas para faixas reduzidas às margens dos rios, nas décadas de degradações ambientais e manipulações sociais e culturais determinadas pelas corporações agrícolas em benefício de uma minoria (SILVA, 1986).

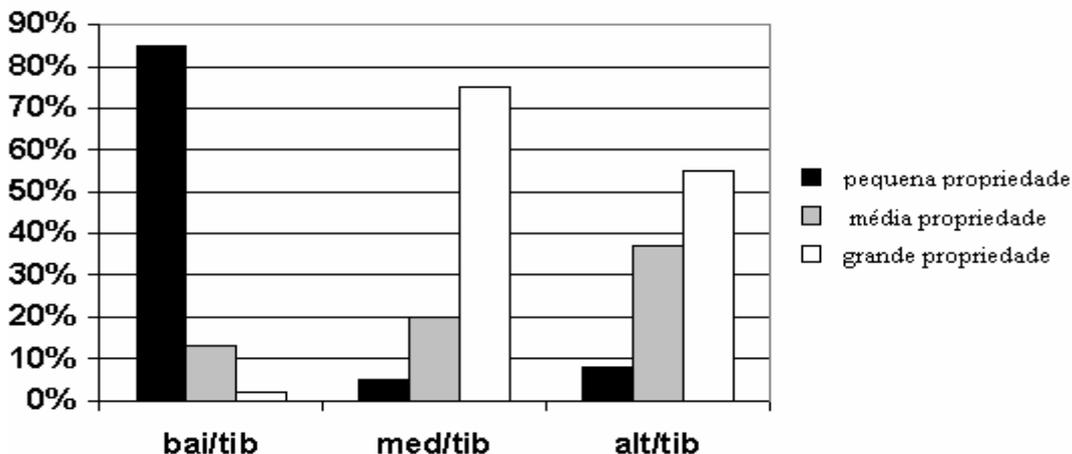


Gráfico.4 – Predominância da estrutura fundiária no: Alto, Médio e Baixo Tibagi.

Fonte: IBGE/INCRA

³¹ Como fatores que levaram às transformações, contribuindo para a expulsão de trabalhadores do campo, destacam por ordem de sua ocorrência: 1) A erradicação de cafeeiros no Paraná (249.957.000) financiada pelo Governo Federal através do programa IBC/GERCA a partir de 1962, causando 450.000 desempregos no campo (IBC-GERCA/DAC, 1967:32). 2) A implantação do Estatuto do Trabalhador, em 1963, causando o aumento da frota de tratores na ordem de 259%, para ocupar as vagas dos trabalhadores (IBGE, 1985). 3) As fortes geadas que atingiram os cafezais em 1969, 1972 e 1975, deixando danos acima de 50%, dizimando totalmente as lavouras de café. 4) A modernização da agricultura, a partir de 1975, que veio completar as transformações no espaço agrário regional. Antes da década de 70 terminar a modernização fez surgir a grande empresa agropecuária em substituição da agricultura tradicional de subsistência.
Fonte: SERRA, Elpidio, Reflexões Sobre a Origem da Crise Agrária no Norte do Paraná in Boletim de Geografia. Maringá – UEM, Departamento de Geografia, 2001.

A agricultura na região entre Jataizinho e Curiúva, na margem direita do rio Tibagi, é baseada na estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades, e algumas fazendas de médio a grande porte, estas, localizadas entre São Jerônimo, Curiúva e Ortigueira. Essas áreas de estrutura fundiária maior contêm vários assentamentos feitos pelo INCRA e outros com possibilidades de novos conflitos, devido à existência de grandes áreas ociosas, que têm como proprietários grandes empresários residentes fora do estado do Paraná, sendo que a população nativa dessas áreas vive de maneira precária prestando serviços temporários.

A erosão dos solos e a degradação das terras, principalmente no Médio Tibagi, tiveram como causas a utilização indiscriminada dos solos com baixa tecnologia, típica de manejo de pequenas propriedades no passado: São Jerônimo, Ortigueira, Sapopema e Curiúva, onde a prática de queimadas, o uso de agrotóxicos e a mecanização de áreas acidentadas nas últimas décadas transformou a região ocasionando enormes áreas improdutivas para a população nativa, e a formação das grandes fazendas citadas. Em parte do Médio e todo o Baixo Tibagi, a intensa mecanização em cultivos de exportação, como a soja e o trigo também fizeram o mesmo efeito nos solos e conseqüentemente na produção e fixação de populações no campo. “[...] essas práticas são mais acentuadas quando os desequilíbrios ultrapassam a barreira do aspecto físico e abrangem de maneira visível o social, tornando essa atividade extremamente criadora de problemas sociais para a população[...].” (SILVA, 1986).

A população da microrregião em estudo tem sua formação baseada no fluxo migratório que teve como atração à fertilidade do solo e as condições favoráveis à cultura do café no Norte do Estado e é composta de: japoneses, nordestinos, paulistas e mineiros. Logo após a crise do café com a geada de 1975, os agricultores procuraram direcionar suas atividades para culturas de menos riscos e mais lucrativas, necessárias e obrigatórias em todo o norte do Paraná (OGUIDO, 1990). A maioria dos pequenos agricultores do Médio e Baixo Tibagi buscou no algodão a reação de crescimento econômico preterida e, por muito tempo a região se manteve com esse produto, até que a concorrência internacional, o custo de produção e os juros altos tornaram essa cultura completamente inviável. Foi buscado na soja, um produto de exportação atrelado ao capital estrangeiro, uma saída para a sustentabilidade da pequena propriedade, mas como: “[...] a política de crédito rural subsidiado ilustra bem a trílice aliança entre indústria e bancos no Brasil” (SILVA, 1986), os pequenos tornaram-se dependentes dessa política, sendo excluído pelo grande capital. Em conseqüência disso “[...] a capitalização no campo gerou crise social, [...]” (WALDMAN, 1998). Esse processo é bastante visível na economia da região estudada, pois, os recordes de produção, baseado nos

*agrossistemas*³² são batidos a cada ano, mas a renda do pequeno produtor é diminuída assim como sua auto-sustentação. Com um endividamento insustentável, os reflexos incidem diretamente na qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, demonstrando um quadro regional onde “[...] a avaliação da pobreza no campo fica entre indigentes e pobres [...]” (MOREIRA, 1996).

A decadência do ciclo do algodão em Assai e microrregião

Por muito tempo, Assaí ostentou o título de “Capital do Algodão”, entre as décadas de 1950 a 1980, tendo como base de sustentação econômica, os municípios vizinhos, dos quais absorvia grande parte da mão-de-obra, movimentando também as atividades econômicas dessas pequenas cidades. Atualmente, essas cidades se tornaram “cidades bóias-frias”, a exemplo de São Sebastião da Amoreira, Santa Cecília do Pavão e Nova América da Colina.

Cidades	Total de habitantes urbanos	Trabalhadores temporários	Trabalhadores fixos
Nova América da Colina	1597	500 - 31,3%	280 - 17,5%
São Sebastião da Amoreira	4083	1120 - 27,4%	530 - 12,9%
Santa Cecília do Pavão	2524	480 - 19,0%	250 - 9,9%

Quadro.11 - Divisão da população ativa das cidades ligadas ao município da região de Assai-2003.

Fonte: IBGE e prefeituras dos municípios citados e Destilaria Americana S/A-(DASA), situada no município de Nova América da Colina, 2003. (dados aproximados, face, à dinâmica própria de trabalhos temporários).

³² O agrossistema corresponde à destruição dos equilíbrios naturais e a sua substituição pelos equilíbrios secundários, instáveis, diretamente ligados ao tipo e ao ritmo da exploração. O sistema de cultura é a base de todo o complexo ecológico. O agrossistema não é somente uma estrutura e um sistema de produção. É também um meio de vida, um ambiente em grande parte herdado das sociedades rurais, anteriores, mas sempre dinâmico. Ele intervém sobre os comportamentos físico-sociológicos e contribui para formar a mentalidade camponesa. PASSOS, 2003



Máquina de beneficiamento de algodão “sucateada”, em Assai-PR (10 no total)

Foto.14 : Duarte, Amauri, 22/08/2003

Atualmente a situação dos minifúndios na região é lamentável, com maquinários sem condições de uso, casas e barracões caindo aos pedaços, em total sucateamento. Tendo em vista que, para se conseguir novos financiamentos para as lavouras são necessários o pagamento de dívidas atrasadas e, como esse procedimento não é possível, esse processo inviabiliza um novo recomeço para o setor. Em virtude disto, os agricultores da microrregião de Assai, tentam com dificuldades, inserir em suas atividades uma nova perspectiva econômica baseada na implantação de agroindústrias, já que os municípios que a compõe é bastante versátil no que diz respeito à diversidade de produtos cultivados.



Distrito de Pau D’alho do Sul, município de Assai-PR, (decadência e abandono).

Foto 15; Duarte, Amauri. 09/09/2003.

O Distrito de Pau D'Álho (Assai), como exemplo, já teve mais de cinco mil habitantes, nas décadas de 1960 e 1970, restando atualmente, pouco mais de mil habitantes vivendo em condições precárias e sem perspectivas de melhoras. Nessas áreas, os pequenos agricultores tornaram-se também trabalhadores volantes, ou então, dedicam-se a atividade hortifrutigrangeira, com investimentos mínimos. Alguns dos agricultores que possuem pequenas propriedades às margens do reservatório da UHE Cebolão, chegaram ao extremo de transferir suas instalações, já em decomposição e bastante sucateadas, para as áreas possivelmente inundadas, na expectativa de adquirirem maiores indenizações por parte da COPEL após a construção da UHE.



Pequenas propriedades e maquinários sucateados (propriedade do senhor João Maria Duarte, secção Maracatú, Assai- PR)

Foto 16; Duarte, Amauri. 11/08/2003

Nas décadas de 1980/1990, a microrregião de Assai foi sendo “engolida” pelo *agrossistema degradante*³³ da monocultura canavieira em expansão, pois os agricultores que se encontravam desestruturados, financeiramente, buscaram uma saída no arrendamento de suas terras para o plantio de cana-de-açúcar à Destilaria Americana, situada no município de Nova América da Colina, em que a lucratividade momentânea era bem maior que o cultivo feito sem investimentos. (Setor de planejamento agrícola da ex- Cooperativa Agrícola Vale do Tibagí, (VALCOOP), Assai, 2000.)

³³ A agricultura “degradante”, não é somente uma ruptura do ecossistema natural, mas também uma subtração da produção natural para fins exteriores ao funcionamento do ecossistema [...] é um ecossistema mutilado. (BERTRAND, 1975).

Modos de utilização da área	Produto	Preparação do solo	Insumos e sementes	Manutenção de pragas e colheita	Custo final em scs. de produtos	Lucro
Pelo proprietário	soja	150,00	860,00	402,00	79 scs.	21 scs. (soja)
Pelo proprietário	milho	110,00	990,00	830,00	190 scs.	25 scs. (soja)
Arrendamento p/ a Destilaria-DASA	cana-de-açúcar	-	-	-	-	40 scs. (soja)

Quadro.12 - ³⁴*Custos de produção* das culturas soja, milho e cana-de-açúcar – 2000

Fonte: VALCOOP (incorporada à COROL-Cooperativa de Rolândia, em 2002. Assaí-PR): Setor de Planejamento Agrícola; Eng. Agrônomo Luiz Hiroshi Shimizu, em 12/12/2000.



Avanço da monocultura canavieira na microrregião de Assaí
(área arrendada pela Destilaria Americana, secção Figueira, município de Assaí-PR)

Foto17; Duarte, Amauri. 12/08/2003

Para o pequeno agricultor, o arrendamento ainda é a melhor saída, uma vez que se continuar a cultivar suas terras, sem recursos e infraestrutura, corre o risco de perde-las agravando o quadro sócioeconômico em toda a região. Esse fator influenciou a polêmica entre a população da região com referência às viabilidades dos projetos hidrelétricos, tendo em vista que a formação do reservatório representaria a possibilidade de empregos em curto prazo, a partir do início das obras.

³⁴Com o ajuste do mercado da soja para 2003, o lucro do pequeno agricultor ficou equivalente ao arrendamento para a cana-de-açúcar, mas, não foram contabilizados os contratemplos, desgastes de maquinários e nem a mão-de-obra do agricultor. -Foram consideradas as médias da região: milho (250 scs. por alqueire)/ soja (100 scs. por alqueire). -O resultado final do arrendamento p/ cana-de-açúcar foi calculado em sacas de soja.

Os municípios da região em estudo começaram a se encolher aceleradamente nas *últimas décadas*³⁵, alguns perdendo mais de 60% da população nos últimos quinze anos. Assaí, por exemplo, possui atualmente 19 mil habitantes dos quais 3.500 deles estão no Japão, e 80% destes são pequenos agricultores. Santa Cecília do Pavão sofreu grandes transformações, face à enorme dependência que o município teve do ciclo do algodão.

A população da região de São Jerônimo e Sapopema, que tinha trabalho na região de Assaí quando da colheita de algodão, passou a migrar para os centros maiores como Curitiba e região metropolitana de São Paulo. Alguns habitantes desses municípios fazem a trajetória inversa à de seus tataravôs no início do século XX: dirigem-se para a Itália, Portugal e Japão. A decadência vista nessa microrregião é bastante visível, refletindo em todos os setores de atividades as conseqüências do processo de transição econômica enfrentado. Apesar dessas prerrogativas, a situação dos municípios estudados apresenta um fenômeno interessante, já que, de acordo com o censo 2000, na última década o IDH desses municípios cresceu em virtude do decréscimo de sua população.

Município	(censo)-1991	2000	classificação	região
Assaí	0,681	0,748	24°	do Norte do Paraná
Jataizinho	0,673	0,733	34°	- - - -
São Sebastião da Amoreira	0,648	0,724	38°	- - - -
Nova América da Colina	0,618	0,716	41°	- - - -
Santa Cecília do Pavão	0,621	0,712	45°	- - - -
Nova Santa Bárbara	0,614	0,701	50°	- - - -
Tamarana	0,659	0,683	53°	- - - -
São Jerônimo da Serra	0,583	0,674	55°	- - - -
Ortigueira	0,528	0,62	57°	(o pior do Paraná)

Quadro.13 – IDHM dos municípios envolvidos na questão da UHE São Jerônimo(1991/2000).

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, 2000.

³⁵ Município	1960	1980	1996	2000
Assaí	31.552	22.096	19.675	19.280 (perdeu 39,9% de hab)
Santa Cecilia do Pavão	13.313	9.865	4.136	4.080 (perdeu 69,4% de hab)

*Assaí perdeu bem mais que os 39,9% de seus habitantes originais, mas, sua população foi sendo reposta por pequenas migrações vindas das cidades vizinhas.

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico, censo 2000.

De acordo com representantes comerciais atuantes nas diversas áreas do setor, a degradante situação econômica da região desperta adjetivos nada agradáveis, como: “a região da fome” ou “corredor da fome”, que englobam toda a região da margem direita do Rio Tibagi ao longo da PR 090, de Jataizinho a Curiúva. Essa situação é notada, principalmente, devido ao contraste existente entre a região e os municípios do norte do Paraná como um todo. O item renda do IDH de São Jerônimo, por exemplo, é de 0,59, evidenciando o antagonismo social entre os municípios, que apesar disso, em sua maioria são considerados exemplos de desenvolvimento no estado e no país.

Todo o processo de implantação de uma UHE é iniciado com um estudo topográfico na área da construção do futuro reservatório. Portanto, esse é o primeiro contato da população a ser atingida com a construção de uma usina, começando nesse momento as opiniões divergentes dentro do processo. Com o avanço da consciência política dos cidadãos, têm mudado também as atitudes, tanto das populações atingidas quanto dos movimentos de assessoramento.

Sr Osvaldo Lemes Gonçalves-Topógrafo (relato).

“Há uma grande diferença no comportamento dos envolvidos com esses empreendimentos observados ao longo de minha carreira profissional. Atualmente a população é bastante crítica e mais atenta para os impactos envolvendo a construção de uma UHE, mas, na década de 1960, em algumas regiões a população nem mesmo acreditava que o homem pudesse “cercar” um rio. Hoje a população é bem mais esclarecida e sabe o que quer, principalmente pelo fato de reconhecer as leis e possuir várias entidades lhes dando proteção e assessoramento com referencia a seus direitos.

Por ocasião da construção de UHEs, sempre houve alguém presumindo ser beneficiado pelos alagamentos, esperando que as indenizações oferecidas melhorassem seu padrão de vida, já que, os benefícios ofertados pelas empresas construtoras dos empreendimentos, são melhores que àqueles que conseguem cultivando suas terras. Em todos os anos em que desempenhei minhas funções na construção de barragens em todo o país, encontrei diversos tipos de atitudes com relação aos futuros atingidos. As reações divergentes apresentadas nessas ocasiões dependiam de cada cultura ou condição socioeconômica envolvida, que às vezes eram hostis ou não.

As empresas que trabalham no processo inicial em uma UHE, treinam técnicas de abordagem para cada tipo de população, tendo em vista, o extenso e minucioso conteúdo dos questionários apresentados à população envolvida. **(Em anexo)** Na maioria das vezes, no primeiro contato com os proprietários as empresas orientam seus funcionários a apresentar, de imediato, as vantagens que o empreendimento pode trazer para aquela região ou para sua propriedade, e nunca informar que suas propriedades vão ser atingidas sem primeiramente detectar a sua opinião sobre a realização do empreendimento.

Em experiências ao longo de minha carreira, a situação que me deixou mais entristecido, foi quando da inundação provocada pela barragem de Itaipu, no rio Paraná, e barragem de Segredo no rio Iguaçu. O que mais me chocou foi ver o desaparecimento das terras daquela região, que eram extremamente produtivas, presenciando cenas onde muitos choraram por ter que abandonar suas raízes, que às vezes vinham desde o período do Contestado.

Em algumas regiões enfrentei algumas represálias, pois os moradores ou os proprietários dos imóveis da região atingida, não deixavam que a minha equipe entrasse na propriedade para a execução do serviço de levantamentos topográficos, soltavam cães ferozes ou até mesmo o gado da propriedade em direção a nós. No caso da UHE de São Jerônimo, foi relativamente tranquilo e com bastante cooperação da população, tendo em vista, a enorme expectativa que a população tinha em relação à construção das barragens.”

Quadro.14 - Relato do topógrafo da THEMAG³⁶ Engenharia e Gerenciamento LTDA. (Sede em São Paulo e filial em Curitiba 1970/2004).

Fonte: Osvaldo Lemes Gonçalves, Ponta Grossa, 02 de Fevereiro de 2003.

³⁶ A THEMAG é uma empresa de consultoria em engenharia, que desde a sua incorporação, em 1961, desenvolve suas atividades principalmente no campo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A empresa presta serviços também nas áreas de: engenharia de transportes, planejamento urbano, irrigação, industrial, sistemas de automação, produção e prospecção de petróleo, mineração, saneamento e fontes alternativas de energia, seus serviços de consultoria são desenvolvidos em vários países da América do Sul, África, Oriente Médio, Estados Unidos e China. Suas atividades incluem também estudos de viabilidade, inventários, projetos básicos e executivos, inspeção de equipamentos, gerenciamento de projetos, controle de qualidade, comissionamento e meio ambiente.

A THEMAG está cadastrada como empresa de consultoria no Banco Mundial (BIRD), no Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID) e outras entidades similares, internacionais e nacionais como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento).

De acordo com as afirmações feitas pelo técnico da THEMAG, os líderes dos movimentos reportam para tempos anteriores à década de 1980, em que os governantes se aproveitavam dos contrastes socioeconômicos das populações atingidas para extrair o máximo de “negócios” energéticos no Brasil. Segundo eles, esse comportamento diferenciado, no caso da UHE São Jerônimo relatado pelo topógrafo, é típico de populações submissas remanescentes do período de colonização por que passou o país, atitudes estas, que são contestadas apenas por uns poucos, sem ligações diretas com o empreendimento.

Na luta contra a construção das UHEs no rio Tibagi, participaram apenas algumas entidades, que se apresentaram solidárias com as riquezas socioculturais da região, denominadas *Movimentos Combativos*³⁷. A maioria dessas entidades é remanescente de outros empreendimentos semelhantes ocorridos em todo o país ao longo das políticas trabalhista e energética por que passou o Brasil nas décadas de 1940/1970. O objetivo comum desses grupos foi o de tentar evitar que injustiças sociais e ambientais ocorressem com o empreendimento a ser construído pela COPEL-PR, entre 2001/2004, principalmente pela questão das terras indígenas que seriam atingidas e seus sítios arqueológicos, além dos pequenos agricultores. Essas entidades buscaram um elo de ligação com a população através da comunidade religiosa dentro da área de abrangência das UHEs São Jerônimo e Cebolão. Entre as entidades participantes da luta se destacaram: CPT, MAB, ONG Ambiental-NP, APEART, CRAHRT e CRABI.

De acordo com os representantes dessas entidades, o fator determinante para a iniciativa dessa “luta”, é o envolvimento que essa região de abrangência dos projetos hidrelétricos vem tendo com a questão da terra em prol da reforma agrária.

Características dos componentes dos movimentos “combativos”

- CPT (Comissão Pastoral da Terra)- que desponta no cenário nacional com diversos trabalhos de assistência social, participando ativamente da política brasileira, e uma das principais organizadora das manifestações.
- MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens)- esse movimento surgiu no Paraná após a construção da hidrelétrica de Itaipu na década de 1980, com o intuito de reivindicar os direitos daquelas populações por conta dos impactos sócioeconômicos provocados pela construção da usina, em um período onde as populações da região não tiveram nenhuma chance de reivindicações, por conta da ditadura da época. Esse movimento tomou dimensão nacional.

³⁷ Com a “Revolução Verde” do capitalismo predatório, surge tanto no Primeiro Mundo quanto no Terceiro Mundo novas perspectivas, que ampliam o campo de visão e atuação do ecologismo, apontando para um Ecologismo Combativo, preocupado em aliar as lutas ecológicas com as lutas populares. WALDMAN, 1996.

- Ong Ambiental-NP (Norte do Paraná)- foi criada pelos membros da igreja católica de São Jerônimo da Serra (Guatassára Rodrigues dos Santos, seu principal representante no município; Marisa Novi Vieira; e os padres: Albino Czovovisk e Eduardo Wrobel Meído), tem como objetivo, fiscalizar e tentar gerenciar, com justiça, as desigualdades inerentes na região, segundo o seu representante.
- APEART (Associação Projeto Educação Assalariado Rural Temporário)- uma Ong criada desde 1993, desenvolve ações na área da educação popular, no estado do Paraná e Brasil, atuando em cerca de 110 municípios, destes, 54 são do Paraná. Sua principal bandeira é a luta pela cidadania de: bóias-frias, posseiros, trabalhadores das periferias, crianças e adolescentes em situação de risco pessoal, os indígenas, e agricultores atingidos por barragens.
- CRAHRT (Comissão Regional dos Atingidos pelas Hidrelétricas do Tibagi)- é um movimento criado pelas diversas entidades citadas, com a soma de uma parte da população das cidades atingidas pelas hidrelétricas na bacia do Tibagi, com sede em São Jerônimo da Serra.
- CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Iguaçu)- é um movimento que foi criado pelos representantes do MAB nacional para assessorar especialmente os atingidos pelas barragens construídas na bacia do rio Iguaçu, contando com os próprios atingidos para esse fim. Atualmente a Ong faz parte de vários processos relacionados a construção de barragens em todo o Paraná, além da coordenação dos assentamentos da bacia do Iguaçu para a qual foi criada.

Quadro.15 – Características dos movimentos envolvidos com a UHE São Jerônimo

Fonte: Boletim da 16ª Romaria, 2001.

Os movimentos contrários às barragens vinham se organizando há algum tempo, principalmente sob a liderança da CRABI³⁸, como representante do MAB, desde a fase de estudos na bacia do rio Tibagi. Contudo, a realização do Seminário Estadual “Matriz Energética e Privatização da Água” realizado na Universidade de Londrina, nos dias 13 e 14 de maio de 2001, deu início à campanha ativa contra as barragens no rio Tibagi.

Nos debates ocorridos naquele evento, foram apontados fatos principais referentes à questão energética em debate, entre eles, o de que o Brasil podia se transformar em palco de uma “guerra” por energia no futuro. Os líderes dos movimentos enfocaram também que o processo que estavam vivenciando naquele momento, com relação à venda da COPEL e a construção das usinas no Tibagi, se tratavam de internacionalização de bens estratégicos para o estado do Paraná, pois, se a venda da estatal se concretizasse, com ela

³⁸ A CRABI tem sua sede localizada em Cascavel-PR. É a representação maior do MAB no Paraná. Possui parceria com: CPT, MST, e demais ONGs no Paraná. Sua origem vem dos anos de 1970/1980, após a construção de Itaipu. A entidade atua na organização dos reassentamentos de atingidos em associações e comunidades. Entre os reassentamentos estão: São Francisco de Assis, em Cascavel-PR. Boa Esperança, em Boa Esperança-PR. Nossa Senhora dos Navegantes, em Cascavel-PR. Santa Bárbara, em Cascavel-PR. São Marcos, em Catanduvas-PR. Ibema, em Ibema-PR. Centenário, em Campo Bonito-PR. Saudades do Iguaçu, em Catanduvas-PR. Novo Horizonte, em Três Barras-PR. Nova Prata do Iguaçu, em Nova Prata-PR.

Fonte: senhor José Uliano Camilo, presidente da CRABI, através de entrevista, em 08/2003.

iriam as usinas hidrelétricas projetadas, com grandes possibilidades de serem arrematadas pelo capital estrangeiro. Segundo palavras de um dos participantes do movimento: “Temos hoje somente duas alternativas: ou viramos escravos ou canalhas acovardados e submissos ao estado e ao capital, mais uma vez. Temos que construir uma terceira alternativa, enfrentar um problema fundamental, que é o da ignorância, e de maneira contundente e ativa, precisamos nos dar conta de que unidos temos a solução do colapso energético e ambiental em nossas mãos. Temos que decidir se queremos viver com soberania ou sobreviver na submissão. Ou nos organizamos ou não seremos dignos de encarar nossas gerações futuras”. Nesse encontro, com o apoio de todos, os líderes dos movimentos decidiram a realização da 16ª Romaria da Terra em São Jerônimo da Serra, iniciando assim a luta proposta para toda a sociedade do Paraná.

As Romarias organizadas por esse grupo, já vinham atuavam desde 1985, em Guaíra, com o tema “Terra e Água” em benefício dos atingidos pela barragem de Itaipu. Naquele momento os líderes dos movimentos ainda encontravam grandes dificuldades de mobilização, em vista dos resquícios do período de ditadura no país. A 10ª Romaria, em 1992, também foi elaborada em benefício de atingidos pelas barragens de Três Barras no Paraná, e pela barragem de Salto Caxias no rio Iguaçu, com o tema “Águas para a vida, não para a morte”. Na 16ª Romaria da Terra, em São Jerônimo o tema foi: “Terra livre, Água corrente, trazem Vida pra gente!”.

Com a finalidade de expor a toda a população a importância da luta em benefício do rio Tibagi, no dia 19 de Agosto de 2001, por ocasião da “16ª ROMARIA DA TERRA” foi elaborada uma carta com características da região a ser preservada, bem como sobre a relação do rio com as comunidades nativas, endereçada à sociedade, demonstrando que, “O sistema social como um todo, ainda age de forma insustentável” (CUNHA & GUERRA, 1999).

16ª Romaria da Terra

Carta de conscientização pública

“[...] São Jerônimo da Serra é um dos municípios mais pobres do Paraná, situado no norte do estado em uma região denominada vulgarmente “região da fome”. O município está assentado na Serra do caeté a 339 Km de Curitiba e 90 Km de Londrina à margem direita do Rio Tibagi. Existem hoje no município duas reservas indígenas: Barão de Antonina e São Jerônimo. A própria cidade esta assentada sobre um antigo cemitério indígena, lugar sagrado das culturas guarani e kaingang que povoavam a região restando apenas alguns poucos atualmente.

Toda a região adjacente ao município de São Jerônimo teve seu desenvolvimento iniciado em função do rio Tibagi, que se tornou caminho de desenvolvimento rumo a ligação com a província de Mato Grosso na época da colonização e ocupação do Paraná. O grande contingente de pequenos proprietários de terras, e trabalhadores temporários, contrasta com a

enorme concentração de riquezas, onde através de grandes fazendas de propriedade de pessoas não moradoras do município e a falta de políticas públicas coerentes fizeram com que o município fosse inserido no chamado 'cinturão da pobreza' que corta o norte do Paraná.

O rio Tibagi foi sempre motivo de cobiça e promessas do tal "desenvolvimento", que custa a chegar à região, sendo hoje um dos últimos rios vivos do Paraná, mas está sendo alvo do um grande projeto hidrelétrico, que pretende inundar uma grande área, comprometendo a vida da fauna, flora e das populações locais. Apesar das muitas irregularidades anunciadas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) já marcou o leilão que pretende liberar a concessão para a construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Jerônimo da Serra. A população do município está sendo enganada com falsas promessas dos governos municipal e estadual para que aceite de olhos fechados esse projeto megalomaniaco.

O rio TIBAGI é um poço de história: somente nas três áreas indígenas estudiosos identificaram 53 sítios arqueológicos com vestígios de populações indígenas que remontam a seis ou sete mil anos atrás. Além de suas águas serem usadas para o abastecimento de centros urbanos como Londrina e Ponta Grossa. No entanto essas informações foram totalmente esquecidas pelos autores dos Estudos dos Impactos Ambientais (EIA/RIMA), que foi reconhecido pelo ministério público e outras entidades, como uma falsidade científica e ética tendo como objetivo favorecer ideologicamente as empresas interessadas na construção da hidrelétrica.

A maior parte dos indígenas que vivem em nosso Estado hoje, veio em ondas migratórias em busca da "Terra sem males", lugar mitológico onde realizam todos os seus desejos, tendo encontrado nas margens do rio Tibagi o local ideal para sua fixação. A maioria das etnias definidas como residentes na região são de KAINGANGS E GUARANÍS, que passaram a viver no aldeamento São Jerônimo a partir de 1859, após grande pressão dos brancos. Hoje vivem do artesanato e de pequenas lavouras de subsistências, prestes a ter suas terras inundadas se o projeto das barragens for aprovado [...].

São Jerônimo, 19 de agosto de 2001

Quadro.16 – “O Santo, os Índios e o Rio”

Fonte: Boletim da “16ª Romaria da Terra” em São Jerônimo da Serra, em 19/08/2001.

Devido à grande diversidade étnica e contrastes econômicos encontrados na área das UHEs, o MAB de São Jerônimo da Serra (CRAHRT) usou como método de organização as vias religiosas, a fim, de atingir a maior parte da população dentro das igrejas, as quais, segundo os movimentos, são as armas que mais atingem as “massas” no nosso país. “A Igreja Católica [...] foi a única organização no país, com poder e autoridade para enfrentar o poder governamental [...]”, desde o período de ditadura e repressão (BECKER, 1997).

A fim de demonstrar o que representa a construção da UHE São Jerônimo, foi apresentado à população as divergências quanto aos aspectos positivos e negativos:

Positivos:

- a intensificação do transporte
- comercialização de bens necessários à implementação da usina
- a geração de empregos vinculados direta e indiretamente à obra
- o aquecimento da economia local e desenvolvimento da economia municipal.
- ampliação de forma significativa da renda familiar da população residente
- aumento das receitas municipais, (fatos apreciados e apresentados pelos seguimentos políticos da região na tentativa de conseguir a aprovação do projeto junto à população e contestado pelos movimentos contrários)
- a possibilidade de ampliação do mercado de prestação de serviços à população atraída pelo empreendimento
- o surgimento de serviços e atividades periféricas

Negativos:

- a ocupação de terras pelas linhas de transmissão.
- a alteração do curso do rio, o êxodo rural dos ribeirinhos
- o aumento do desemprego após o término da construção
- as alterações da qualidade da água
- a sismicidade induzida pelo peso do reservatório
- as alterações climáticas provocadas pelo espelho d'água
- a supressão e fragmentação de habitats da fauna terrestre e aquática
- a favelização da cidade sede dos empreendimentos
- a desativação da UHE Presidente Getulio Vargas (Apucarantina)
- a inundação da estação de captação de água de Londrina
- a destruição dos sítios arqueológicos indígenas e a inundação de suas terras
- a supressão das corredeiras do rio Tibagi acabará com a tradicional pesca do pari, na comunidade dos Kaingangs;
- Interrupção do fluxo genético entre peixes, já que as populações serão isoladas pelas barragens;
- alagamento de cerca de 50% da Mata Doralice, um dos últimos redutos significativos de mata primária existente na região, sendo inventariada pelo menos 200 espécies de pássaros, 10% das quais consideradas sob risco de extinção, na área da Usina de Jataizinho. Entre estas, está o pato-mergulhão, espécie rara, já dada como extinta no Paraguai;
- piora na poluição do rio Tibagi, captado para consumo em Londrina e arredores, pois suas águas, segundo Borschein, estão contaminadas pelos produtos químicos agrícolas usados na agricultura da região em níveis acima dos aceitáveis, e nesse caso, as barragens eliminariam o efeito depurador exercido pelas corredeiras.

Quadro.17 - Aspectos positivos, (segundo, EIA/RIMA/COPEL) e negativos, (segundo os movimentos)

Fonte: EIA/RIMA da UHE São Jerônimo/Movimentos socioambientais e Disponível em: <<http://www.socioambiental.org.br>>. Acesso em: 09/05/2002, 17:00 h)

Segundo os representantes do MAB, o papel de apresentar as viabilidades negativas e positivas de um determinado empreendimento energético deveria ser de responsabilidade de todos os segmentos formadores da sociedade, fazendo parte dos currículos na área da educação no país. Para MALHADAS, 2001:

“O desenvolvimento sustentável não é centrado apenas na produção, mas nas pessoas, [...] nas comunidades que funcionam bem, mesmo quando há pobreza, há também, estratégias engenhosas de sobrevivência [...] levando a comunidade a resolver seus próprios problemas, é neste contexto que a educação ambiental demonstra sua vital necessidade para um futuro sustentável” (UNESCO,1997).

Os movimentos iniciaram a mobilização com o apoio de outros segmentos da sociedade, que também se sentiam atingidos pelas barragens nos âmbitos econômico, cultural e social. Dentre os diversos métodos para esse fim foram criados cânticos de protesto que apontava a falta de compromisso do capital com o social no Brasil:

“[...] Meu país[...]tem alguém levando lucro, tem alguém colhendo fruto sem saber o que é plantar. Tá faltando consciência, tá sobrando paciência, tá faltando alguém gritar[...] Está levando á loucura o país que a gente ama. [...] Meu Tibagi eu vim pra te defender[...] Kaingang e guarani, neste dia e todo dia respeitando eu quero ver[...] que o rio Tibagi quer correr livre, e assim livre nos ensine a alegria de viver[...]”. (Boletim da 16ª Romaria da Terra, 2001).

Outra estratégia usada pelos movimentos foi a elaboração de vários panfletos educativos e de conscientização. Parte do texto preparado pelos líderes dos movimentos para a apresentação, cita: “[...] esta região está ameaçada pela construção da Usina Hidrelétrica de São Jerônimo e mais outras quatro planejadas, tornando-se um projeto de morte para as populações que dele dependem para viver [...]”. Com alusão ao capital estrangeiro, cita ainda: “[...] É uma romaria em defesa da água [...] contra a privatização das empresas que controlam os mananciais de águas do Brasil”. Referente à comunidade indígena, comenta: “A questão étnica deverá ser respeitada [...] os Índios Xetás, Guaranis e Kaingang sobreviverem das margens do rio [...]”.³⁹ Segundo liderança dos movimentos, as várias fraudes detectadas no “Projeto Hidrelétrico Tibagi”, só demonstram a intenção da COPEL em expandir a atuação no mercado de geração de energia, para posterior privatização, sacrificando sua boa reputação junto à opinião pública apenas para a sua valorização no mercado.

De acordo com os líderes dos movimentos, as fraudes se deram especificamente no projeto da UHE Jataizinho. Dentro do processo de análise do EIA, o biólogo Marcos Ricardo Borschein, um dos pesquisadores responsáveis pelo relatório ambiental daquela usina, em tempo hábil, entregou seu relatório à COPEL, sendo submetido à Juris Ambientis, empresa de consultoria contratada pela estatal para analisar os estudos de campo antes de enviá-los ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, mas o conteúdo do relatório foi modificado pelos empreendedores sem a anuência dos autores. Quando Borschein e os outros pesquisadores que o produziram exigiram a devolução do documento para analisá-lo, descobriram várias adulterações. “Alguns dos impactos ambientais relacionados foram abrandados e medidas mitigadoras e programas ambientais sugeridos foram simplesmente eliminados do texto”, afirma Borschein. Inconformados, os autores exigiram que a íntegra do relatório fosse restaurada antes de ser definitivamente entregue aos órgãos licenciadores. Semanas depois, souberam que outros pesquisadores haviam sido contratados e outros relatórios haviam sido preparados. Diante da manobra, Borschein e os demais autores do relatório fraudado encaminharam duas representações ao Ministério Público, já que haviam registrado os originais em cartório antes de entregá-los a COPEL.⁴⁰

³⁹Texto contido no Boletim da ‘Romaria da Terra’ em São Jerônimo da Serra, 2001.

⁴⁰ Dados disponíveis em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso: 09/05/2002, 17:h.

A última das ações apresentada pela CRAHRT, no início de 1998, foi transformada em ação civil pública, por intermédio do Ministério Público da Comarca de Uraí, na figura do promotor Dr José Roberto Manchini, que deu a entrada no processo contra a Copel, encaminhando-o para a Procuradoria Geral do Estado para assuntos Indígenas e Meio Ambiente. Este caso continua em julgamento na 1ª Vara de Justiça do Ministério Público Federal de Londrina. sob o nº 199970010075146 em 2003. (em anexo)

Pesquisadores das universidades estaduais de Londrina e Maringá, que desde 1994 trabalham na bacia do Tibagi, apontam outros vícios nos EIA-RIMA preparados para a COPEL, em uma carta-manifesto, divulgada em dezembro de 1998. Nela, acusam a avaliação dos impactos sobre cinco terras indígenas de serem apenas parciais. Um exemplo citado no manifesto, consta que os relatórios não mencionariam os 40 sítios arqueológicos existentes abaixo da linha de inundação nas áreas das reservas indígenas de Barão de Antonina e Apucarantina. Seus signatários, a antropóloga Kimiye Tommasino, o arqueólogo Francisco Noelli e o historiador Lúcio Tadeu Mota afirmaram que uma série de aproveitamentos dos ambientes a serem alagados para atividades coletivas e individuais dos Kaingang não foi suficientemente esclarecida nos relatórios de campo entregues a COPEL, já que os pesquisadores estiveram por tempo insuficiente nos locais. De acordo com Tommasino, um dos pesquisadores, os dados do RIMA da UHE estariam incompletos, já que “[...] não pode haver segredo num EIA; todas as informações necessárias devem ser incluídas [...]” (TOMMASI, 1993). Baseado nesses argumentos, em fevereiro de 2000, após um encontro entre entidades de apoio, sindicatos, pastoral católica, universidades e comunidades indígenas, uma nova representação contra o projeto foi protocolada no Ministério Público, através da ANAB (Associação Nacional dos Atingidos por Barragens) acusando o complexo hidrelétrico de ser "ecocída" e "etnocída".(em anexo)

Cedendo às pressões, os órgãos federais competentes e a Superintendência do IBAMA no Paraná decidiram avaliar todos os EIA/RIMAs, que, de acordo com os líderes dos movimentos, só ocorreu depois que as fraudes na preparação dos relatórios foram reveladas por eles. Os fatos apresentados fizeram instaurar uma crise dentro da COPEL, segundo líderes dos movimentos, com vários técnicos, dentro da própria empresa, defendendo a tese da inviabilidade do projeto naquele momento. O engenheiro da Coordenadoria de Impactos Ambientais da empresa paranaense, Fonseca dos Santos, após pressão da opinião pública, afirmou que o IAP e o IBAMA decidiram compor um grupo técnico para avaliar os

impactos do projeto de forma integrada, com a supervisão dos movimentos a partir daquele momento.

Para que haja qualidade ambiental num EIA, Medeiros, afirma:

[...] Em um quadro sintético, expor as intenções dos fatores ambientais físicas, biológicos e sócio-econômicos, indicando os métodos adotados para sua análise com objetivo de descrever as inter-relações entre os componentes bióticos e antrópicos de sistema a ser afetado pelo empreendimento. Além do quadro citado, deverão ser identificadas as tendências evolutivas daqueles fatores importantes para caracterizar a interferência do empreendimento. (MEDEIROS, 1993).

Para justificar as suas ações junto às entidades envolvidas nos processos de avaliação, apresentação e aprovação do “Projeto Hidrelétrico Tibagi”, os movimentos se basearam na promulgação das LEIS DA NATUREZA - nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998, nos artigos referentes à proteção do meio ambiente sua recuperação e penas para quem burlar essas leis, com o intuito de se entender e divulgar a grandeza das infrações cometidas pela COPEL no caso da construção das UHEs no rio Tibagi. Segundo o MAB, o que se viu no processo, foram ações cometidas por entidade jurídicas incumbidas de organizar, manipular e conduzir bens de ordem pública, e não burla-la. Portanto, a empresa também é passível de punição, de acordo com a isonomia do Direito Constitucional.

Dentro das Leis da Natureza consta em um de seus artigos que: Art. 2º:

“Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta Lei, incidem nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem deixar de impedir a sua prática quando podia agir para evitá-la”.

As responsabilidades pelo cumprimento de leis de toda a natureza apontam o direito e os deveres dos cidadãos de forma igualitária, dessa maneira, o que fica claro no seu artigo 3º:

“As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que: a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício de sua entidade”.

Neste artigo é evidente a intenção do legislador de punir órgãos que se dispuserem a negligenciar suas funções em benefício próprio ou de outrem que tenha interesse direto. Segundo o MAB, no caso das UHEs no rio Tibagi, essa intenção ficou clara por parte do governo do Paraná Sr Jaime Lerner por ocasião da eminência de privatização da COPEL.

De acordo com alerta dos movimentos, é justificável a lembrança de que, dentro do regime democrático que rege país, é proibida a discriminação e são defendidos direitos iguais para todos. Mesmo que o empreendimento ainda esteja em vias de aprovação, os artigos 11 e 12 das Leis da Natureza poderiam ser acionados pela ocorrência da intenção do crime praticado pela empresa paranaense, de acordo com o representante do MAB:

Art 11. "A suspensão de atividades será aplicada quando estas não estiverem obedecendo às prescrições legais".

Art,12. "A prestação pecuniária consiste no pagamento em dinheiro à vítima ou à entidade pública ou privada com fim social".

De acordo com o Art. 14, das Leis da Natureza, feita para os cidadãos, são circunstâncias que atenuam a pena de delitos contra o meio ambiente:

I - baixo grau de instrução ou escolaridade do agente;

II - Arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;

III - comunicação prévia pelo agente, do perigo iminente de degradação ambiental;

IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental.

Essa lei vem constatar a intenção do infrator em cometer o delito com consciência do que estava fazendo, segundo os líderes dos movimentos, principalmente pelo fato de os dirigentes da entidade estatal não possuírem baixa escolaridade, não se arreponderem do ato praticado e tentarem ludibriar a população para a aprovação do empreendimento com promessas e resultados falsos. Portanto, pelo princípio da isonomia, a mesma lei poderia ser aplicada por conta nos artigos:15 e 19, explicitando que:

Art, 15; "É circunstância que agrava a pena, quando constitui ou qualifica um crime onde há a: I - reincidência nos crimes de natureza ambiental".

Art, 19; "A perícia de constatação do dano ambiental, sempre que possível, fixará o montante do prejuízo causado para efeitos de prestação de fiança e cálculo de multa".

Para os líderes dos movimentos, essas infrações ocorreram quando a empresa paranaense insistiu na versão original sobre os impactos causados e omitiu o montante dos prejuízos que a construção das UHEs trariam ao meio ambiente na apresentação do EIA/RIMA. Quando um cidadão comete delitos contra o meio ambiente, ele é punido com

o Art. 23 das Leis da Natureza; A prestação de serviços à comunidade, por pessoa jurídica consistirá em:

- I - custeio de programas e de projetos ambientais;
- II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas;
- III - manutenção de espaços públicos
- IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Segundo o MAB, essa lei por muito tempo foi burlada no Brasil por quase todos e, mesmo quando colocada em prática, demonstrou-se sem eficiência, principalmente quando o infrator se tratava de uma entidade pública responsável por projetos hidrelétricos. Se respeitada e colocada em prática com as devidas punições pelos órgãos competentes para tal, inibiria entidades a omiti-la, já que a Lei consta em seu Art. 24 que:

“A pessoa jurídica constituída ou utilizada, preponderantemente, com o fim de permitir, facilitar ou ocultar a prática de crime definido nesta Lei, terá decretado sua liquidação forçada, seu patrimônio será considerado instrumento do crime e como tal perdido em favor do Fundo Penitenciário Nacional”.

A COPEL tem seus quadros preenchidos com funcionários públicos e, de acordo com os movimentos, estes seriam enquadrados no Art. 66, onde consta que:

“Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental, incidirá em Pena de reclusão, de um a três anos, e multa”.

Outro artigo apontado pelos movimentos foi o Art. 40, onde consta que;

“Quem causar dano direto ou indireto às Unidades de Conservação e às áreas de que trata o art. 27 do Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990, independentemente de sua localização será punido”.

§ 1º. Entende-se por Unidades de Conservação as Reservas Biológicas, Reservas Ecológicas, Estações Ecológicas, Parques Nacionais, Estaduais e Municipais. Áreas de Proteção Ambiental, Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais, Áreas de Relevante Interesse Ecológico e Reservas Extrativistas ou outras a serem criadas pelo Poder Público.

§ 2º. A ocorrência de dano afetando espécies ameaçadas de extinção no interior das Unidades de Conservação será considerada circunstância agravante para a fixação da pena.

O Art. 63, descreve também que:

“Quem alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural,

religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida terá pena de reclusão, de um a três anos, e multa”.

Para maior esclarecimentos dos direitos de cada cidadão em denunciar toda e qualquer infração ambiental, os movimentos se valeram do direito adquirido com o Art. 70, das Leis da Natureza, para entrar com varias ações civis públicas:

“Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente”.

§ 1º. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitâneas dos Portos, do Ministério da Marinha.

§ 2º. Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades relacionadas no parágrafo anterior, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§ 3º. A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§ 4º. As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições da Lei.

Segundo os líderes dos movimentos, mesmo sendo apontadas e denunciadas, as infrações cometidas por entidades de direito público ou empresas contratuais a seu comando, são na maioria das vezes camufladas em multas irrisórias e sem efeitos em sua aplicabilidade, conforme o Art. 75 das Leis da Natureza⁴¹ onde consta que:

“O valor da multa....será fixado no regulamento desta Lei e corrigido periodicamente, com base nos índices estabelecidos na legislação pertinente, sendo o mínimo de R\$ 50.00 (cinquenta reais) e o máximo de R\$50.000.000.00 (cinquenta milhões de reais), nem sempre é aplicado em seu teto maior, e se a acionado, apenas punem empresas com baixo poder econômico, tendo em vista que cifras dessa natureza não fazem diferença para as grandes empresas detentoras de grandes patrimônios”.

Como estratégia de mobilização, os movimentos sociambientais usaram dos artifícios que vinham sendo aplicados em defesa da terra pelo MST e CPT, esperando que essas atitudes surtiram os mesmos resultados com relação aos Projetos Hidrelétricos, face à característica singular da situação sócio-econômica da região, que vinha sendo palco de vários

⁴¹ Os dados sobre a Legislação Ambiental, de 12 de fevereiro de 1998, enfocando a Lei de Crimes Ambientais (Leis da Natureza) estavam disponíveis em: <<http://www.ibama.gov.br/leiambiental/>>. Acesso em: 22/12/2002, 22:00 h.

assentamentos desde o início da década de 1980. Baseado nesses fatos, houve o lançamento de um manifesto com justificativas, compromissos e alternativas em relação às usinas hidrelétricas destacando as razões contrárias às UHEs. De acordo com as lideranças dos movimentos, essas justificativas foram determinantes no propósito de conscientização pública dentro da comunidade, já que cada um que se interava dos fatos tornavam-se multiplicador espontâneo, agindo em todos os segmentos da sociedade.

Itens contrários à UHE São Jerônimo

- existem inúmeras falhas na publicidade dos editais e na elaboração do EIA/RIMA [...].
- a energia elétrica será gerada a um custo social e econômico imenso para favorecer a concentração do desenvolvimento e suprir grandes empresas em condições de pagamento [...].
- o governo atual proibiu as estatais de reinvestirem os lucros na modernização do sistema elétrico, e ao mesmo tempo “doou” considerável parcela de empresários estrangeiros [...].
- da maneira como estão sendo negociadas, as UHEs significam a entrega da água ao capital estrangeiro [...].
- a população está sendo enganada com falsas promessas de desenvolvimento, empregos e impostos, quando trás apenas progresso passageiro [...].
- o processo está sendo imposto de forma autoritária sobre as populações locais com total desprezo às audiências públicas abertas, sem que sejam ouvidos pesquisadores, ativistas ambientais e defensores dos direitos humanos.
- em última instância, as hidrelétricas fazem parte de um domínio estratégico do país [...].
- o Paraná possui grande excedente de energia elétrica, sendo desnecessário pagar um preço tão alto por essa energia [...].

Compromissos que os movimentos sociais assumiram, com a população, em defesa da água:

- estimular a criação de uma grande rede de entidades pastorais, grupos e organizações para a conquista e defesa da água, reforçando a luta pela conquista de políticas públicas de recursos hídricos [...].
- combater toda e qualquer forma de autoritarismo e mentira que culminam na destruição da natureza e contra pessoas [...].
- combater a mercantilização e privatização das águas e a criação de termelétricas a gás natural, que podem resultar em mais submissão e dependência externa [...].

Possibilidades de geração de energia, como alternativas. Um lembrete para os governantes “esquecidos”:

- campanha de redução das perdas no sistema elétrico brasileiro, que ultrapassam 16% num total equivalente a mais de 33 milhões de Mwh [...].
- re-potenciação de usinas com mais de 20 anos de uso ou modernização das mesmas [...].
- construção de pequenas centrais hidrelétricas com potência de até 30 MW e área inundada máxima de 3 km quadrados [...].
- uso responsável da energia elétrica com severa fiscalização e multas pesadas entre o setor público e empresas [...].

Quadro.18 - Manifesto com as razões contrárias à UHE São Jerônimo

Fonte: Boletim informativo da 16ª Romaria em São Jerônimo da Serra, 08/2001.

Baseado nas reivindicações, alerta e compromissos feitos, os líderes dos movimentos destacaram as pesquisas que mostram potencialidades próprias do país. Como exemplo, a Comissão Interministerial de Recursos do Mar (CIRM), coordenada pelo Ministério da Marinha, concluiu ser possível, futuramente, que o país seja auto-suficiente através das alternativas energéticas do oceano (COPPETEC, 1987 apud ROSA, 1990).

Foi estimada a potencialidade técnica das alternativas de novas tecnologias de energia renovável no Brasil, comparativamente ao potencial hidrelétrico, e foi comprovado no planejamento energético para a construção de um novo estilo de desenvolvimento, que temos condições técnicas de aproveitamento das formas diversas de potencial energético que o país oferece. Nesse caso, apenas a energia solar já reúne uma quantidade enorme de energia com a qualidade de estar disponível, se aproveitada devidamente.

O professor José Walter Bautista Vidal, físico nuclear, consultor da ONU e autor do livro “O poder dos Trópicos”, na sua palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina a pedido da CPT do Paraná afirmou: “[...] se o sol é energia e energia é riqueza, portanto, o Brasil, é rico. A incompetência dos homens, entretanto, desprotegeu florestas matando-as, transformando a fertilidade em esterilidade no Nordeste brasileiro, e artificialmente, por estupidez, o homem transformou a riqueza em pobreza e desgraça”. Ainda, questiona o professor: “A superioridade do homem dos trópicos é notável, todavia a mente colonizada é aquela que ignora o seu espaço e tempo. Portanto, desconhecemos o potencial que nos foi legado, mas as nações hegemônicas, sabem disso e nos observam com a máxima atenção. Os trópicos estão no centro do olho do mundo”. (Boletim da 16ª Romaria, São Jerônimo da Serra, em 08/2001).

Ainda referente à pesquisa feita pela CIRM, a potencialidade do nosso litoral qualifica o país com enormes chances de direcionar a matriz energética com grande sucesso, diminuindo custos e impactos negativos com a produção de energia necessária ao seu desenvolvimento. Segundo os movimentos, a estas formas de energia citadas, deve-se lembrar de juntar as tecnologias de formas renováveis estabelecidas no país, seja em regimes de utilização usual ou com tecnologias diferentes. Entre elas destacam-se: a biomassa e as mini-hidrelétricas. A participação das hidrelétricas de médio e pequeno porte na expansão da oferta de energia ao mercado brasileiro tende a aumentar nos próximos anos. Segundo segmentos técnicos dentro dos movimentos, existem pelo menos três motivos para isso: usinas menores exigem menos investimentos, demoram menos para começar a produzir, antecipando o início

da amortização do capital além do que seus impactos sócio-ambientais são menores.

Portanto, de acordo com Rosa:

[...] É possível projetar mini-centrais elétricas, com equipamentos disponível de baixos custos, já que, essas usinas são de pequenas alturas de barragens, (até 5m), e são localizadas próximas aos locais de consumo da energia gerada.[...] Essas mini-hidrelétricas podem ser descentralizadas em fazendas e pequenas localidades (ROSA,1990).

Atentos à realidade apontada pelos movimentos socioambientais, 350 técnicos do setor elétrico, potenciais investidores e fornecedores de materiais, serviços e de equipamentos estiveram reunidos em Foz do Iguaçu participando do 3º Simpósio Brasileiro de Pequenas e Médias Centrais Hidrelétricas, em dezembro de 2002⁴². O evento foi promovido pelo Comitê Brasileiro de Grandes Barragens e organizado pela COPEL Geração. Na pauta para debates, houve temas técnicos e institucionais. Entre os assuntos de ordem técnica, foram enfocados aspectos da engenharia de projeto e de construção dessas usinas, bem como da manutenção e da operação das instalações. Sob o aspecto institucional, foram abordados detalhes sobre o processo de outorga de concessões, impactos ambientais, e comercialização da eletricidade produzida, fato esse que demonstrou a preocupação com as constantes investidas dos setores combativos referentes à responsabilidade por parte do Estado para com assuntos relacionados com o meio ambiente X energia no País. A organização do Simpósio ofereceu aos participantes, também, a oportunidade de exercitar um interessante contraponto em visitas técnicas a duas hidrelétricas localizadas nas proximidades. A Usina de Melissa, da COPEL, situada no município de Corbélia, construída em 1965 e que tem potência instalada de 960 quilowatts. E Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo em operação, com 12.600 megawatts de potência e onde caberiam 13.125 usinas de Melissa.

O resultado dessa nova perspectiva para geração de energia hidrelétrica é a disputa cada vez mais intensa observada nos leilões feitos pela ANEEL pelo direito de construção e exploração de novas usinas hidrelétricas desse porte, sendo comprovadamente viáveis dentro do processo sócio-econômico relacionado à política energética do País⁴³.

⁴² A participação das hidrelétricas de médio e pequeno porte na expansão da oferta de energia ao mercado brasileiro tende a aumentar nos próximos anos. Existem pelo menos três motivos para isso: usinas menores exigem menos investimentos, demoram menos para começar a produzir e seus impactos sócio-ambientais são menores. Há também, temas de ordens técnicos e institucionais a serem considerados por parte dos projetos de construção dessas usinas, pois os baixos impactos causados, facilitam o processo de outorga de concessões, licenças ambientais e comercialização da eletricidade produzida por parte da ANEEL, além dos baixos custos de manutenção e operação das instalações. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 04/03/2002

⁴³ Disponível em: <<http://www.copel.com/copel/eventos/>>. Acesso em: 23/12/2002, 23:00 h.

As viabilidades desse tipo de empreendimento foram alardeadas pelos movimentos já há muito tempo, mas, de acordo com seus líderes, os empreendimentos mais vultosos elevam a popularidade de governantes, tendo em vista a maior quantidade de pessoas a serem atingidas e também o montante de recursos inseridos nas obras.

Com relação aos valores dos impactos ambientais e a política, TOMALSQUIM, 1990, questiona “[...] a existência de incertezas, imprecisões e de intervalos de estimativas [...] Corre-se o risco de que, assim, a complexidade, as incertezas, os julgamentos de valores implícitos acabem em escolhas arbitrárias ou puramente políticas.[...]”. Neste contexto, lembra-se que se essa complexidade apontada por Tomalsquim for negligenciada, todo um conjunto de fatores resultante desse processo será prejudicado pela irresponsabilidade do empreendedor e produtor dos estudos de impactos.

Entre os vários assuntos relacionados ao projeto de barragens pelos representantes do MAB, está o questionamento de que o EIA/RIMA, demonstrava a obra como viável em seu *custo-benefício*⁴⁴ por ser localizada em um relevo bastante “*encaixado*”⁴⁵, e que a região periférica não sofreria grande impacto com o alagamento.



Área da UHE São Jerônimo: a) atualmente; b) e projeção após a inundação do reservatório.
Foto18; Duarte, Amauri. Data; 09/09/2003

⁴⁴ O leito do rio Tibagi foi sendo desgastado pelas corredeiras originadas das transposições dos diques de diabásios que cruzam o leito fluvial no sentido SE-NW, ao longo dos 531km (Maak,1981), compondo gradientes com índice total equivalente a 0,14%, correspondendo à variação de 762m de altitude (determinado por V.França). Como um rio cataclinal, ao cruzar a área de contato das rochas efusivas e das rochas sedimentares, trabalhou gerando gargantas profundas e largas, onde atualmente o rio apresenta o leito em relação à largura da passagem (Justus, 1990). O atual padrão de drenagem teve sua gênese a partir do Terciário inferior, quando acompanhou a inclinação local e a inclinação geral da superfície topográfica.
Fonte: FRANÇA, Waldir, in Medri, Moacir E. et al, A Bacia do Rio Tibagi, 2002, pg. 47.

De acordo com os movimentos, ainda que a área atingida seja pequena em relação às outras, os interessados na obra consideraram apenas cifras monetárias relacionadas ao físico, excluindo de maneira omissa o elemento humano. Neste “esquecimento” proposital estão inseridos os indígenas, cuja população é constituída de 2.100 indivíduos, formando um grande acervo étnico-cultural. Portanto, fica evidente que para a COPEL, se o fator econômico for viável, o restante não lhes interessa dentro dos parâmetros incutidos no sistema energético do estado. De acordo com Rohde, “...quando o custo-benefício é elaborado sem a inclusão do humano e cultural, o homem exclui a si próprio dentro do contexto natural, levando-o ao entendimento errôneo de que possui auto-sustentação em relação ao seu meio”. Para Guatassara, líder da ONG Ambiental-NP, “[...] os impactos avaliados dentro do projeto são apenas de acordo com aqueles típicos de indenização e valoração monetária, relacionado apenas à “coisas”. Nesse contexto, descreve Marques e Comune:

[...] O meio ambiente desempenha funções econômicas e tem valor econômico positivo. [...] entendidas estas, como qualquer serviço que contribua para a melhoria do bem-estar, do padrão de vida e para o desenvolvimento econômico e social [...]. Há necessidade, ainda, de procurar integrar estes valores apropriadamente estimados, às decisões sobre a política econômica e ambiental e os cálculos das contas econômicas nacionais. (ANAIS, XXII encontro nacional de economia, Salvador-BA, 1995).

De acordo com os representantes dos movimentos, para a COPEL, era muito interessante que houvesse um EIA/RIMA feito de maneira rápida para que o início das concessões fosse “a toque de caixa”, pois o projeto, já em andamento entraria no pacote energético com a venda da empresa, com o intuito de valorizar o seu patrimônio da empresa. Segundo os líderes dos movimentos, posteriormente soube-se que já haviam sido vendidas algumas ações da empresa onde já estavam incluídas, no pacote, as barragens projetadas. Estas observações foram constatadas no Governo de Roberto Requião, após o término do mandato do Governador Jaime Lerner em 2003, quando foram descobertas várias irregularidades através da implantação de uma CPI⁴⁶.

De acordo com o MAB, no que se refere às indenizações pagas pelo alagamento do reservatório aos atingidos, foram divulgados pelos representantes dos municípios valores bastante compensatórios, mas posteriormente foram constatados outros

⁴⁶ Em 2003, foram implantadas várias CPIs no Estado do Paraná. Entre elas estava: o projeto de construção das UHEs no Rio Tibagi; a privatização da COPEL; o “caso” Banestado, envolvendo “lavagem” de dinheiro e remessas de capital ilegalmente através da filial do banco no Paraguai-Banco Del Paraná; e a questão da privatização das estradas do Estado, o chamado “Anel de Integração do Paraná”.

valores completamente irrisórios, sendo proporcionais apenas à quantidade de terras inundadas. Levando-se em conta que São Jerônimo possui uma porcentagem pequena de terras inundadas, caberia uma quantia anual tão baixa que não compensaria os impactos indiretos que atingiria o município. Portanto, se as indenizações não tinham valores compensatórios à região, não procedia à defesa do projeto pelos representantes políticos dos municípios a serem atingidos. A partir do momento em que vieram à tona os verdadeiros valores relacionados ao desenvolvimento do processo de implantação do projeto, os mesmos representantes apresentaram outras cifras para a população, contradizendo o que foi apresentado anteriormente e, a partir daquele momento, foi iniciado um novo discurso político, afirmando que houve equívocos por parte de quem era responsável pelas informações, e que o problema não iria mais se repetir, pois não era mais a empresa responsável pelo erro quem iria esclarecer e participar das negociações. O MAB questionou junto às autoridades responsáveis pelas negociações que a mudança de nome da entidade A ou B não mudaria em nada o que havia sido dito. Neste sentido afirma TOMMASI, 1993: “[...] Uma dificuldade freqüente observada no Brasil é o acesso a relatórios e outros tipos de informações [...] em empresas estatais, firmas de consultorias, de engenharia etc.”

Com relação à participação positiva da classe política nas negociações lembra-se o impasse ocorrido entre as populações da *Usina Salto Caxias*⁴⁷, ocasião em que o Deputado Estadual pelo PT, Ovídio Constantino, um dos fundadores da Comissão Regional dos Atingidos do Iguaçu (CRABI), escreveu um editorial na Gazeta do Povo do dia 23 de julho de 1993, relatando as difíceis vias de negociação com relação àquele empreendimento, quando uma comissão de atingidos pela barragem de Itaipu havia ocupado o escritório da empresa em Curitiba para cobrar *promessas não cumpridas*⁴⁸. Nesse episódio, ficou evidente

⁴⁷ A UHE Salto Caxias é uma das mais importantes da COPEL Geração, possui capacidade de 1240 MW de potência. Está situada no Rio Iguaçu, no município de Capitão Leônidas Marques, a 600 km de Curitiba. A Usina vai garantir à COPEL auto-suficiência no atendimento ao seu mercado consumidor até a metade da próxima década. Sua barragem, com 67m de altura e 1083 m de comprimento, é a maior da América do Sul e a 8ª barragem em volume no mundo. A construção da Usina se iniciou em 1995 e começou a operar em 1999. Desde a fase de planejamento e de estudos preliminares a COPEL dedicou a máxima atenção aos impactos decorrentes de sua construção. Inicialmente, o EIA/RIMA da Usina Salto Caxias havia sido elaborado e aprovado pelo IAP em 16/12/93, mas, uma resolução CONAMA 237/97, passou a permitir que o próprio empreendedor desenvolvesse os estudos do EIA/RIMA. KOTECHI, 1999. A partir dessas mudanças, o projeto de construção da UHE Salto Caxias foi previamente debatido com a população e aprovado, e resultou na implantação de 26 programas voltados para a compensação dos efeitos ambientais da obra. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 05/04/2002, 22:00 h.

⁴⁸ O PBA (Projeto Básico Ambiental) para aquele empreendimento, também elaborado por empresa consultora contratada pela COPEL, foi aprovado pelo órgão ambiental (IAP) em 22/02/94, esse documento prevê a implantação de 26 (vinte e seis) programas ambientais, destacando-se: Programa de reassentamento de 993 famílias em área de 7.692 alqueires; Implantação de Reserva Florestal, com 921 alqueires em Três Barras; Salvamento do Patrimônio Arqueológico; Fixação de População Atraída pelo pós-construção da UHE (PRÓ-CAXIAS). (KOTECHI, 1999)

que, quando houve a participação de todos os segmentos com repercussão na mídia, os atingidos por Itaipu conseguiram negociar os problemas apresentados. Posteriormente à construção de Itaipu, nos governos do período Militar (1964-1985), os representantes da CRABI relatam que o critério usado constava apenas em indenizar as propriedades pelo preço estipulado pelo governo e os proprietários deveriam ser retirados sem apelação. Alguns dos proprietários que resistiram e não fizeram os acertos tiveram a importância relativa ao preço determinado pelo governo depositada em juízo. Muitos proprietários que esperaram novas negociações após a formação do reservatório tiveram uma surpresa enorme, pois descobriram que a sua indenização já havia sido depositada na época da primeira negociação, tendo o seu valor desvalorizado em mais de 80%, por causa da inflação decorrente nesse período, até mesmo a COPEL calculou de forma equivocada os resultados posteriores à construção de uma UHE. Como exemplo, está o caso de Capitão Leônidas Marques e cidades vizinhas atingidas pela *UHE Salto Segredo*⁴⁹, onde os prefeitos, além de ansiar o produto dos *royalsts*, viam a construção da obra como uma saída para os seus municípios, com a possibilidade da construção de praias artificiais entre outros benefícios. Esses projetos apresentaram-se completamente inviáveis algum tempo depois, pois a própria COPEL havia apostado no desenvolvimento da cidade de Nova Prata do Iguçu, comprando vários terrenos para alocação dos atingidos, pelo reservatório, mas a maioria preferiu outras cidades, pela total falta de meios de sobrevivência na região.⁵⁰ Segundo as lideranças dos movimentos, a relação das empresas estatais com os atingidos foi sempre obscura. Por essa razão, a confiança da população junto à ANEEL e à COPEL ficou abalada. No período de aprovação da UHE São Jerônimo, o MAB, buscou informações mais precisas sobre o processo de construção da usina junto à ANEEL, mas a empresa afirmou nesta ocasião que não receberia nenhuma reclamação por parte dos interessados, se não houvesse nessa ação um protocolo emitido pela COPEL como responsável pelo projeto. De acordo com o MAB, naquela oportunidade, a própria empresa paranaense não aceitou o pedido de protocolo enviado pelo movimento,

⁴⁹ A Usina hidrelétrica Governador Ney Aminthas de Barros Braga, anteriormente denominada de Usina de Segredo, é a segunda usina da COPEL Geração em potência instalada, possui capacidade de 1260 MW. Está localizada no Rio Iguçu, a 2 km da montante da foz do Rio Jordão, no município de Mangueirinha, a aproximadamente 285 km de Curitiba. A Usina, recebeu esse nome em homenagem ao Governador Ney Braga, que governou o Paraná por duas vezes, de 1961 a 1965 e de 1979 a 1982. A Usina Governador Ney Aminthas de Barros Braga foi inaugurada em 1992, quando começou a operar, tendo como marco fundamental o primeiro Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) no Brasil para uma usina hidrelétrica, elaborado e aprovado em 1987. Isto fez da COPEL um modelo para as demais concessionárias de energia no Brasil com relação à preservação do meio ambiente. Praticamente toda a sua construção transcorreu entre 1987 a 1991, a despeito das sucessivas ações judiciais para sustar seu andamento. Disponível em: <<http://www.copel.com>>. Acesso em: 20/04/2002, 23:h.

⁵⁰ Miguel Portela, GAZETA MERCANTIL, Curitiba, 18 de outubro de 1998.

inviabilizando a oportunidade por parte da população de dialogar e reivindicar alguns itens dentro do projeto a essas empresas. De acordo com palavras dos próprios manifestantes na época, “[...] Será que teremos que radicalizar? [...] Talvez seja este o objetivo do Governo para nos taxar de *anarquistas e baderneiros* [...]”.⁵¹

A preocupação do MAB, por ocasião das negociações de aprovação foi a crise de energia no Brasil em 2001, já que esse fato poderia repercutir futuramente nas atitudes dos representantes no governo, tendo em vista que naquela oportunidade a longa estiagem ocorrida em quase todo o país culminou na racionalização de energia elevando os índices de preocupação com o setor. Nessa situação os movimentos ficaram ainda mais alerta e atentos, questionando preventivamente que o estado do Paraná não necessitava de mais energia havendo um superávit no setor e que o excedente de energia elétrica paranaense já era exportado para outros estados, sem nenhum ganho em impostos para o estado, tendo em vista que, pela lei tributária brasileira, a cobrança do imposto sobre energia é feita no local de consumo beneficiando apenas os estados da região Sudeste. De acordo com depoimento dos atingidos, o Paraná seria o maior prejudicado, pois se soube na época que 75% de toda a energia que seria gerada pela usina hidrelétrica de São Jerônimo já estava sendo negociada com o estado do Rio de Janeiro, e que se viesse a ser construída, os impactos incidentes no estado consumidor da energia seriam nulos.

Para os movimentos, a construção da UHE São Jerônimo interromperia alguns projetos em andamento nas Secretarias do Meio Ambiente e Turismo do Paraná, com o apoio da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O projeto de turismo elaborado para o município de São Jerônimo da Serra e região tinha o objetivo de fortalecer as atividades econômicas, com a preocupação de se beneficiar da natureza, sim, mas sem agressão ao meio ambiente em benefício do fortalecimento da região. Com a interrupção do projeto turístico, as tentativas dessas entidades e da sociedade em amenizar a crise herdada pela agricultura na região ficariam cada vez mais difíceis de serem alcançadas, uma vez que a região está inserida no chamado “cinturão da fome” no norte do estado do Paraná, com um dos menores IDHs.

Sabe-se que a questão energética é de preocupação mundial, mas os questionamentos que partiram dos representantes da sociedade combativa regional em relação

⁵¹ Um fato dessa natureza aconteceu nos municípios do Oeste/Sudoeste do Paraná no ano de 2000, quando a CRABI se viu na iminência de invadir a usina hidrelétrica de Salto Caxias em defesa das famílias ribeirinhas, que esperavam pelas promessas de abastecimento de água para irrigação, feitas por parte da COPEL após a construção da usina. Segundo a CRABI, por conta de seu coordenador, José Uliano Camilo, a COPEL naquele momento, negou que houvesse feito tal promessa, alegando que havia apenas se comprometido em elaborar o projeto de irrigação, mas não de sua implantação (Paulo Pegoraro, FOLHA DE LONDRINA, 26 de fevereiro de 2000, pg. 1.)

aos projetos são de que, na verdade existem várias alternativas para o crescimento econômico da região, sem que o potencial hidroelétrico existente no Estado do Paraná seja acionado. De acordo com opiniões do MAB, “[...] a tentação em explorar esse potencial energético é evidente e até compreensível, visto que a energia é essencial para o desenvolvimento e qualidade de vida de uma população, não sejamos hipócritas neste sentido, mas não às custas dos paranaenses”, ressaltou o líder do movimento.

O poder público e a falta de transparência

Os segmentos de análises, elaboração e aprovação do projeto da UHE São Jerônimo ocorreram de forma pouco transparente e amigável. As relações dos representantes dos movimentos combativos, sociedade e município fugiram dos padrões necessários a um bom entendimento, pois, houve dificuldades de acesso a várias informações, que deveriam ter sido transmitidas à população, principalmente pelo alto índice de analfabetismo e qualidade da educação no interior das regiões afetadas. Esse fato justifica a afirmação de TOMMASI, 1994: “A falta de divulgação dos relatórios de EIA é um aspecto muito grave do nosso sistema, [...]”.

Segundo o MAB, a campanha política daqueles que estavam no poder, naquele momento, foi baseada nos “benefícios” que os projetos da UHE traria ao município.

Atividade e grupo social	Índice de aprovação à UHE São Jerônimo		
	contra	a favor	não sabem
Religiosos (católicos)	70%	26%	4%
Políticos situação oposição	5%	94%	1%
	90%	8%	2%
Agricultores	35%	60%	5%
Fazendeiros	10%	83%	7%
Comerciantes	50%	41%	9%
Indígenas	10%	88%	2%
Educação	40%	45%	15%

Quadro.19 - Índices de aprovação à UHE São Jerônimo da Serra

Fonte: Entrevistas pessoais. DUARTE, Amauri. Entre os dias: 19/01 a 12/09/2003

Havia um grande temor, por parte do poder público, de que o conteúdo do RIMA, que apresentava os aspectos positivos e negativos do empreendimento, chegasse ao conhecimento da população, que poderia contestar e reivindicar as promessas de campanha, impossíveis de serem cumpridas. Segundo Guatassara, representante da CRAHRT “[...] todas as informações referentes à construção das barragens dentro do município de São Jerônimo, foram feitas de maneira a enaltecer apenas os benefícios do empreendimento e nunca demonstrar os prováveis impactos negativos iminentes”.⁵² De acordo com Guatassara, “[...] o domicílio dos representantes do executivo do município nem sempre foi São Jerônimo da Serra, e sim Curitiba, de modo que, havendo prejuízos, eles simplesmente iriam embora daqui, já que não são “filhos dessa terra” e nem possuem compromissos sociais com a população nativa”. Sobre essas acusações a prefeita de São Jerônimo da Serra D. Maria Luiza defende-se: “a maioria das aldeias é favorável à construção da UHE, pois para eles isso significa mais postos de saúde, escolas, moradias decentes e maquinários para suas lavouras”. Para a prefeita, as acusações feitas pelos líderes dos movimentos sobre o seu interesse na construção da barragem é improcedente. Para ela, “a concretização do empreendimento seria a “redenção” do município de São Jerônimo da Serra”, pois criaria 2000 empregos diretos e 4000 indiretos. Questionada sobre a curta duração desses empregos, que duram no máximo 3 anos, a prefeita rebate respondendo que “3 ou 4 anos pode ser construída uma vida para quem vive em uma região sem perspectivas de desenvolvimento”. Segundo ela, o maior impacto para uma população é não ter pelo menos uma esperança de melhor qualidade de vida, mesmo que por 4 anos, e que as obras compensatórias e mitigatórias vindas com a construção da UHE trariam bem mais do que o município poderia ter em 20 anos de existência no futuro. Para a prefeita, a natureza de São Jerônimo da Serra seria afetada em porcentagens insignificantes se comparado com os benefícios, como exemplo, “[...] os ecologistas dizem que haverá muita proliferação de mosquitos na região por conta das águas paradas do reservatório, mas isso não é problema, pois a população daqui está acostumada com eles”.

Para os representantes da CRAHRT, além de dar pouca importância à população da região com afirmações absurdas, os postos de trabalho citados pela prefeita, seriam os de mais alta periculosidade e, mesmo que houvesse a possibilidade desses postos, os trabalhadores da região teriam pouquíssimo tempo para treinamento, em virtude da extrema velocidade com que estaria se apresentando o projeto, da sua aprovação ao início da

⁵² Até mesmo com relação aos EIA/RIMAs deixados na biblioteca da cidade de São Jerônimo à disposição da comunidade, por direito, o MAB afirmou que foram dadas ordens expressas por parte do poder executivo do município de São Jerônimo da Serra para que não deixasse ninguém examiná-los, principalmente os movimentos contrários. (Guatassara, 2001)

construção prevista. Segundo a CRAHRT, quando fosse cumprido o prazo de início da construção da barragem, não haveria mais tempo suficiente para qualificar a população para o trabalho, já que na maioria das vezes as empreiteiras já possuem seus trabalhadores fixos recrutando-os imediatamente. Para evitar fato como esse, a prefeita de São Jerônimo da Serra afirmou que havia um acordo entre os prefeitos da região para solucionar esse problema com a exigência de que toda a mão-de-obra a ser usada na construção das UHEs deveria ser totalmente regional com restrições sérias se isso não acontecesse. De acordo com os movimentos combativos, essa é uma realidade improvável e, com a mão-de-obra vinda de fora, acabam sobrando para o município apenas os resquícios da prostituição e doenças, já que esse contingente de trabalhadores convive com péssimas condições de higiene e saúde e, nestas condições podem trazer enormes custos socioeconômicos e constrangimentos. Com relação ao empresariado de São Jerônimo da Serra, os líderes dos movimentos afirmam que estão divididos quanto à *viabilidade do comércio*⁵³ na cidade, alguns com o temor da concorrência, já que a distância entre São Jerônimo e Londrina encurtaria pela metade. Indagada sobre esse fato a prefeita argumentou: “Esses que temem a concorrência de Londrina que se preparem para disputá-la, pois já exploraram muito se valendo da distância, já que a população, que é pobre, não pode ter acesso”. Para ela, “quem não quiser enfrentá-la deve abandonar a atividade”.

Um agravante não contabilizado pelos empresários da região é o fato do canteiro de obras ficar do outro lado do rio nos municípios de Tamarana e Londrina; portanto, os dois municípios seriam mais “beneficiados” pela comercialização dos bens de consumo relacionados com a UHE. No oeste do Paraná, os comerciantes envolvidos com a UHE Salto Caxias realizaram *movimentos coordenados*⁵⁴ por diversas associações comerciais com o objetivo de impedir a inauguração daquela obra, face à iminência dos prejuízos que causaria

⁵³ Por ocasião da construção da barragem de Salto Caxias, na década de 1970, nos municípios da região, os comerciantes de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu, se empolgaram com as falsas expectativas pregadas pela COPEL e viu suas atividades decair. A COPEL, defendeu-se: “Temos um excelente programa de reassentamento, acompanhamento social e desenvolvimento das regiões onde são construídas as usinas, mas não somos uma empresa de assistência social somos produtores de energia, apenas” (Maria do Carmo Batiston, GAZETA MERCANTIL, Curitiba, 13 de Fevereiro de 1998).

⁵⁴ Essa manifestação se deu devido à experiência tida pelos comerciantes de outras cidades da região, que já haviam sido lesados por empreendimentos semelhantes. Baseado em relatos dos entrevistados, casos como os de Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, e outras cidades da região, demonstrou o problema claramente, pois com a construção da barragem o comércio local fora à falência, já que a população local fora reassentada em regiões distantes das cidades ou simplesmente foi embora sem perspectivas de sobrevivência no município, preferindo se deslocar para centros maiores como Cascavel. (GAZETA DO PARANÁ, 27 Agosto de 1998).

ao setor, principalmente no *Distrito de Terra Nova*⁵⁵, onde a população via a possibilidade de ter sua região ligada às outras cidades através de asfalto prometido pela COPEL.

a)

b)



Situação das estradas de São Jerônimo da Serra, até o Distrito de Terra Nova. - a) atual b) e representação após a construção da UHE sob perspectiva da população)

Foto 19: Duarte, Amauri. 12/08/3003.

Justificando as perspectivas compensatórias e mitigatórias da população de Terra Nova, Medeiros descreve:

[...] Nos EIAs deverão ser explicitadas medidas que visam minimizar os impactos adversos e qualificados [...] as quais deverão ser classificadas quanto à sua natureza preventiva ou corretiva, [...] ao fator do ambiental que se destinam: físico, biológico ou sócio-econômico; [...] à responsabilidade pela implementação: empreendedor, poder público ou outros, [...]. (MEDEIROS, 1993)

a)

b)



Distrito de Terra Nova: a) atual; b) e representação após a construção da UHE

Foto 20; Duarte, Amauri. 12/08/2003.

⁵⁵ O Distrito de Terra Nova está localizado a 20km à sudoeste da cidade de São Jerônimo da Serra em direção a área de construção da UHE São Jerônimo. O povoado já teve mais de 2000 habitantes no período do café e do algodão, hoje se encontra isolado com estradas precárias. Em virtude de seu relevo acidentado, a manutenção de suas estradas se torna muito difícil. A proximidade do Distrito, com a área de construção da barragem (10 km), vislumbra, por parte da população, a possibilidade de se beneficiar economicamente do processo, além da possibilidade da ligação com o município de Tamarana e Londrina, que significa o acesso aos setores de saúde, educação e lazer.

A atuação dos órgãos de assessoramento e as mudanças nos rumos do Movimento contrário à UHE São Jerônimo.

Segundo o MAB, o assessoramento presencial das entidades estatais no caso das barragens junto à população foi deficitário e, apesar de ONGs estarem em um estágio bastante avançado nas lutas contextualizadas nos âmbitos sócio-econômico e ambiental, não possuem ainda, respaldo político e jurídico junto aos órgãos competentes que possam fortalecer o seu papel neste sentido. Em relação ao poder público, os movimentos afirmam que estão muito distantes de contribuir para reivindicações da população, uma vez que suas ações quase sempre focam suas atenções apenas nos *royaltes* e na possibilidade de graduação política. Como exemplo, está o caso da usina de Segredo, nos governos de Roberto Requião e Álvaro Dias, quando a UHE foi colocada como modelo para o setor elétrico no estado do Paraná e no Brasil, no tocante aos custos de produção e obediência a todos os princípios da isonomia e viabilidades. No entanto, de acordo com lideranças dos movimentos, esses artifícios foram usados pelos respectivos governos através dos meios de comunicações para iniciar suas campanhas visando a cargos políticos maiores no cenário nacional.

Segundo os líderes dos movimentos, os meios de comunicação só assessoram os atingidos de maneira aberta quando o fato lhes rende pontos de audiência, ou quando estão ligadas diretamente aos grandes empresários que, por sua vez, estão ligados aos órgãos governamentais interessados nos empreendimentos. Baseado nessa situação, o MAB afirma que a educação de base tem um papel fundamental no crescimento do nível de conscientização sócioambiental da população, embora as entidades acadêmicas, em nível municipal e estadual, na sua maioria estejam despreparadas psicologicamente devido à falta de estabilidade de emprego dentro do sistema atual de ensino. No caso das universidades, o MAB afirma que há um grande apoio da classe estudantil nessas ações, mas se queixam dos departamentos de pesquisas, alegando que os pesquisadores apenas os usam até angariar os dados necessários e em seguida abandonam as causas. De acordo com os movimentos, a maioria dos pesquisadores das universidades, por razões de baixas remunerações, possuem atividades paralelas, principalmente em empresas que fazem os EIA/RIMAs e, por essa razão, há uma certa isenção no que se refere às suas posições relativas aos impactos sócio-ambientais. Segundo o MAB, as pesquisas feitas, nas quais eles são objetos, poderiam ser mais proveitosas se usadas de maneira prática dentro da comunidade envolvida. No entanto,

na maioria das vezes torna-se apenas mais um volume dentro de uma biblioteca, já que a população do campo na sua maioria não compreende os *termos científicos*⁵⁶ como a sociedade acadêmica, tornando-se a pesquisa inútil no seu papel social. Para os movimentos, as atitudes da população demonstram a incompreensão sobre os termos do processo das barragens, pois a maioria da população consultada entendia que o procedimento consistia em represar a água simplesmente e, sobre a proteção das culturas e terras indígenas, alguns moradores dizem: “[...] essa gente não trabalha e nem produz nada”.



Área do reservatório composta por “pedra” e “mato”, segundo a população.

Foto 21: Duarte, Amauri, 12/10/2003

Alguns moradores da região afirmam que, se a usina não for construída, vão cobrar dos movimentos, quando houver crise de energia. Os líderes da CRAHRT alertaram a população do município sobre o EIA/RIMA estar à disposição na biblioteca da cidade, mas a maioria afirmou que não entendeu nada dos documentos, e 40% dos cidadãos abordados afirmaram não procurar se interar desses fatos pela simples razão de que *não sabiam ler*⁵⁷. A

⁵⁶ A necessidade da simplificação dos termos nos EIAs/RIMAs foi explicitada ao empreendedor quando das considerações feitas pelo IBAMA para a Usina São Jerônimo em seu Termo de Referência elaborado no dia 27 de Abril de 2001, em Curitiba.(em anexo)

⁵⁷ IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano por Município)

Município	Item educação-IDHM
São Jerônimo da Serra	0,598
Ortigueira	0,523
Londrina	0,91
Ibiporã	0,868

Fonte: IBGE, in Stella Meneghel, Jornal de Londrina, 12/10/2003

maioria questionou a necessidade dos pesquisadores falar diretamente sobre os impactos negativos apresentados. Para os movimentos, as teses que ficarão arquivadas nas universidades ou nos órgãos competentes serão inúteis, já que poucos conhecem as universidades e vão até os grandes centros apenas uma vez na vida. Para a CRARHT, as pesquisas feitas pelos órgãos competentes são passadas de mão em mão por estudantes e outros pesquisadores que fazem suas citações e novamente guardam suas teses ou livros em outra biblioteca, de modo que as pesquisas elaboradas nunca chegam ao conhecimento dos objetos das pesquisas, somente são reproduzidas em ótimas bibliografias para consultas e debates dentro das comunidades acadêmicas.

Para os primeiros participantes dos movimentos socioambientais, as dificuldades em se obter respaldo político e social para as convicções de um grupo ou movimento junto à sociedade sempre foi tarefa das mais difíceis. O diálogo, por mais seguro e convincente que seja, causa medo e insegurança, determinando a manutenção dos ideais conservadores por puro medo do desconhecido, mesmo que o presente seja “amargo” e insustentável.

Em maio de 2002, houve um encontro dos movimentos na cidade de Londrina, na sede da (Associação de Projeto Educação do Assalariado Rural Temporário) APEART, e foram discutidos os resultados das estratégias usadas até aquele momento pelo grupo, quando foi destacada a incessante determinação por parte da CRARHT em incutir o ideal do grupo no meio da população, sem efeito, tendo em vista que a Romaria promovida anteriormente não teve o objetivo esperado. Para o padre Dirceu Fumagalli, um dos líderes dos movimentos, a *realidade energética*⁵⁸ do país naquele momento, deveria ser o início de pauta das ações do movimento, procurando abranger todo o estado, em virtude do “fracasso” de venda da COPEL no fim de 2001, já que os representantes do governo se encontravam desacreditado junto à população.

Dentro do MAB, cogitou-se a necessidade de mudanças estratégicas na atuação junto à população, voltado à educação, objetivando melhores resultados. Baseado nesta proposta, é pertinente citar a afirmação do Diretor da UNESCO-Dr. Federico Mayor, na Conferência Internacional, “Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade”, realizada em Thessaloniki, Grécia, 1997:

⁵⁸ Em 2001, mais de 70 projetos de barragens estavam na lista da ANEEL para implantação até o ano 2015 e o setor pretendia investir até 2004 valores na ordem de US\$23 bilhões para atender a demanda do país, e o Paraná como grande potencial no setor estaria ameaçado, segundo os movimentos.

“ Não é com computadores e “alta tecnologia” (high tech) que nós vamos mudar o mundo, mas com “alto toque” (high touch), com elevado toque humano, com o toque da mãe, da família...a educação fornece a todas as mulheres e homens do mundo a capacidade de gerir as suas próprias vidas, e de reter a sua soberania pessoal...portanto, a educação ambiental é o sistema integrador, aliado a uma visão transdisciplinar para ações orquestradas em direção a um futuro sustentável, com harmonia, paz, equilíbrio ambiental, saúde e bem estar social” (apud MALHADAS, 2001).

Segundo os representantes da CRARHT em São Jerônimo da Serra, o descaso da maioria da população de Londrina os deixa muito preocupados e decepcionados, em se tratando de um grande centro politizado. Segundo os representantes da APEART, a sociedade londrinense ficou parcialmente indiferente aos problemas ambientais que poderiam ocorrer na região de São Jerônimo da Serra, ignorando que para a cidade de Londrina esses problemas serão maiores, já que dependem totalmente da água do Tibagi e tributários para consumo, quando se considera que as águas dos reservatórios de barragens ficam totalmente impróprias para consumo por muito tempo, até que haja a total decomposição da matéria orgânica do reservatório, o que eleva o custo, por causa da quantidade de produtos usados no tratamento diferenciado. Baseado nas características próprias da cidade de Londrina, o grupo conclui que os meios de comunicação seriam a melhor alternativa para se atingir um maior número de público, principalmente por se tratar de problemas ecológicos e sociais, assuntos em “alta” no momento na mídia.

De acordo com os líderes do movimento, a população que se encontra às margens da barragem e reservatório, deveria ser tratada de maneira singular, uma vez que os pequenos produtores rurais nessas áreas possuem um baixo grau de conhecimento e, geralmente, nessas situações são bastante resistentes às mobilizações, e os antagonismos sócio-econômicos são difíceis de se gerenciar, sendo encontradas enormes dificuldades de unanimizar certos fatos, considerando-se que um segmento conhece os impactos ambientais causados pela construção da barragem, mas não possui interesse em preservação do meio, e o outro não possui conhecimentos para tal. Essa problemática se dá em virtude, principalmente, da região ser composta de pequenos agricultores que em face dos fatores econômicos já enfocados, encontram-se em decadência, e, a maioria dos atingidos é fazendeiros que usam de suas propriedades apenas como investimentos extras. As fazendas, nessas áreas, são em sua maioria penhascos não produtivos e o reservatório significa a valorização das propriedades.

Nesse contexto, argumenta Waldman:

[...] a discussão ecológica não se trata mais de uma luta “poética”, [...] pois, é cada vez mais difícil analisar o problema sem resolver a questão da forma de apropriação da natureza. A partir do momento em que o capitalismo tornou hegemônico, o que está em discussão é se a natureza deverá ou na continuar nas mãos do proprietário (mascarado de “homem”), ou então, haver uma reformulação geral na relação homem/natureza (WALDMAN, 1998). [...] onde se encontra inserido o preço especulativo da terra (MOREIRA, 1982:214 apud WALDMAN, 1998).



Paisagem de perais na área adjacente à UHE São Jerônimo (margem direita do rio Tibagi)

Foto 22; Duarte, Amauri, 22/09/2003

Para a representante do MAB no Paraná Margarete Maranhão, a questão indígena, a questão do EIA/RIMA da UHE Jataizinho, a posição do IAP e o IBAMA obrigando a COPEL a refaze-lo através de uma *Ação Civil Pública*⁵⁹, proposta pelos movimentos, deveria ser enfocada naquele momento, já que tanto o IBAMA quanto o IAP haviam acatado a decisão do Ministério Público e protocolados pedidos de execução de outro estudo abrangendo toda a bacia do Tibagi, de modo que poderia ser aproveitada apenas a parcela que estivesse em conformidade com as novas regras impostas.

⁵⁹ Com o instrumento de Direito Ambiental Material criado pelo CONAMA, a Lei Nº 7347, de 24/7/85, instituiu a ação civil pública, sendo modificada com mais abrangência de direitos de caráter preventivo pela Lei Nº 8.078/90. Essa Lei constituiu um grande instrumento processual ao alcance dos cidadãos em defesa do Meio Ambiente. A Ação Civil Pública representou um novo marco na proteção ambiental, ao conferir a legitimação disjuntiva e concorrente do Ministério Público, à União, aos Estados e aos municípios, a as ONGs, concedendo o direito de pleitear em juízo a tutela de um bem de uso comum pertencente às gerações futuras. A ação civil pública foi aprimorada pelo Código de Defesa do Consumidor, que ampliou sua área de abrangência com incorporação de qualquer interesse difuso ou coletivo. Fonte: (SOUZA, apud STIPP (org), 1999).

Para o MAB, as negociações com o IBAMA poderiam ser feitas com um pouco mais de coerência, pois naquele momento havia novo comando com maiores tendências preservacionista, dado que a entidade havia determinado à COPEL novas elaborações de EIA/RIMAs para implantação de outros empreendimentos no Estado, fato que colocava a empresa de energia como criadora de irregularidades frente à população e ao próprio IBAMA. Os temores do MAB, naquele momento, recaíam em dois fatores: na maioria dos casos de construção de barragens, onde havia impactos de alto *grau degradativo*⁶⁰, as vias judiciais impostas pelas entidades governamentais não surtiram efeito em curto prazo, e também, naquele momento o movimento havia perdido forças, pois nas cidades onde as barragens não estavam na iminência de serem construídas, haviam cessado as lutas pela causa, principalmente nas regiões abaixo da UHE São Jerônimo (Jataizinho, Assaí, Ibiporã e Londrina). De acordo com o MAB, essas populações se eximiam das responsabilidades, que era de todos, esquecendo-se de que, se uma das barragens fosse construída, as outras seriam apenas uma questão de tempo. A barragem de Cebolão, como exemplo, naquele momento já estava nos relatórios da ANEEL como futura execução após a construção da UHE São Jerônimo. Para os movimentos, a população, na maioria das vezes por, falta de informações mais claras confunde as indenizações recebidas pelo INCRA com as feitas pela COPEL cujos critérios de avaliação são completamente antagônicos, tendo em vista que os valores oferecidos pela empresa de energia são bem inferiores aos do INCRA. Segundo Margarete Moran (MAB-PR), mesmo quando houve uma negociação aparentemente bem feita junto às companhias de energia, posteriormente à conclusão da obra percebeu-se que nem todas as reivindicações atendidas foram favoráveis ao meio ambiente e à sociedade como um todo.

Para os movimentos combativos, mesmo que acontecessem algumas melhorias compensatórias, após as negociações em São Jerônimo da Serra seria necessário ainda o acompanhamento posterior à conclusão do empreendimento. De acordo com reassentados de Salto Caxias presentes no encontro em maio de 2002, na APEART em Londrina, naquela área houve vários investimentos compensatórios por parte da COPEL, como: clubes, igrejas, escolas, praças etc. Entretanto, a população não pode utilizá-los, devido à falta de investimentos no elemento humano, principalmente com relação à criação de postos

⁶⁰ O uso recreativo dos reservatórios, pode causar perturbações aos objetos principais, com a caça e a pesca desportivas, a navegação à motor, podendo dificultar o abastecimento de água de qualidade. Esses agravantes induzem à mera satisfação que produzem uma segunda residência junto a um lago, o aparecimento de zonas residenciais às margens dos reservatórios. Outro uso impactante é o aproveitamento do turismo, que nos leva à consideração do valor estético dos reservatórios, tanto em seus aspectos positivos como nos negativos e, entre este último, as chamadas “cicatrices” da paisagem e os escoamentos de jusante, impedindo o curso normal neste processo. (DUARTE, 1994 apud STIPP, 1999 (org))

de trabalho que tivessem objetivos de criar condições para que a população pudesse se manter. Em *conseqüência*⁶¹ dos fatos citados, os atingidos de Salto Caxias tiveram que abandonar as suas estruturas montadas e procurar meios de sobrevivência em outras regiões. Para o MAB para que fatos como esses não se repetissem, os métodos de sensibilização e mobilização teriam que abranger todo o Estado do Paraná, ainda que uma operação como aquela resultasse em altos custos. Com experiência em diversas lutas anteriores, a líder do MAB-PR e companheiros concluíram que todos os esforços feitos para mobilizações contra as barragens na região de São Jerônimo da Serra, naquele momento, não tinham surtido os efeitos desejados, dado que havia apenas sensibilizações e isso não bastava para otimizar resultados concretos, já que a conscientização apenas sensibiliza, enquanto que a mobilização determina ações concretas de modo que teriam de acontecer novas estratégias pré-estabelecidas e de maneira mais abrangente, tanto social quanto politicamente, mesmo que isso possa trazer divergências.

Com relação ao envolvimento com a política Waldman argumenta:

[...] Embora seja correto afirmar que carências teóricas possam ser supridas no seio dos movimentos ou em outros fóruns de elaboração de políticas (como os Partidos), nada disso exclui a necessidade de um projeto estratégico, preservando a autonomia dos movimentos nas relações mantidas com o Estado e partidos políticos, [...] visando o fortalecimento dos valores das classes populares.(WALDMAN, 1998)

Na divisão de tarefas entre os componentes dos movimentos por ocasião da reunião na APEART, foi observada uma certa dificuldade em definir alguém que se prontificasse em tomar a frente das ações, tornando visível a dificuldade em conseguir adesões entre as populações envolvidas, em virtude de que essas indefinições acontecem até mesmo entre os representantes do MAB, demonstrando a complexidade que envolve as mobilizações.

⁶¹ Em General Carneiro-PR, quando da construção de Salto Caxias, a população da região, não havia dado atenção aos problemas apresentados pelo MAB anteriormente, mas posteriormente estavam experimentando grande desconforto com relação aos problemas que esse empreendimento estava trazendo. O Estado estava praticando terrorismo com a população que tinha direito a indenizações, determinando que quem não portasse documentos de posse não receberia, sabedores de que aquela área é predominante de posseiros e assentamentos com vários anos de ocupação sem a posse da terra. A quem era portador da documentação de posse o valor oferecido aos proprietários era apenas de 300,00 reais por alqueire, sem considerar as benfeitorias construídas.(Representante da CRABI, reunião da APEART, 2002)

Objetivos e tarefas a serem alcançados

- A ONG Ambiental-NP, faria o trabalho de divulgação das questões ambientais, junto à população.
- Seriam criados núcleos de conscientização, partindo do nuclear para o periférico, ou seja, criar núcleos de pessoas, que possuíam simpatia pela causa, e a partir destas pessoas tentar abrir o “leque” de simpatizantes.
- Detectar, através de pesquisas, informações sobre o andamento de construção de barragens por todo o país e no estado do Paraná, já que mais de 500 hidrelétricas estavam em andamento em todo o país, cientes de que a melhor arma é a informação e a divulgação da mesma, para as pessoas certas, através de núcleos elaborados, o chamado “boca a boca”.
- Avaliar o conceito de quem seriam os verdadeiros atingidos, para que houvesse um direcionamento correto das informações sem perda de tempo, sensibilizando pessoas que não “engrossaria” o movimento de forma objetiva.
- Analisar os possíveis atingidos; diretos e indiretos, em São Jerônimo. No caso, as cento e cinquenta famílias que seriam atingidas, diretamente, e as outras que iriam ser atingidas indiretamente, através dos núcleos de divulgação.
- No caso de Londrina, devia ser elaborada uma análise meticulosa para detectar todos os impactos diretos ou indiretos.
- Já que mais de 400 famílias servem-se das águas do rio Tibagi na cidade de Londrina, a melhor estratégia era tentar chegar à população “pelas torneiras”, conscientizando-os de que se construída as barragens no rio Tibagi, a Sanepar teria o custo de saneamento da água elevado em mais de 50%, afetando diretamente o bolso da população, que passaria de 0,5 para 0,10 (centavos) por litro, cifras da época, em 2002.

Quadro.20 - Estratégias para mobilizações em São Jerônimo da Serra e região.

Fonte: Ata de reunião dos movimentos, sede da APEART, Londrina-PR, maio de 2002.

Para o representante do MAB em Londrina, a criação dos núcleos, em todas as cidades que margeiam o rio TIBAGÍ poderia trazer resultados muito positivos, mas a primeira dificuldade já era certa no seu município, pois o objetivo inicial de alcançar mobilizações através da educação já havia sido barrado anteriormente, uma vez que a chefia da educação na cidade, naquele momento, estava ligada à ala dos favoráveis aos projetos das barragens. Após a reavaliação de estratégia, os movimentos colocaram em prática todos os segmentos pré-estabelecidos. As abordagens por contatos diretos foram feitas com materiais de conscientização em mãos, tentando gradativamente mapear a singularidade de cada grupo e suas determinadas abrangências em cada *município nucleado*⁶². Para o MAB regional (CRAHRT), a maior dificuldade ainda era vencer a expectativa de crescimento econômico que a população tinha com relação à usina, considerando que nem mesmo os debates em jornais, rádios, televisão surtiram o efeito desejado.

De acordo com as lideranças do movimento, os encontros e palestras e debates feitos dentro das universidades também haviam sido frustrantes, pois a constatação

⁶² Para os representantes da CRAHRT e da Ong Ambiental-NP em São Jerônimo da Serra, a formação de núcleos: em Terra Nova, (Distrito de São Jerônimo), por ser a região mais resistente às manifestações; em Ortigueira (o município mais atingido com o reservatório), devia ser mais intensa. Em Curiúva, Sapopema, Tamarana, Assaí, Jataizinho e Londrina, era urgente, por se apresentarem alheios às manifestações, e não serem atingidos diretamente pela UHE São Jerônimo.

científica e os materiais concernentes ficaram à disposição dos movimentos, mas sem sair do Campus das Universidades. Dessa maneira, era preciso aceitar todos os aliados, sem desprezar nenhum, pois aqueles que às vezes se mostravam totalmente contra os princípios do movimento, após tomar conhecimento dos fatores reais, se tornariam excelentes aliados, segundo os movimentos. Para o MAB regional (CRAHRT), as dificuldades em conseguir boas lideranças em favor da causa são devidas, principalmente, ao rótulo com que cada uma pode ser taxada diante da sociedade. Todos se mostraram sensíveis à causa, mas nem todos até aquele momento tiveram a coragem de se expor quando convocados para integrar as mobilizações, considerando-se que até mesmo o movimento dos sem-terra, que é bastante presente quando o assunto é mobilização, ficou “em cima do muro”.

Segundo os líderes dos movimentos, os problemas de relacionamento entre os movimentos e a população são devidos ao estágio de transição e evolução, com relação à reivindicação de direitos, atualmente. Mas, para o padre Dirceu (Londrina), e representantes do MAB (Paraná) e CRABI (Cascavel), mesmo com todas as entraves constatados pelos movimentos contrários no caso da UHE de São Jerônimo, é notório o avanço desse grupo nas negociações referentes a usinas hidrelétricas, quando relacionados a outros no passado.

Os movimentos “combativos” no Paraná referentes à UHEs

Após a construção da UHE de Itaipu os movimentos socioambientais evoluíram muito no cenário estadual, principalmente por ocasião da construção da hidrelétrica de Salto Caxias, em Capitão Leônidas Marques, no Rio Iguaçu. No processo de aprovação de construção de Salto Caxias, a CRABI enviou um projeto com algumas sugestões e pedidos para que fossem atendidos. Essas reivindicações já foram elaboradas segundo as leis do Plano Diretor do Meio Ambiente, do Setor Elétrico da Eletrobrás e da COPEL. Inicialmente, os estudos determinantes em cifras, fizeram com que a COPEL ambicionasse o aproveitamento desse potencial para a construção de duas usinas: *Salto Caxias Baixo e Cruzeiro na década de 1980*⁶³. A partir desse período, depois de várias pressões, houve uma nova avaliação por parte

⁶³ Neste período o Paraná estava determinado em explorar todo o potencial da bacia do rio Iguaçu, era o período do “milagre brasileiro”, por parte do regime militar. Em 1978, a COPEL realizou uma reavaliação, concluindo ser economicamente mais vantajoso o aproveitamento do trecho Salto Osório-Salto Caxias em uma única usina, denominado Salto Caxias Alto, englobando o projeto Cruzeiro e eliminando a Usina Julio de Mesquita Filho, na foz do Rio Chopim. Fonte: CRABI.

da COPEL, face à evolução do Partido dos Trabalhadores (PT), que neste período, havia pleiteado a presidência da República com, o então, candidato Luiz Inácio Lula da Silva. Com a conclusão da Usina Salto Caxias, o Paraná ficou com superávit em energia, elevando o Estado à categoria de exportador de energia. Segundo o governo do estado do Paraná, desde a fase de planejamento decorrentes de sua construção, com ampla participação da população em todo o seu processo de implantação. Mas de acordo com os movimentos, esses resultados só foram parcialmente satisfatórios porque desde o início da elaboração do projeto até a sua complementação, os movimentos populares pressionaram forçando uma posição menos impositiva por parte dos órgãos governamentais, que mudaram de estratégia para uma postura mais maleável. Como resultado das pressões dos movimentos, o EIA/RIMA da Usina Salto Caxias foi previamente debatido com a população e aprovado com várias mudanças no seu projeto inicial. Com o *fortalecimento político*,⁶⁴ dentro dos contextos: estadual e nacional, em meados da década de 1980, a CRABI elaborou algumas reivindicações que facilitaram as negociações junto aos representantes do governo resultando na implantação de programas voltados para a compensação e mitigação dos efeitos ambientais da obra.

Segundo Santiago, com referência à política ambiental:

[...] É preciso que nos dediquemos a pensar questões políticas que extravasam as fronteiras nacionais, afim de que seja compreendida a relação entre esse novo sentimento cultural planetário e os movimentos de liberação expressos por grupos minoritários, evitando que sejam eles prematuramente sufocados, ou que se facilite o trabalho de repressão exercido pelos mecanismos de mascaramento oriundos das grandes potências industrializadas[...].(SANTIAGO, in ROSA (org) 1990)

Os impactos que foram identificados, posteriormente à construção da usina, só trouxeram compensatoriamente a promessa de uma melhor qualidade de vida da população por ter sido debatido pela sociedade. Mesmo com os impactos amenizados pelas

⁶⁴ O período da década de 1980, representou para a sociedade em geral, o início da democratização do país. No caso dos movimentos socioambientais, o crescimento dos Partido dos Trabalhadores (PT), a participação ativa de parcela da igreja católica(CPT), e a união dos movimentos urbanos e rurais, determinou a velocidade das conquistas na área socioambiental. Com o início do processo de abertura política, os movimentos a uma natural politização. A organização popular sempre acompanhou as estratégias dos movimentos, e na participação institucional na política iniciou-se com a “tomada” de um partido político, de uma forma geral, pela geração mais jovem. No Rio Grande do Sul, surgem ativistas influenciados pela AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural), de todos os partidos políticos como: Caio Lustosa (PMDB-RS), Fábio Feldman (PSDB-SP), Vitor Buaiz e Rogério Medeiros (PT-ES), entre outros. Já na primeira metade da década de 1980, os partidos da oposição ao regime militar-PMDB, PDT, PT e os partidos comunistas, abriram espaços à questão ecológica, sobretudo em período eleitoral, mas não só não consideravam como prioritária como estavam dispostos a qualquer questionamento do seu ideário produtivista, industrialista e desenvolvimentista. A eleição presidencial de 1989 e o Governo Collor criaram uma nova situação no tocante à questão ecológica, que usa conceitos e assimila um discurso ambientalista como um dos componentes da modernidade. Com a ECO-92, é consagrado, definitivamente, a politização da questão ecológica na sociedade brasileira. (SIRKIS, apud McCORMICK, 1992)

negociações prévias, os rumos daquele empreendimento não ocorreram como previsto, pois vários problemas de ordem econômica se fizeram presentes, principalmente no que se refere à migração da população para outras cidades, influenciando diretamente no comércio da região. Portanto, as reivindicações que foram feitas para ajudar não resolveram.

Reivindicações da CRABI para concretização de Salto Caxias

- As negociações deveriam ser coletivas e com a participação da CRABI, que era o movimento mais politizado e possuía respaldo do MAB nacional e de lideranças do partido da oposição no governo, o PT.
- As indenizações e os reassentamentos deveriam ser feitos obrigatoriamente antes do início das obras, e com preços justos, conforme o mercado da região, evitando assim surpresas desagradáveis, já que em outros empreendimentos anteriores fatos dessa natureza, aconteceram.
- Os reassentamentos deveriam ser feitos no próprio município do atingido e com benfeitorias equivalentes às que possuía, já que em outros municípios onde houve usinas hidrelétricas, a população se evadiu por falta de estrutura fazendo com que as cidades atingidas quase que acabaram.
- Todos os atingidos deveriam ter um subsídio de 50% na energia gasta por cinco anos, sem quaisquer ônus referentes à gasto com energia.
- Os impostos incididos sobre as indenizações, bem como os ônus sobre a documentação seriam de inteira responsabilidade da COPEL.
- O levantamento das avaliações e indenizações deveria ser repassado para a CRABI, para acompanhamento de todos os atingidos, visto que o movimento se encontrava alinhado com as reivindicações da população, e por ela deveria responder.
- Os prazos de entrega das respectivas propriedades seriam de seis meses antes do fechamento das comportas com aviso prévio para os deslocamentos.
- Durante seis meses, os proprietários atingidos produziriam sobre os imóveis, sem a obrigação de repassar quaisquer valores a COPEL a título de arrendamento ou quaisquer repasses referentes. Essa atitude foi pertinente devido às pressões sofrida pelas populações atingidas pelo reservatório de Itaipu, quando da sua construção.

Quadro.21 - Relatório de negociações elaborado para a UHE Salto Caxias (rio Iguaçu)

Fonte: CRABI

Os itens negociados pela CRABI foram tomados como exemplo para a UHE São Jerônimo, por ocasião da aprovação do empreendimento, quando os movimentos alertaram a população de que as negociações feitas pela CRABI com a COPEL nesse empreendimento foram quase que totalmente atendidas, mas mesmo assim posteriormente

houve vários outros problemas não previstos anteriormente, como: *a proliferação de insetos*⁶⁵, *as altas temperaturas*⁶⁶ incomuns naquela região, causando e aumentando a dessecação de várias categorias de *vegetações*⁶⁷. De acordo com a CRABI, esses fatos são problemas naturais constatados atualmente em toda a bacia do Rio Iguaçu onde há o aproveitamento energético. Portanto, mesmo que todas as reivindicações dos movimentos fossem atendidas, fatos como esses poderão também ocorrer em São Jerônimo, sendo necessário uma negociação preventiva por parte dos movimentos para que não se repitam, dado que esses impactos negativos não foram apresentados à população por parte de quem era responsável, sendo omitidos propositadamente pelas autoridades políticas da região. Segundo o padre Sasaki, “os políticos de São Jerônimo da Serra ainda estão na época da ditadura, e, se aproveitam da ingenuidade da população, não se importam com a natureza daqui”.

Nesse contexto, já descreveu DEAN, 1996:

[...] Os militares e seus simpatizantes reagiram com arrogância diante das questões levantadas na primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo em 1972. Suspeitava-se que os países industrializados haviam inventado mais um obstáculo à elevação do Brasil aos seus quadros, e especulava-se que uma das vantagens comparativas do Brasil consistia precisamente em sua capacidade ainda integral de absorver a poluição industrial. “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela” [...].

Para justificar o crescimento a qualquer custo, MAIMON, 1990, afirma:

[...] a posição oficial do governo brasileiro em Estocolmo era de que “[...] o desenvolvimento poderia continuar de forma predatória, com preocupações secundárias em relação às agressões à natureza [...]” (Azambuja, apud MAIMON, 1990). [...] o Ministro do Interior Costa Cavalcanti, parafreseava Indira Ghandi:[...] a pior poluição é a da miséria (Gazeta Mercantil, 14/09/90, apud MAIMON, 1990). A miséria seria erradicada pelo crescimento econômico [...] (MAIMON, 1990).

⁶⁵ O impacto biológico de um reservatório é a complexa metamorfose da produção terrestre para a aquática. Somente alguns dos aspectos desta mudança estão começando a ser conhecidas através de experiências.

⁶⁶ A influência do reservatório sobre o clima limita-se às zonas circundantes e depende em grande parte das condições locais, fundamentalmente das topografias e meteorológicas. O microclima produz efeitos que são conseqüências da variação térmica da massa de água e da evaporação em sua superfície, e conseqüentes trocas de calor entre: a água e a atmosfera.

⁶⁷ A situação de um sistema biológico ocasionado pela criação de um anula a produção terrestre e a substitui por produção aquática. A energia do sol é captada pelas plantas aquáticas com raízes e o fitoplâncton em lugar de ser pelas ervas, matos e árvores, transformando-se em peixes no lugar de mamíferos. A zona do rio que fica regularizada pelo reservatório é produzida da vegetação em suas margens, que por sua vez induzem mudança na fauna que dela sustenta (DUARTE, apud STIPP, 1999 (org)).

De acordo com Diegues, a partir das grandes navegações e “descobrimientos” europeu, as comunidades primitivas tradicionais foram taxadas de inimigas do progresso, e, quando o capitalismo se firmou, essas comunidades, principalmente a indígena, começaram a ser expulsas de seus territórios ancestrais em nome do desenvolvimento, em todas as Américas onde havia a “natureza selvagem”. Nos Estados Unidos, como exemplo, cita Diegues: “Desde a chegada dos puritanos até 1890, quando os últimos índios foram levados para reservas, os colonos se sentiam no direito de ocupar aquelas “terras vazias”⁶⁸. Ainda descreveu Diegues, sobre as atitudes dos representantes do capitalismo “selvagem” americano: “Como afirmava John Winthrop, governador de Massachusetts Bay:”

“Eles [os índios] não cercam a terra, não tem habitação permanente e nenhum deles domestica o gado para melhorar a terra e, por isso, tem somente um direito natural sobre essas terras. Assim, se deixarmos terra suficiente para seu uso, podemos legalmente tomar o resto.” (Koppes, 1988:230 apud DIEGUES, 1996).

No Brasil, os indígenas foram também sendo dizimados e “encurralados” em regiões que ainda não interessaram ao branco, quando isso acontece, nos casos de inundação por conta de reservatórios de UHEs, eles simplesmente são descartados, como um “bem” da União. Para Helm, o povo indígena tem sido afetado por inúmeros projetos hidrelétricos em todo o país. Na construção da usina Hidrelétrica de Itaipu, os Guaranis do Ocoí perderam parte significativa de seu território e somente foram recompensados pela empresa em dezembro de 1996, quando a diretoria da Itaipu Binacional (lado brasileiro) comprou terras, para assentá-los. Ainda segundo Helm, os Kaingang e os Guaranis da terra indígena de Mangueirinha foram afetados pela UHE Salto Santiago, construídas pela ELETROSUL, junto ao rio Iguaçu. Os Guaranis Mbya que viviam em aldeias nas margens do Iguaçu foram reassentados em uma vila, próxima do rio Palmeirinha e junto a BR 373, sendo impactados também pela Rodovia Federal que cortou a Área Indígena. Algumas famílias não se adaptaram e voltaram a construir suas aldeias no rio Iguaçu, nas proximidades do alagamento.

No aproveitamento energético do rio Tibagi, em seu projeto inicial, com sete UHEs, cinco Terras Indígenas, localizadas nos municípios de Ortigueira, Tamarana e São Jerônimo da Serra sofreriam impactos (HELM, 1998).⁶⁹ Entretanto, a comunidade indígena da

⁶⁸ A concepção de “terras vazias” é presente também na região da UHE São Jerônimo, quando a população define os indígenas como: “povos que não fazem nada”, e, “aquelas terras não servem para nada”, “esse povo não usa a terra pra nada, e ainda rouba milho nas lavouras nossa”.

⁶⁹ Só as UHEs Cebolão e São Jerônimo devem atingir as terras Indígenas de Barão de Antonina (28,48 alqueires), São Jerônimo, Apucarana (300 alqueires), Queimadas, e Mococa (7,02 alqueires) (HELM, in STIPP (org), 1999).

bacia do rio Tibagi se mostrou bastante dividida quanto às suas posições sobre a construção da UHE São Jerônimo. Para os movimentos, a parcela dos indígenas que se posicionaram contrários à usina foi muito positiva para os seus objetivos, pois, conseguiu dizer “não” (alguns caciques questionam esse fato) a uma comissão de negociadores, que tinha como mediador o deputado estadual Luciano Pizzato. Para os movimentos, essa decisão foi histórica para a comunidade indígena de todo o Brasil, já que foi a primeira vez que puderam opinar sobre suas terras, embora houvesse uma maioria que gostaria de ter os benefícios prometidos pela COPEL⁷⁰. Pois, em se concretizando o Projeto hidrelétrico da UHE São Jerônimo, a comunidade indígena passaria a integrar o grupo dos beneficiados com os *royalts* e mais as compensações pertinentes ao acordo feito entre a comunidade e a COPEL, principalmente, em face da particularidade existente quando do uso das terras indígenas contidas na Constituição.

[...]Na década de setenta a legislação indigenista brasileira e Constituição Federal não estipulavam que os povos indígenas deveriam ser ouvidos sobre a implantação de projetos em seus territórios [...] (Oliveira, apud HELM, 1999). A declaração de Sam José estabeleceu que o grupo étnico é a unidade político administrativa com autoridade sobre seu território e capacidade de decisão no âmbito de seu projeto de desenvolvimento [...] (HELM, in STIPP (org),1999).



 Área particular

 Área indígena

Área de ocupação territorial do futuro reservatório da UHE São Jerônimo

Foto 23; Duarte Amauri. 08/10/2003

⁷⁰ TEIXEIRA, Antonio. JORNAL de LONDRINA; JL-Regional. 27/05/2000.

Na época das negociações com a comunidade indígena, os interessados na construção da usina hidrelétrica contavam com um Decreto Legislativo nº 381/1999, que tramitava no Congresso Nacional, pedindo a autorização para a utilização de suas terras, mas esse decreto foi “engavetado” a partir da decisão da maioria nas comunidades da área da UHE São Jerônimo, uma vez que pela nova Constituição de 1988, no seu Capítulo VIII, Dos Índios, determina no ART. 231 que:

3 “ O aproveitamento dos recursos hídricos, incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas...” (HELM, in STIPP (org), 1999).

Portanto, para o uso das terras indígenas é necessária a autorização dos mesmos e, dessa maneira, parte da comunidade incentivada pelas entidades contrárias se posicionou decidida a participar de todas as reuniões que a COPEL/IBAMA/FUNAI (Fundação Nacional do Índio)/MPF (Ministério Público Federal), Universidades e outros órgãos pudessem promover para a discussão democrática sobre os Projetos Hidrelétricos da COPEL e suas conseqüências sociais e ambientais (HELM, in STIPP (org),1999). Segundo lideranças dos movimentos, a atitude dos indígenas do Paraná é inédita no Brasil, tornando um fato de extrema relevância quando se compara a autonomia do povo indígena em participar de decisões dessa categoria, pois anteriormente nem consultados eram.

De acordo com o cacique Nelson Vargas, da reserva de São Jerônimo, a comunidade indígena do Paraná sempre ouve o *Conselho Indígena*⁷¹ quando as decisões interferem na vida de uma das comunidades. Os indígenas ouviam falar da construção da hidrelétrica no rio Tibagi há muito tempo, mas a partir da concretização do processo de avaliação e aprovação do empreendimento, em 1998, o Conselho foi acionado para inteirar a comunidade do fato, principalmente com os atingidos da reserva de São Jerônimo, Barão de Antonina, Apucarantina e Ortigueira. De acordo com o cacique, sob influência dos movimentos e universidades, o Conselho indígena alertou as reservas sobre o grau de envolvimento de cada uma na construção das barragens, sendo que muitos parentes que moravam nas reservas atingidas poderiam se deslocar para as reservas vizinhas os quais não teriam estrutura para acolhê-los, tendo em vista as condições em que viviam essas

⁷¹ As Terras Indígenas Barão de Antonina, São Jerônimo e Apucarana são administradas pela regional da Fundação Nacional do Índio localizada na cidade de Londrina e as de Queimadas e Mococa pela administração da FUNAI instalada na cidade de Guarapuava. Os líderes indígena que estão vinculados a esta administração integram o Conselho Indígena Regional de Guarapuava, cujo Presidente é o Kaingang Pedro Seg Seg. Os da ARLO/FUNAI integram o Conselho Indígena do Norte do Paraná, que é presidido pelo Kaingang Lourival Oliveira. Os presidentes dos Conselhos representam os interesses dos indígenas junto aos órgãos governamentais, ONGs e à população regional, HELM, in STIPP,1999

comunidades. De acordo com o cacique Nelson, o Conselho apresentou os prós e contras com relação à construção da barragem da UHE São Jerônimo, mas deixou a decisão para as comunidades, pois a sua função é apenas assessorá-los quando solicitado. Com o acompanhamento do Ministério Público, das ONGs, representantes das universidades, da CPT, entre outras, foram feitas diversas reuniões: em todas as aldeias do Estado, em Curitiba, na UEL e na UEPG e visitas à usina Salto Santiago. Segundo o cacique, após vários encontros já se percebia que dentro da comunidade havia uma divisão de pensamento. Entre os tradicionalistas e conservadores, havia o objetivo de conservar as tradições e culturas antigas do seu povo. Por outro lado, estavam outros representantes indígenas, inclusive o cacique Nelson, que gostaria de receber os benefícios oferecidos pela COPEL com a construção da UHE, já que a empresa paranaense havia oferecido implementos para o cultivo das roças, grande, gado leiteiro, escolas, postos de saúde e moradias decentes⁷².

Com relação a infraestrutura existente nas aldeias, Helm afirma:

[...] na Terra Indígena Mococa não existe uma infraestrutura adequada [...] para os casos de atendimento na enfermaria e para as necessidades imediatas que nem sempre são atendidas devido à falta de recursos que está caracterizando a política de apoio aos povos indígenas no Brasil. [...] produzem pequenas roças [...] e vendem a força de trabalho para vizinhos das terras indígenas, que contratam a diária e pequenas empreitadas, para corte do mato e limpeza dos roçados; corte de pinus e eucaliptos [...] (HELM, in STIPP (org), 1999).



a) e b):Área indígena na cidade por ocasião da venda de seus artesanatos (reservada pela prefeitura de Londrina, às margens da av. Dez de Dezembro).

Foto 24; Duarte, Amauri, 12/10/2002

⁷² As nossas pesquisas recentes sobre os povos indígenas da Bacia do Rio Tibagi (95, 96, 97 e 98) revelam que os Kaingang e os Guarani estão vivenciando períodos de fome, de falta de recursos do Governo. Estão reelaborando as suas práticas culturais e sistemas organizativos para poderem se adaptar às novas contingências do contato. Aspiram alcançar o exercício da cidadania, mesmo que para tanto tenham de rever suas posições de defesa da natureza. (HELM, in STIPP (org), 1999)

De acordo com o cacique, “entre a manutenção do de *Pari*⁷³, como exemplo, e o bem estar das comunidades, deve prevalecer sempre a sobrevivência dos indígenas como um todo.” Para ele, as comunidades poderiam estar unidas na decisão de preservar a sua tradição, cultura e o meio em que sobrevivem se houvesse uma melhor ajuda por parte do governo para essas comunidades. Segundo ele, a qualidade de vida de suas populações é precária, mas não é vista assim pelo governo e ambientalistas, que os vê como nativos da região amazônica, que é mais preservada. Para o cacique, *a realidade dos indígenas da região é bastante diferente das comunidades da Amazônia*⁷⁴, tendo em vista que as comunidades indígenas do Paraná já não possuem a pesca e a caça como principal meio de adquirir sua alimentação como acontecem nos estados do Norte do País. “A produção de artesanato garante a sobrevivência em períodos de penúria” (HELM, in STIPP (org), 1999).

a)



b)



a) Aldeia indígena sem infraestrutura; b) mendicância nas ruas das cidades (Assai).

Foto 25; Duarte, Amauri.

O cacique apontou também as dificuldades em se conseguir investimentos para a manutenção de suas plantações, já que esse é o único meio de sobrevivência nas

⁷³ *Pari*; é uma armadilha feita de taquara ou criciúma, estribada por armação de madeira, construída em uma barragem de pedra que afunila as águas de uma corredeira e vai se elevando acima do nível da água; na ponta externa amarra-se uma esteira. A correnteza forte traz para dentro do cesto os peixes, que não podem mais retornar e são coletados. (TOMMASINO, in MEDRI, (org), 2002 ; pg; 89).

⁷⁴ A experiência de contato exigiu que os Kaingang jugjug (índios bravos) se adaptassem às novas condições históricas, imprimindo alterações múltiplas no seu padrão de vida. A construção do tempo e do espaço atuais implicou a incorporação e a resignificação de elementos novos; assim como a preservação de elementos tradicionais no novo contexto ganhou novos significados. Portanto, nessa dinâmica social que resultou da situação de contato com os brancos, os Kaingang foram tecendo o tempo e o espaço atuais. Ao longo dos 150 anos de contato permanente e na condição de subalterno e administrado, os Kaingang foram construindo no espaço uma dualidade interessante, [...] Nas áreas indígenas vê-se, claramente, um espaço onde os Kaingang vive sua condição de tutelado ao indigenismo oficial [...]. (TOMMASINO, 2000, pg. 86).

reservas, mas as terras em que vivem não são suas no papel, pertencem à União. Para se conseguir financiamento de custeio agrícola é necessário a penhora de um bem. Portanto, nenhuma entidade financeira lhes concede créditos sem receber garantias. Dessa maneira, toda a verba para esse fim é proveniente do governo e, como sempre atrasam, suas roças acabam por perecer. Para o cacique, esse é um dos motivos, que faz as comunidades verem na construção da UHE uma saída para sua sobrevivência.

Baseados nas necessidades do seu povo, alguns caciques que possuem poder de decisão dentro da comunidade, entre eles o senhor Nelson, desobedeceram à decisão do Conselho indígena e elaboraram algumas reivindicações para que o acordo com a COPEL fosse discutido. Esse grupo reivindicou que, além dos benefícios propostos pela empresa, para cada alqueire que fosse inundado, cinco deveria ser devolvido à reserva de forma contínua à mesma, já que a proposta da COPEL constava da devolução de apenas três alqueires e em região distante da reserva. Segundo o cacique, se esses benefícios fossem concretizados, haveria melhores condições de vida para sua comunidade, pois o branco já interferiu na vida do índio, não adianta preservar suas culturas e tradições com seu povo morrendo de fome, doente e mal assessorado pelas entidades que são competentes para isso. Segundo o cacique, já que o índio do Paraná não é mais uma *comunidade primitiva*⁷⁵, já que não vive mais da caça e pesca, destruída pelos brancos, então, cabe aos próprios brancos ajudá-los a sobreviver. Para o cacique, o branco está atrapalhando o bem-estar das comunidades a partir do momento em que influencia parte do seu povo a rejeitar o desenvolvimento com a desculpa de protegê-los. De acordo com o senhor Nelson, o índio atualmente precisa trabalhar com a mesma estrutura do branco para adquirir seu alimento, mas não tem acesso aos mesmos meios para consegui-lo, tendo em vista que suas terras já não produzem mais sem adubos e inseticidas, só são adquiridos com o dinheiro do branco.

Os caciques das reservas de São Jerônimo e Barão de Antonina, senhores Nelson Vargas e Artur Amaral questionam que não basta tentar protegê-los dos eventuais impactos, e sim trazer propostas que venham a ajudá-los concretamente para que o seu povo saia dessa condição de abandono e miséria em que vive. De acordo com os caciques, aqueles que estão pensando em preservar o seu povo sendo contrários à usina inserindo os índios nessa luta, na verdade estão é atrapalhando os benefícios que viriam para eles, se construía.

⁷⁵ Sobre os diversos mitos ligados a conservação do mundo natural de nossos dias é fundamental compreender que eles hoje coexistem, de forma muitas vezes antagônica [...] seja ela tradicional ou moderna. Na concepção mítica das sociedades primitivas e tradicionais, existe uma simbiose entre o homem e a natureza. (DIEGUES, 1996).

Além disso, o índio não pode voltar no tempo, pois a destruição de seu habitat já aconteceu e atualmente ele precisa é de *trator, telefone, remédio, transporte e educação*⁷⁶. Portanto, o tempo da comunicação por fumaça e a cura de doenças apenas por ervas já passou, tendo em vista que elas não curam as epidemias trazidas pelo branco.

O senhor Nelson enfatizou mais uma vez que se os índios tivessem o apoio necessário a sua sobrevivência, seriam os primeiros a lutar pela preservação do ambiente em que vivem, mas vivendo isolados e sem o mínimo de apoio, preferem que a UHE seja construída, para que possam usufruir os *benefícios*⁷⁷ oferecidos pela COPEL à sua comunidade. Para os caciques, muitos daqueles que lutam contra a hidrelétrica não conhecem a realidade da comunidade indígena, querem apenas aparecer para a sociedade dos brancos e preferem ver o índio como um bicho em extinção, fazer pesquisas, tirar fotografias, vê-lo com sua cultura preservada, mesmo que vivendo pelado, sujo e sem saúde. Esta afirmação vem ao encontro à reflexão de Diegues sobre a imagem do “bom selvagem”, feito pela sociedade preservacionista capitalista. Gomes-Pompa e Kaus (1992) ainda avaliam:

“Conservacionistas tradicionais vêem o valor estético biológico e ecológico, mas não necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes eles conseguem ver as ações humanas do passado ou presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado”.(apud McCORMICK, 1992)

A figura do indígena confinado em seu habitat sempre foi bastante cômoda para a sociedade capitalista em toda a região “descoberta” pelos europeus. Para o capitalismo, as populações primitivas ou tradicionais devem ser preservadas, desde que estejam em seu meio e não atrapalhe o desenvolvimento econômico da região.

No contexto da socialização dos indígenas, Diegues comenta:

[...] Na maioria dos casos, as chamadas populações tradicionais encontram-se isoladas, vivendo em ecossistemas frágeis,(mangues, restingas, florestas tropicais), são analfabetas e tem pouco poder político, além de não terem títulos de propriedade da terra. (DIEGUES, 1996).

⁷⁶ Kaingang e os Guarani, dependem das matas e dos rios para as atividades de coleta, caça e pesca, para a obtenção de materiais para a construção de casa, lenha e plantas medicinais, mas, devido a falta de recursos e de apoio por parte do governo, estão vivenciando períodos de fome e epidemias (HELM, 1999).

⁷⁷ Os Indígenas Pensam que ao obterem compensações que garantam a qualidade de vida e a preservação de suas identidades étnicas, como povo singulares da Bacia do Rio Tibagi, estarão garantindo o presente e o futuro das gerações novas que tem o direito a uma sobrevivência digna, sem fome, mortalidade infantil e tantos males que afligem os indígenas do Tibagi. Estão frágeis quanto às suas reais possibilidades de sobrevivência. (HELM, 1999)

Segundo as opiniões dos caciques, conclui-se que, essa imagem do “bom selvagem” observado aqui, tanto por preservacionistas quanto pelo capitalismo é passiva de questionamentos, em virtude da problemática que envolve as comunidades indígenas da região da bacia do rio Tibagí, onde o que importa é a sua preservação original e não como estão sobrevivendo.

“As ONGs são grupos de pressão que buscam por um lado influenciar e democratizar políticas públicas governamentais para que essas supram da maneira mais extensa possível às necessidades da sociedade e de condições de vida iguais no mundo todo, por outro, movimentar a sociedade em que estão inseridas, utilizando-se de suas relações de solidariedade, na busca dessa democracia e influência política”.(MENESCAL, in Gonçalves, 1980; apud MALHADAS, 2001).

A participação das ONGs no processo de análise e aprovação das hidrelétricas no rio Tibagi foi determinante, tendo em vista o grau de conhecimento, tecnologia e influência que essas entidades têm em mãos atualmente. Às vezes encontramos casos que destoam do propósito defendido por essas entidades, mas, de maneira geral, a participação das ONGs é de extrema importância na evolução da consciência social e ambiental da sociedade.

Em 2002, por conta destas distorções, foi instaurada uma CPI no Brasil com o objetivo de analisar a atuação das ONGs no país, com suspeitas de que grupos estrangeiros e nacionais estivessem fazendo uso destas entidades para fins ilícitos, com prejuízos ao erário e ao meio ambiente do país. O presidente da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Senado, que investigou denúncias sobre a atuação de organizações não-governamentais (ONGs), senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), registrou em Plenário, em 19/12/2002, as conclusões da comissão sobre indícios “veementes” de irregularidades em 10 instituições. Em consequência disso, o senador, defendeu uma nova CPI no ano seguinte, principalmente nas questões da biopirataria e da exploração de minérios. Segundo Mozarildo, “[...] há intenções explícitas em algumas atitudes camufladas em nosso país, com o grande objetivo de internacionalização da Amazônia e de manter o país submisso, de modo que [...] as ONGs tornam-se uma forma de colonialismo moderno”. Para o Presidente dessa CPI, as entidades sérias, ligadas realmente com os interesses do país, deveriam ler o relatório da CPI e colaborar para a autofiscalização das organizações que possuem interesses questionáveis, já que, no meio destas entidades, algumas se aproveitam “[...] dessa bonita bandeira ecológica e da solidariedade, fazendo um trabalho nocivo ao país. São implantadas por outros países com o intuito de beneficiar-se da biodiversidade do Brasil em nome da proteção do meio ambiente, ou por que não, com o objetivo de espionar [...]”,⁷⁸ principalmente na região amazônica, em virtude da grande incógnita bioquímica existente ali.

Atualmente, as ONGs vêm fazendo um grande trabalho com relação aos atingidos por barragens e seus impactos negativos no mundo todo. Em Belize, na América

⁷⁸ Dados disponíveis em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/>>. Acesso em: 19/12/2003, 22:00 h.

Central, há uma grande movimentação contrária a um projeto de barragem nos rios Macal e Raspaculo, por parte das ONGs: SAB (Sociedade Audubom) e SM (Sharon Matola) de Belize. O projeto hidrelétrico implicará em enormes impactos sócioambientais naquele país, que, como a maioria dos países pobres da América Latina, são dependentes do “capital maior”. Nesse empreendimento, é alertado que além da fauna e flora, a barragem pode atingir a maior barreira de recife fora da costa do hemisfério ocidental, e vários sítios arqueológicos da civilização maia⁷⁹.

Dentro do Brasil, atualmente, há a atuação direta da ONG Marco Gonçalves, Sócioambiental em defesa do rio Xingú através da barragem Belo Monte, a última “reencarnação” da barragem Kararaó, que estimulou uma mobilização liderada pelos índios Kaiapó há uma década. Devido às pressões das ONGs em âmbito nacional, em 2002, a companhia elétrica Eletronorte, relatou que um novo desenho de engenharia para a barragem irá reduzir o tamanho do reservatório de 1200 para 440 km quadrados, limitando assim os impactos sobre a floresta úmida e as populações indígenas. Entretanto, segundo a ONG Sócioambiental, documentos da empresa obtidos pelos movimentos confirmam que o velho desenho de engenharia continua vigente e que a viabilidade do projeto depende da construção de outras barragens a montante, cujo lago inundado atingiria o parque indígena do Xingú, impactando um dos últimos redutos da comunidade que ainda é preservado. A concessão para a construção da barragem está programada para acontecer ainda no ano de 2002, além do que a Eletrobrás já discute a necessidade de construir seis outras barragens no rio Xingú e seus tributários. O Movimento dos Atingidos por Barragens nacional, com sede em Cascavel no Paraná, em conjunto com diversas ONGs, tem se reunido com moradores de Altamira para discutir o potencial impacto da barragem, mas de acordo com os líderes desses movimentos, o trabalho de conscientização da população da região barra na ansiedade dessa comunidade pelo progresso na região.

A Ong Elci Camargo, SOS Mata Atlântica, atua em defesa do rio Ribeira do Iguapé e região, desde 1990, com eminência da construção da barragem Tijuco Alto, (da companhia Brasileira de Alumínio/Grupo Votorantim), e Barragens Funil, Itaóca e Batatal, da Cia Energética de São Paulo/CESP. Esse projeto irá atingir o último grande rio sem barragem de São Paulo, o mais longo fragmento contínuo restante de Mata Atlântica (cerca de 13,5% do total remanescente), áreas protegidas da Serra do Alto do Ribeira e de Jacupiranga, espécies

⁷⁹ Dados disponíveis em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em 22/12/2002, 22:00 h.

migratória de peixes, cavernas, e remanescentes de quilombos (comunidades descendentes de escravos), além de precisar reassentar cinco mil famílias. O grupo ambientalista questiona a adequação dos estudos ambientais do projeto afirmando que a história se repete em relação a outros degradantes, de modo que, “mais uma vez, é planejada uma barragem no pior lugar possível”.⁸⁰

Em janeiro de 2003, por ocasião do Fórum Social, realizado em Porto Alegre-RS, ocorreu uma grande manifestação de repercussão mundial e, junto com outras ONGs, o Greenpeace protestou, entre outra, contra o desenvolvimento da energia nuclear no Brasil. O protesto foi endereçado ao novo Presidente do Brasil, em 2003, Luís Inácio Lula da Silva, pedindo que ele desista da construção da planta nuclear de Angra III, localizada no estado do Rio de Janeiro, e apóie programas de incentivo às fontes renováveis de energia, tais como solar, eólica, biomassa e *pequenas hidrelétricas*,⁸¹ esse último, já bastante interessante para os segmentos ligados ao setor energético brasileiro. Os ativistas foram convidados a assinar cartões de protesto contra Angra III marcando o lançamento da campanha que a organização ambientalista promoverá até maio de 2003, quando será realizada a próxima reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

O protesto marcou o lançamento da Campanha “Escolha Energia Positiva” no Brasil. Essa campanha promovida pelo Greenpeace faz parte de um esforço internacional para estimular a implementação de energia limpa e a eliminação de fontes perigosas de energia, como a nuclear e os combustíveis fósseis.

[...] Sem dúvida, nós não teremos desenvolvimento se não tivermos energia, mas nós só alcançaremos o desenvolvimento sustentável com energia de fontes renováveis. O Brasil precisa confirmar os compromissos feitos no ano de 2002, durante a Rio+10, além de manter sua tradicional liderança nas energias renováveis e na luta contra as perigosas mudanças climáticas [...]. (Frank Guggenheim, diretor executivo do Greenpeace no Brasil, 2003).⁸²

Segundo as ONGs, dar prioridades às políticas públicas que propiciam novas fontes renováveis, significa adquirir ganhos reais, já que o Programa de Incentivo às Fontes Renováveis de Energia (PROINFA) foi aprovado, em abril de 2002, pelo governo federal.

⁸⁰ Dados disponíveis em: <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em: 22/12/2002, 23:00 h.

⁸¹ O resultado disso é a disputa cada vez mais intensa observada nos leilões feitos pela ANEEL. No mais recente realizado em 30/11/2002, o ágio pago pela concessão de um determinado aproveitamento chegou a 3.089% sobre o preço mínimo.

⁸² Dados disponíveis em: <<http://www.greenpeace.org.Br>>. Acesso em: 24/01/2003, 22:00 h.

⁸² Dados disponíveis em: <<http://www.greenpeace.org.br>>. Acesso em 24/01/2003, 23:45 h.

Portanto, as ferramentas básicas para ampliação destas opções energéticas já existem; só faltam ser colocadas em prática.⁸³ A UHE Apucarantina por exemplo, se encaixa no perfil de mini hidrelétrica enfocada pelas ONGs, no entanto, será inundada pelo futuro reservatório do projeto da UHE São Jerônimo, se concretizado o empreendimento.

Com relação às alternativas energéticas do Brasil, La Rovere afirma:

[...] Como princípio, não basta desenvolver energias alternativas para se ter um novo uso de desenvolvimento, pois novas soluções tecnológicas (como o álcool) são compatíveis com velhas formas de desenvolvimento (como o uso intensivo de automóvel particular. Um caráter essencial para uma alternativa energética [...] é o controle de seus impactos ambientais [...]. (LA ROVERE, in ROSA (org), 1990)

A atuação das Ongs nas UHEs do Paraná

No Paraná, algumas Ongs têm participações expressivas e outras, nem tanto. A Ong Ambiental-NP, por exemplo, participa intensivamente junto com as diversas entidades envolvidas como o MAB, CPT e CRABI do processo em defesa do rio Tibagi por conta das barragens projetadas. Essas entidades, juntas, criaram a CRAHRT, para assuntos referentes à UHE São Jerônimo, cujo representante é o senhor Guatassara Rodrigues dos Santos, também ligado a CPT, ao MST e PT. Portanto, formam um grupo forte desde o período da ditadura.

*O COPATI*⁸⁴ (Consórcio para a Proteção Ambiental da bacia do rio Tibagi), uma das ONGs ligadas à bacia do Tibagi, foi constituído em 21/9/ 1989 com sede em Londrina, com a missão de trabalhar na proteção ambiental e promoção viável do desenvolvimento autosustentado da bacia do Tibagi. Segundo seus estatutos, a ONG tem como meta às atividades relacionadas ao estudo da flora e da fauna da bacia, à recuperação das matas ciliares, à educação ambiental, à caça e pesca predatória, à gestão ambiental em empresas e ao gerenciamento dos resíduos sólidos. O objetivo do Consórcio é o de buscar a unidade, através da união de seus associados, prefeituras, empresas e sociedade, para se tornar Agência de Bacia. Porém, de acordo com o senhor Guatassara, o COPATI desviou-se do propósito para o qual foi criado, já que a ONG não participou ativamente do processo

⁸⁴ Em 2003, o COPATI tem como Presidente o prefeito de Iporã Sr; Reinaldo Gomes Ribeirete, e como Vice-presidente a Prefeita de Ortigueira Sra; Marlene Mattos representando o Alto Tibagi, e o Sr; Nedson Micheletti prefeito de Londrina representando o Baixo Tibagi. É a única instituição a representar uma bacia hidrográfica no Paraná, atualmente, representando 33 dos 52 municípios que compõem a bacia do rio Tibagi e mais 24 organizações, entre empresas públicas e privadas de médio e grande porte. Entre as empresas associadas estão as maiores do Estado como: Sanepar, Copel, Klabin, Emater, UEPG, entre outras. Disponível em: <<http://www.copati.org.br>>. Acesso em: 02/09/2002, 22:00 h.

contrário às barragens, mesmo tendo conhecimento dos impactos causados. Segundo ele, a razão para as atitudes da entidade, é o corporativismo que a mantém presa aos seus associados. Em virtude disso, as ONGs não deveriam ter ligações com o estado e muito menos com o capital predominante, mas, no caso do COPATI, houve uma atuação um tanto quanto diferenciada, fugindo de sua proposta original. Para o Guatassara, a ONG demonstrou claramente o lado escolhido dentro do processo, já que, no momento em que foi solicitada a engrossar o movimento não houve reações que comprovassem a aplicação dos objetivos a que a ONG se propõem em seus Estatutos. Segundo a CRAHRT, a posição do COPATI foi de conivência com seus parceiros, que, em sua maioria, são Empresas Estatais e prefeituras. Indagado sobre estas acusações por parte dos Movimentos o presidente da ONG Sr. Reinaldo Ribeirette, atual prefeito de Iporã, declarou que os movimentos são um tanto quanto radicais; ressaltando a grande importância positiva do empreendimento para a região, tendo em vista a situação de declínio em que se encontram os seus municípios, face à decadência da agricultura. Segundo o presidente do COPATI, os benefícios dos *royalsts* recebidos pelos municípios da região seriam uma alavanca no desenvolvimento dos mesmos, para ele, os movimentos só enfocam os impactos negativos que as UHEs poderiam causar, e não ressaltam os reais impactos positivos para a região. De acordo com o Sr Ribeirette, o Consórcio não seria de acordo com a construção das barragens se danificasse esse ou aquele ponto dentro da bacia do rio Tibagi, tendo em vista que a função do COPATI é gerenciar e proteger o rio e os municípios que fazem parte da bacia. Sobre as acusações de corporativismo e conivência com os interesses políticos e econômicos das prefeituras e grandes empresas do Paraná, o presidente da ONG declarou-as improcedentes, já que todos os que fazem parte do Consórcio têm um compromisso em defesa do rio Tibagi e da sociedade da bacia como um todo.

Para os representantes dos movimentos, as afirmações do presidente do COPATI, assim como da prefeita de São Jerônimo e outros prefeitos da região vêm comprovar que esse grupo valoriza apenas o aspecto econômico, demonstrando veracidade da preocupação dos líderes dos movimentos. De acordo com o MAB, mesmo sendo acusado pelos empresários e prefeitos de radicais e aproveitadores do “ecologismo” para se afirmar diante da sociedade, continuarão a fazer o seu papel. Para Guatassara, “as defesas ecológicas demonstradas por algumas entidades não são reais e apresentam propósitos políticos e monetários, pois os discursos ecológicos rendem votos, e, assim como algumas religiões se aproveitam da boa fé das pessoas, também há os “oportunistas” do meio ambiente valendo-se

da ignorância e miséria da sociedade”. De acordo com o representante da CRAHRT, “[...] a escolha de parceiros defensores do meio ambiente em construções de UHEs tem que ser feita com bastante cuidado, tendo em vista as dificuldades em separar o “joio do trigo”. Portanto, entende-se que a região faz parte da bacia do rio Tibagi apenas fisicamente e não social e politicamente, já que sua população é diferenciada das demais, ainda bastante despolarizada, carente e com *grandes contrastes*⁸⁵ socioeconômicos.

Sobre a interação global em prol do meio ambiente, argumenta Santiago:

[...] Defensores do meio ambiente, amparados pelos bons sentimentos humanitários, não se dão conta da revolução sócio-cultural e econômica que terá de ser levada a cabo para que suas próprias palavras se tornem realidade.[...] (SANTIAGO, in ROSA, 1990).

Para MALHADAS, 2001 a educação ambiental aliada à *AGENDA 21*⁸⁶ é imprescindível para essa conscientização das populações carentes, determinando a “re-orientação do ensino direcionado ao desenvolvimento sustentável”.

⁸⁵ “São Jerônimo possui uma população característica calcada na obtenção de favores, independente dos resultados alcançados coletivamente, devido principalmente ao grande contraste social da região” (Padre Sasaki, 2002)”.

⁸⁶ A Agenda 21 é o principal documento da Rio-92 (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano), que foi a mais importante conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os tempos. Este documento foi assinado por 170 países, inclusive o Brasil, anfitrião da conferência. A Agenda 21 estabelece uma verdadeira parceria entre governos e sociedades. É um programa estratégico, universal, para alcançarmos o desenvolvimento sustentável no século XXI.

A Agenda 21 pode ser programada em todos os níveis de atuação: mundial, regional e local. [...] Em nível local, A Agenda 21 serve para implantação do Desenvolvimento Sustentável nas cidades e comunidades com o intuito de melhorar a qualidade de vida da população. [...] No nível da cidade, ela começa oficialmente quando é criado o Fórum da Agenda 21, composto por representantes da sociedade e do poder público, [...] através de um planejamento a longo prazo, [...] passando por várias revisões, até sua implementação total. [...]

[...] A Agenda 21, em nível nacional é responsabilidade da CIDES-Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável, criada pelo Decreto nº 1.160 de 21/06/94, com a finalidade de assessorar o Presidente da República na tomada de decisões sobre as estratégias e políticas necessárias ao desenvolvimento sustentável [...] O Estado tem o papel a desempenhar na articulação dos grupos de Trabalho da Agenda 21 Local em torno de questões que necessitem de uma solução regional. [...]

[...] Existem órgãos que possuem informações gerais sobre a Agenda 21, tanto em seus trabalhos rotineiros através de Boletins ou se solicitado a fornecer essas informações mais detalhadas: Nas Câmaras Municipais, nas Secretarias de Meio Ambiente das cidades, no Ministério do Meio Ambiente e Organizações Não-Governamentais. (GIL E MORANDIS, 2000).

Como conquistas para os propósitos de amenizar os impactos na construção de UHEs, os movimentos apontam para atitudes vindas de dentro da estrutura energética brasileira. A própria Eletrobrás enfatizou a entrevista do diretor-presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (*FEPAM*) do Rio Grande do Sul⁸⁷, Nilvo Luiz Alves da Silva à Gazeta Mercantil, em que afirmava que já havia apresentado à ANEEL, em 2001, em Brasília, um exemplo para agilizar a concessão de licenças ambientais para usinas hidrelétricas. A FEPAM entendeu que o modelo elaborado e aplicado no Rio Grande do Sul poderia ser usado como parâmetro em todo o Brasil, já que a licença ambiental é apontada hoje por empreendedores e analistas como um dos empecilhos para aumentar a geração de energia, tendo em vista que as licenças localizadas deixam uma grande lacuna num ecossistema como uma bacia hidrográfica, que é interativo e dependente como um todo. A sugestão da FEPAM então, foi de que os EIA/RIMAs obrigatórios quando da construção de UHEs, analisassem toda a bacia hidrográfica, como já é feito no rio Grande do Sul, e não apenas cada ponto de instalação dos empreendimentos. Com o mapeamento de todas as bacias interdependentes, os órgãos de licença ambiental poderiam apontar antecipadamente os melhores locais para instalação de usinas. Segundo o presidente da empresa, as vantagens desse método são: a redução do impacto ambiental, a melhor manutenção das bacias, sem barramentos, e a redução das áreas alagadas, além do menor prazo para a licença⁸⁸.

Após todas as tentativas dos movimentos em negociar os rumos da construção das hidrelétricas no rio Tibagi, algumas frustradas outras vitoriosas, houve alguns parceiros que se revelaram imprescindíveis e outros como grandes decepções. Os movimentos combativos conseguiram de maneira vitoriosa a interrupção do processo de construção da UHE São Jerônimo através de Ação Civil Pública no Ministério Público Federal e Estadual. O Ministério Público Federal fez *Recomendação*⁸⁹ sob o nº 16/98, diante do disposto nos artigos

⁸⁷ O Rio Grande do Sul desde o período de ditadura militar foi símbolo do movimento ambientalista no Brasil. No governo de Ernesto Geisel surgiu A AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção do Meio Ambiente Natural) que começou a ser articulada em 1970 e fundada em 1971. [...] Apresentava-se então como um movimento apolítico, tinha como liderança, José Lutzenberger. (McCORMICK, 1964)

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.eletronbras.gov.br>>. (Gazeta Mercantil-RS-27.09.2001). Acesso em: 22/12/02, 22:00 h.

⁸⁹ A Recomendação do Ministério Público Federal enfoca a competência do IBAMA em liberação de licenciamentos de empreendimentos em terras indígenas, de acordo com o artigo 231, inciso 3º da Constituição Federal, que lhes assegura (indígenas) participação nos resultados do empreendimento, sendo para tanto imprescindível a consulta também ao órgão indigenista (FUNAI). A reunião ocorrida em 17.07.98, na sede da Procuradoria da República em Curitiba, com a participação do IAP e do IBAMA, pontificou a necessidade da participação do órgão, como competente para o licenciamento dentro da lei. Baseado neste contexto, o Ministério Público resolve expedir Recomendação a COPEL, no sentido que protocole junto ao

6º, inciso XX, e 13 da Lei Complementar nº 73/95 por intermédio da Procuradoria da República no Paraná, definindo as competências devidas aos órgãos envolvidos no processo de licenciamento ambiental das UHEs no Rio Tibagi, COPEL e IBAMA. As irregularidades e demonstradas fizeram com que o IBAMA, interrompesse a obra. As irregularidades apontadas pelos movimentos contrários, através Ação Civil Pública, determinaram os rumos da construção da UHE São Jerônimo com algumas já determinadas as sentenças e arquivadas e, outras ainda em julgamento. Para as lideranças dos movimentos, a morosidade da justiça em alguns casos pode ser prejudicial à corrida contra o tempo, mas, também há setores dentro do Ministério Público que foram cruciais dentro do processo, no que tange a fiscalização e receptividade às ações propostas pelos movimentos.

Com relação ao judiciário, no caso da UHE São Jerônimo, Souza define:

[...] O direito ambiental é uma conquista popular. A história do direito ambiental passa pela luta de povos que se sentiram ameaçados [...] é difuso por pertencer à totalidade da população e exige para sua efetividade que seus titulares assumam o meio ambiente, como o bem de uso comum que o sistema jurídico lhes presenteou. A efetividade do Direito Ambiental depende da conscientização da população, dos formuladores de políticas públicas e dos operadores do Direito, [...] em busca de uma sociedade justa para as gerações atuais e futuras. (SOUZA, in STIPP (org), 1999)

Segundo a Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná-Londrina, através de Certidão Explicativa nº 130965, sobre o andamento do Processo, de Ação Civil Pública nº 1999.70.01.00.7514-6, ainda em juízo:

“Certifico, em breve relatório, a pedido da parte interessada, que, perante este juízo da 1ª Vara Federal de Londrina [...] tramita a Ação Civil Pública autuada sob o nº 1999.70.01.00.7514-6, promovida por ANAB, em face da COPEL, IBAMA e ANEEL. A parte autora pretende que a ré seja condenada na obrigação de fazer consistente na elaboração, nos termos da legislação vigente, de um único EIA que considere a bacia hidrográfica como “unidade territorial” [...] Pretende, ainda que o Réu IBAMA seja condenado a apreciar EIA a ser apresentado pelo empreendedor, como determina a lei [...] Foi requerida liminarmente, inaudita altera pars, a suspensão dos procedimentos administrativos (inclusive o processo de licitação que ocorreria em 2001, pg(...)) apreciados pelo IBAMA, compostos por vários EIA/RIMAs, para que seja determinado ao empreendedor que apresente um único EIA/RIMA (o IBAMA fez essa solicitação à COPEL através de Termo de Referência, pg(...)), a fim de se aferir a viabilidade do Rio Tibagi para a produção de energia, com base na Lei 9.433/97 [...] Contra referida decisão foram interpostos agravos de instrumento pela COPEL e IBAMA junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sendo que o agravo interposto pela COPEL foi julgado prejudicado [...] Os autos foram conclusos para sentença em 10 de novembro de 2003, situação que perdura até a presente data. NADA MAIS. Eu, Antonio Carlos Menolli, analista judiciário, digitei. Eu, Alessandra Vendramine Vanço, Diretora de Secretaria em exercício, conferi e subscrevo. Londrina, 08 de janeiro de 2004.

Parte da Ação Civil Pública proposta pelos movimentos contrários à UHE São Jerônimo-1999

IBAMA, todo e qualquer pedido de licenciamento ambiental, a fim de que possam ser analisados validamente e de forma global. (Procurador da República Elton Venture, Curitiba, 1998)

A Ação Civil Pública promovida pela ANAB-Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (CNPJ N° 73.316.457/0001-83), através do Ministério Público (Justiça Federal, Seção Judiciária do Paraná, Circunscrição Judiciária de Londrina-PR, 1ª Vara Federal de Londrina, com Autos sob o nº2001.70.01.005263-5) contra a COPEL, IBAMA e ANEEL continham, entre outros, as seguintes justificativas para legitimar uma ação civil pública partindo da região atingida, mesmo na área de jurisprudência de competência da União, no caso, os indígenas, o subsolo e os recursos hídricos:

DA LEGITIMIDADE ATIVA - A ANAB, pessoa jurídica de direito privado, atuando na defesa do meio ambiente já há décadas, com assento no CONSEMA- Conselho Estadual do Meio Ambiente, o que por si só justifica sua legitimidade para promover a presente demanda, conforme artigo 5º, inciso II da referida lei da Ação Civil Pública.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA – A companhia Paranaense de Energia – COPEL é o empreendedor das obras a serem efetivadas para a construção das barragens. Assim conforme demonstra a própria missiva de tal companhia, prestando informações (mesmo que parciais) ao procurador da autora, teve, de conformidade com a legislação vigente, a autorização do então DNAEE, para realização de estudos de inventário energético da bacia do Rio Tibagi. Assim como a concessionária, deverá figurar no pólo passivo da presente ação, o IBAMA, pois, como órgão licenciador, o IBAMA e ora segundo réu, só está apto a licenciar após a feitura de EIA/RIMA os quais resultam da autorização do órgão federal que trata do gerenciamento dos recursos hídricos, no caso, o DNAEE e hoje a ANEEL, como terceiro réu, [...]

O artigo 2º da Lei 7.347/85, que disciplina a ação civil publica dispõe:

“Art. 2º - As ações previstas nesta lei serão propostas no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa”.

Como se consta, o impacto que as usinas [...] causarão no rio Tibagi [...] será sensível nos municípios que serão atingidos, incluindo-se ao, Londrina, em que ficam duas usinas a serem construídas, a saber UHE – CEBOLÃO e SÃO JERONIMO. Competente, portanto, este juízo.

Hugo Nigro Mazzilli sustenta a seguinte posição:

“A solução adotada pela lei vigente tem o escopo de facilitar o ajuizamento da ação e a coleta da prova, sem olvidar que o julgamento deve ser realizado pelo juízo que contato tenha tido com o dano. [...] A exposição de motivos, do então Ministro da Justiça apresentada com o projeto, assim procurou enfrentar a questão: [...] Este critério convém ao interesse Público existente naquelas causas”. (in A Defesa dos Interesses Difusos em Juízo. Ed. RT São Paulo. Pgs. 134, 135 e 138). [...].

A jurisprudência dominante e a seguinte:

“O art. 2º da lei nº 7.347, de 24.07.85, está recepcionado pelo parágrafo 3º do art. 109 da Constituição Federal, em ordem a justificar a competência do juízo local mesmo se a ação civil pública for proposta pela União Federal [...]”

Certo, assim que em Londrina deve ser proposta a demanda. Superadas essas preliminares, passa a autora a tecer seus argumentos.

O Rio Tibagi [...], [...]º.

Quadro.22 - Ação Civil Pública referente ao processo de aprovação da UHE São Jerônimo

Fonte: JUSTIÇA FEDERAL, Seção Judiciária do Paraná, 1ª Vara Federal de Londrina-PR.

O processo de paralisação da construção da UHE São Jerônimo teve o início efetivo no dia 27, de abril de 2001, quando o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA, solicitou à COPEL complementações relativas a UHE São Jerônimo da Serra através de Termo de Referência. Neste documento constava a necessidade de novas análises pelos

⁹⁰ O conteúdo completo da Ação Civil Pública citada, encontra-se em anexo.

órgãos competentes para tal: COPATI, CIBACAP, EMATER, SURERSA, IAP entre outros que tivessem sido elaborados. Os temas apontados pelo IBAMA através do Termo de Referência à COPEL para que se retomasse o *processo de análise*⁹¹, envolvem vários aspectos necessários ao desenvolvimento dos EIAs em toda a bacia do Rio Tibagi: o *Corredor de biodiversidade*⁹², os recursos da *ictiofauna*⁹³, recursos florestais e análise do equilíbrio entre os componentes formadores do ecossistema da bacia do Tibagi. Para Ruiz & Guidicine:

[...] a diversidade da geologia na área de influência da bacia hidrográfica do Tibagi [...] deixa clara a importância da avaliação das relações biunívocas entre o homem e o meio físico geológico (Ruiz & Guidicini, apud FRANÇA, in STIPP (org), 1999).

Termo de Referência do IBAMA à COPEL

- Quanto aos recursos faunísticos, nas pgs, 147 a 148, esclarecer e reformular a metodologia de monitoramento para a mastofauna e ictiofauna, apresentar em todas as tabelas o nº de espécies com os nomes científicos e populares, entre outros.
- Quanto às alternativas tecnológicas, apresentar outras alternativas locais para as Terras indígenas de Apucarantina, e também da foz do rio.
- Apresentar uma versão do EIA/RIMA com linguagem mais adequada à compreensão popular e um glossário dos termos técnicos.
- Elaborar material de educação ambiental na Licença Prévia para melhor esclarecer a população sobre as nomenclaturas e termos utilizados.
- Quanto à questão dos mapas, ter a identificação numérica das cotas altimétricas.
- Refazer os estudos da bacia como um todo, com laudos antropológicos dessas comunidades, complementando a metodologia a ser utilizada no resgate da etnobiologia, com pontos de vista dos indígenas com relação ao empreendimento.
- Quanto aos outros grupos humanos atingidos, incluir programas de educação ambiental às comunidades rurais (pescadores, ribeirinhos, assentados etc.), envolvendo os setores de ação social das prefeituras envolvidas.

Quadro.23 - Parte do termo de referências no processo de embargo da UHE São Jerônimo

Fonte: Relatórios da APEART

Após um tempo de expectativas sobre as devidas retificações pela COPEL no projeto, o prazo determinado por lei para essas medidas expirou-se. Neste

⁹¹ Pela legislação ambiental, no caso de projetos para hidrelétricas interrompidos por eventuais irregularidades, o processo de avaliação e aprovação dos projetos, deverão ser iniciados novamente, após quatro anos, a partir da interrupção do processo, no caso, só em 2007. Portanto, os movimentos comemoram o “fôlego” de mais um tempo, pois, após as correções do projeto irregular, haverá uma nova fase de aprovação pública proporcionando novas mobilizações para avaliar o empreendimento

⁹² O corredor da biodiversidade de uma área é representado pelo conjunto de todos os componentes de um ecossistema responsável pela manutenção da vida animal e vegetal. Uma vez interrompido esse ciclo, todo o equilíbrio vital da área fica comprometido.

⁹³ Ictiofauna é o ecossistema que equilibra a cadeia alimentar dos peixes. No caso da inundação causada por uma barragem toda a cadeia que sustenta a vida na região inundada irá refletir diretamente na sobrevivência das espécies piscosas daquela área.

contexto, o Ministério do Meio Ambiente por intermédio do IBAMA deu um novo parecer técnico com as seguintes decisões:

O IBAMA, com o parecer sob o nº 2150/2002, (em anexo) com o assunto sobre licenciamento ambiental da UHE São Jerônimo tendo como interessado a COPEL, relata que: “[...] após todos os procedimentos normais para o licenciamento ambiental, foram detectadas inconsistências nos estudos apresentados pelo empreendedor [...]”. Diante disso, a empresa paranaense recebeu ofício que solicitava as devidas complementações do EIA/RIMA. Nesse mesmo período, a ANNEL realizou o leilão nº 002/2001, fazendo a concessão à COPEL, embora os movimentos contrários tenha tentado, em tempo inábil, adiar o leilão através de Ação Civil Pública.

Autos da Ação Civil Pública nº 7.2001.70.01.00.52.63-5

Autores: Ministério Público Federal e Estadual

Ré: ANEEL

Sentença

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em litisconsórcio ativo com o Ministério Público do Paraná, através da qual pretendem medida liminar para suspender a realização de leilão público, cujo objeto é a concessão de uso de bem para a exploração de aproveitamento hidrelétrico do empreendimento denominado UHE de São Jerônimo, localizado na bacia do Rio Tibagi no estado do Paraná, bem como a final procedência da ação, condenando a ré na obrigação de não fazer consistente na abstração de realização do sobredito leilão público até que sejam sanadas as irregularidades e ilegalidades apontadas.

Em decisão proferida às fls. 370/382 foi in 370/382 foi indeferida a medida liminar, tendo o leilão contra o qual insurgiram-se os Autores tendo sido realizado na data prevista.

À fl.dos autos, os Autores requereram a extinção do processo nos termos do art.267, VI, do CPC.

Foram os autos, registrados para sentença.
Sem mais delongas, é esse o assunto.
DECIDO.

Realmente, sendo o objeto da presente ação unicamente a condenação da ré em obrigação de não fazer, consistente na abstenção da realização de leilão público do empreendimento denominado AHE São Jerônimo na bacia do Rio Tibagi, tendo sido indeferida a liminar e efetivamente materializado o referido leilão público, houve a perda do objeto dessa demanda.

Desse modo, operou-se a carência de ação superveniente dos Autores, eis que presente *in casu* a falta de interesse processual pela ausência da utilidade da jurisdição, um de seus elementos.
Posto isto, ante a realização do leilão que se pretendia suspender (fl.384), declaro extinta sem julgamento de mérito a presente Ação Civil Pública com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

Transitada em julgado, a sentença, remetam-se os presentes autos ao arquivo com baixas do estilo.
Londrina, 25 de julho de 2001.

MAURO SPALDING
Juiz Federal Substituto, 1ª Vara Federal de Londrina.

Quadro.24 - Sentença da Ação Civil Pública determinando a suspensão do leilão da UHE São Jerônimo.(Que por ter sido feita em tempo inábil, foi julgada inválida)

Fonte: JUSTIÇA FEDERAL; Seção Judiciária do Paraná; Circunscrição Judiciária de Londrina; 1ª Vara Federal de Londrina.

No dia 12/06/2002 a empresa solicitou a prorrogação dos prazos para a apresentação dos novos estudos, mas já eram decorridos 12 meses após o pedido do IBAMA, que tomou a atitude como um descaso por parte da empresa. Segundo o IBAMA, houve a constatação da falta de zelo, uma vez que os estudos se apresentaram incompletos. Diante disso, o IBAMA põe em dúvida a importância da implantação da UHE São Jerônimo para a COPEL, lembrando o que estabelece o art. 15 da resolução CONAMA nº 237/97:

“Art. 15. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações formuladas pelo órgão ambiental competente dentro do prazo de 4(quatro) meses a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo único- O prazo do caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.”

De acordo com o IBAMA a COPEL, entre outros pontos, terá que proceder a um novo pagamento dos custos do licenciamento pelo art. 16, que versa o seguinte:

“Art. 16. O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.”

A Dr^a Débora Cristina Muller, em parecer final para consideração da Procuradora Andréa Vulcanis M. De Paiva do IBAMA, versou o seguinte;

[...] sugerimos o arquivamento do procedimento pelo descumprimento ao disposto no art. 15 da Resolução CONAMA nº 237/97, visto que não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, devendo obedecer os mesmos procedimentos, mediante o novo pagamento de custo. (Curitiba, 01/07/2002. Dr^a Débora Cristina Muller)

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS
NATURAIS RENOVÁVEIS REPRESENTAÇÃO ESTADUAL DO PARANÁ

Parecer Técnico

1.Objetivo: Análise e Parecer Técnico relativo a atual situação do empreendimento UHE São Jerônimo, em licenciamento ambiental protocolizado sob o nº 02017.001178/98-10.

2.Contexto: Este licenciamento ambiental teve vistoria de campo pela comissão, audiência pública, audiência com os povos indígenas e projeto de autorização de construção encaminhado ao senado. Após vários ofícios a comissão recebeu pareceres da ANNEL, da SUDERSHA, da FUNAI, além de questões da audiência pública. Dentro desse processo foram realizadas várias reuniões com a COPEL, para a obtenção das complementações, com base em Termo de Referência (fl.1582) entregue em 31.05.2001, complementações estas que ainda não foram atendidas. Esta resolução 237/97, conforme prescreve o art. 15. Por outro lado, o empreendedor venceu a licitação de 21/06/2001 (fl.1591) para a construção e operação desta UHE, por um período de 35 anos, tendo pago: R\$1.250.000,00 na assinatura do contrato e pagará mais 35 parcelas anuais de R\$1.000.000,00. As obrigações deste contrato referentes ao processo de licenciamento não foram informadas pelo empreendedor, e o fax (fl.1590) encaminhado à ANNEL também não foi respondido. Recentemente, o CONAMA editou resolução 279/01 que simplifica procedimentos de licenciamento de UHE's, tendo em vista o déficit de energia que ameaça o desenvolvimento do país. Também recentemente o empreendedor protocolou documento (fl.1592) em que solicita a prorrogação dos prazos e apresenta justificativa.

3. Conclusão: Com base no contexto acima exposto a comissão solicita o reexame deste processo pela DIAJUR, tendo em vista os seguintes itens:

- I-Extrapolação de prazo da resolução 237/97;
- II-Resolução 279/01 do CONAMA que simplifica o licenciamento;
- III-Obrigações do empreendedor assumidas com a ANNEL;e
- IV-Documento protocolizado pelo empreendedor.

Curitiba, 20 de junho de 2002.

Documento assinado pelos seguintes responsáveis para tal:

Engº Civil Caio Paulo Smidt de Medeiros; Engº Florestal Mario Fuyo Trajima; Geólogo José Otavio Cardoso Casoni
Bióloga Elizabete Castro de Oliveira; Geógrafa Neusa Maria Emidio; Pedagogo Reinaldo Zuardi; Procuradora Lucimara Kosteczka e Chefe do NEA- Maria de Lourdes Gomes.

Quadro.25 - Parecer técnico final do IBAMA sobre a construção da UHE São Jerônimo.

Fonte: Arquivos da APEART, Londrina-PR

Os movimentos socioambientais, no caso da UHE São Jerônimo, demonstraram que a sociedade brasileira e mundial está cada vez mais próxima de um consenso quanto a relação entre o meio ambiente e a raça humana concebidos como um só corpo. Quando há uma consciência ativa e responsável em pelo menos parte da sociedade, com relação à preservação da sua biodiversidade, observa-se também a proximidade da educação e da política neste contexto. Percebe-se também uma evidente evolução do direito à cidadania inculcado nesse processo evolutivo nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à mobilização dos trabalhadores do Brasil em defesa das constantes explorações para com a classe. Enfrentando períodos de autoritarismo e de ditaduras, essa categoria também foi conseguindo educar suas populações para futuros confrontos, no decorrer das mudanças. Inicialmente nas cidades, os trabalhadores urbanos que devido às informações mais próximas, começam a reivindicar direitos adquiridos, que já vinham sendo conquistados pelas populações dos países desenvolvidos.

As conquistas desses movimentos no campo só começaram a surgir após a criação de uma perspectiva de reforma agrária no país, com a participação dos imigrantes europeus, ação reivindicada pelos partidos de oposição ligados a esses segmentos. Mesmo em período de ditadura, esses movimentos já iniciavam suas atividades, sofrendo pressões, prisões e exílios, sendo acusados de comunistas e anarquistas, por estarem contradizendo os interesses capitalistas de desenvolvimento, por parte do poder. Durante muito tempo as lutas desses movimentos se concentraram apenas em questões trabalhistas, mas, a partir do momento em que o crescimento econômico do país passou a influenciar na qualidade de vida das populações essas questões agruparam-se em uma só causa. No início houve a conscientização da população urbana e pouco depois das rurais, sendo que ambas descobriram que tinham os mesmos problemas e os mesmos objetivos, que eram a luta pela sobrevivência, dependentes do meio socioambiental e da democracia de direito.

A partir desses fatos, o meio ambiente vivido passou a ser mais valorizado tendo em vista a escassez de algumas matérias-primas importantes para o desenvolvimento humano. Com a queda da ditadura militar, a política no país passou a depender da democracia e de votos para se chegar, afirmar ou manter-se no poder, forçando os “comandantes” a observar as reivindicações da população por uma melhor qualidade de vida, pois, as comunidades mais carentes sofriam bem mais com os impactos do desenvolvimento. Dentro deste processo de transição entre aceitar tudo e reivindicar direitos, fortaleceu-se a participação dos partidos políticos de esquerda, em consonância com os anseios populares,

destacando-se neste contexto o Partido dos Trabalhadores (PT). À medida que o crescimento industrial foi aumentando no Brasil, também foi crescendo a necessidade de energia para o seu desenvolvimento. È nessa parte do processo que começam a aparecer os movimentos combativos relacionados à defesa, não só do meio ambiente físico, mas também o desenvolvimento humano, como: MAB, CRABI, CPT, MST etc.

As conquistas feitas por esses movimentos, no que diz respeito às legislações trabalhistas e ambientais criadas no país foi um resultado amplo, em detrimento das pressões externas e internas. Com a evolução das comunicações, porém, a conseqüente globalização mundial, os anseios e temores do “fim anunciado”, das décadas de 1960/1970 tornaram-se mundial, causando uma acelerada criação de defensores da sociedade como um todo. A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder no Brasil, em 2002, levando consigo *Mauricio Waldman e José Graziano Silva*⁹⁴ é a mais recente constatação da evolução desses movimentos. Waldman, sempre colaborou com publicações de movimentos populares, foi ativista ecológico de longa data, trabalhando para o fortalecimento da aliança entre lutas ambientais e populares. Participou, colaborou ou assessorou movimentos antinucleares, de atingidos por barragens e em apoio às lutas de Chico Mendes e dos povos da Floresta. José Graziano, assim como Waldman, sempre se preocupou com as desigualdades sociais e a má distribuição de renda causada pelo capitalismo voraz e impactante.

A atuação dos movimentos sócio-ambientais constatados na questão das Usinas Hidrelétricas do rio Tibagi foi exemplarmente segura e positiva, mas essas atitudes e vitórias não foram sempre assim. Essa organização e capacidade de influenciar decisões demoraram mais de um século para se concretizar, iniciando-se primeiramente nos países de primeiro mundo, de forma compartimentada.

As perspectivas atuais são de que o século XXI deverá consagrar a cidadania ecológica, o direito ao sol, ao ar puro, à qualidade de vida, ao alimento saudável, ao ambiente de trabalho despoluído. Para avançarmos na análise dos movimentos combativos temos de conhecer e divulgar o pensamento e a organização dos movimentos ambientalistas mais

⁹⁴ O escritor, Dr. e Prof. Mauricio Waldman, integra o PT desde 1988, com o seu Coletivo Nacional de Movimentos Populares e a Coordenação Nacional dos Ecologistas do partido em São Paulo. Foi também assessor para assuntos ambientais durante a Campanha LULA presidente, da Frente Brasil Popular. José Graziano, trabalhou a problemática das desigualdades dentro do cenário brasileiro que se transformou no símbolo do Combate a Fome, no Governo de Lula. As particularidades que assemelham ambos, além de diversas obras que demonstram a relação entre capital, desigualdades sociais, degradação ao meio ambiente, impunidade, autoritarismo e a política da desigualdade, são as suas ativas participações junto ao partido dos Trabalhadores dentro da política nacional. Trabalhando para que houvesse e continuasse a haver uma maior consciência das populações mais carentes no País com relação à sua enorme força quando bem informados e trabalham conjuntamente em busca de uma melhor qualidade de vida, demonstrando claramente a evolução conjunta de ambos, PT e Movimentos Populares

antigos e consistentes. Neste contexto, descobre-se que cidadania ecológica se constrói com educação ambiental, teoria, reflexão e prática sistemática em conjunto com os diversos movimentos sociais, populares e ambientais.

Prenúncio e evolução do movimento ambientalista.

- Inicialmente nos Estados Unidos e Grã Bretanha, os grupos ambientalistas apresentavam-se em sua maioria, de abrangência local e elitista:
- Grã-Bretanha (1968/1984): Real Sociedade para proteção dos pássaros, Conselho para Proteção da Inglaterra Rural, Real Sociedade para Conservação da Natureza entre outras.
- Estados Unidos (1968/1984): Federação Nacional da Vida selvagem, Sociedade das Áreas virgens entre outros.
- No Brasil, os preservacionistas dominam as entidades de conservação mais antigas e clássicas como a FBCN (Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza), criada em 1958.
- 1960, em todo o mundo, marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga "projeto natureza", marcado pela: futurologia e alarmismo.
- Em 1968, sinais profético-poéticos uma raiz poética, antecipada da política verde no Brasil, o movimento tropicalista, com seus poetas e cantores: Caetano, Gil.
- A expulsão dos moradores tradicionais começou a ser contestada a partir dos anos 60 e 70, com mudanças de percepções e atitudes, pelas grandes organizações, nacionais e internacionais.
- A escola estética/ecológica conseguiu vitórias significativas, assegurando a inviolabilidade dos parques nacionais, fato importante para o movimento ambientalista dos anos 1960/1970.
- No início da década de 70, surge um ecologismo de denuncia no Brasil, representado pela AGAPAM (associação gaúcha de proteção ao meio ambiente) e APPN (Associação Paulista de Proteção à Natureza)
- Os países subdesenvolvidos são marcados pela existência das sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial. Surge a figura do "bom selvagem", atribuído aos tradicionais.
- No Brasil surgem movimentos verdes, pacifistas, antinucleares e alternativos do final dos anos 70, particularmente o PT e o PDT
- Acontece a conferência de Estocolmo de 1972, que produziu um maior envolvimento das ONGS
- A Conferência de Estocolmo produziu uma Declaração, uma lista de Princípios e um Plano de Ação. Os 26 princípios podem ser desmembrados em cinco grupos principais, afirmando respectivamente que: 1 - Os recursos naturais deveriam ser resguardados e conservados, a capacidade da terra de produzir recursos renováveis deveria ser mantida e os recursos não renováveis deveriam ser compartilhados. 2 - O desenvolvimento e a preocupação ambiental deveriam andar juntos e deveriam ser dados toda a assistência e incentivos aos países menos; 3 - Cada país deveria estabelecer seus próprios padrões de administração ambiental e explorar recursos como desejassem mas não deveria colocar em perigo outros países; 4 - A poluição não deveria exceder a capacidade do meio ambiente de se recuperar e a poluição dos mares deveria ser evitada.; 5 - Ciência, tecnologia, educação e pesquisa deveriam ser utilizadas para promover a proteção ambiental.
- Em 1979, o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) em conjunto com a SEMA (Secretaria de Meio Ambiente Federal) elaborou o Plano de Sistema de Unidades de Conservação no Brasil
- A partir de meados dos anos 80, começou a surgir outro tipo de ambientalismo, este mais ligado às questões políticas.
- Surge na década de 80 o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB).
- A questão política foi colocada claramente para os ecologistas no início da década de 1980.

- 1980, nos EUA, a pedido do então presidente Carter, foi feita uma pesquisa de cunho ambiental, *O Global 2000*, concluindo que havia “um potencial de problemas globais de proporções alarmantes até o ano 2000”, afirmando que: 1- A população do mundo aumentaria em 50%, sendo o crescimento maior nos países menos desenvolvidos; 2- A distância entre os ricos e os pobres medida em termos de PNB per capita consumo de alimentos, energia e minerais- se ampliaria; 3- Haveria menos recursos disponíveis- particularmente terra, água e petróleo; 4 - Importantes ecossistemas sustentadores de vida- tais como floresta, atmosfera, solo e espécies selvagens- seriam reduzido e os preços de muitos dos recursos mais vitais aumentaria; 5- O mundo seria mais vulnerável aos desastres naturais e a rupturas por causas humanas.
- 1982, já se estimava que havia 2.230 ONGs ambientalistas nos países menos desenvolvidos, das quais 60% haviam-se formado depois de Estocolmo.
- Em março de 1983, a política ambiental na Europa Ocidental assumiu uma nova dimensão com a chegada na Bundestag, Alemanha ocidental, de 27 parlamentares representando Die Grünen (os verdes). No Brasil, a população demonstrava saturada de mensagens “verdes”, estava carente de informações mais rigorosas e precisas.
- Após a volta à democracia, em 1984, iniciam-se as reorganizações dentro da sociedade civil brasileira, por meio de um grande numero de movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo e de organizações não-governamentais;
- O ano de 1988, foi marcado por um crescimento do movimento ecologista e por vitórias na Constituinte e nas eleições no Brasil.
- A partir da morte de Chico Mendes e seus desdobramentos, a questão ecológica tornou-se ainda mais presente nos meios de comunicação em todo o mundo, provocando o I Encontro dos povos indígenas do Xingu e dos povos da floresta, em Altamira em 1989, para protestar contra a construção de hidrelétricas no rio Xingú, onde muitas reservas indígenas estão localizadas.
- Em 1989, é criado o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente).
- Em 1991, foi realizado o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens em Brasília.
- No Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92 ou Rio- 92), reforçou mais ainda a presença da ecologia nos meios de comunicação. Foi enviada ao Congresso, uma proposta do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que reflete a visão conservadora da questão ambiental no Brasil.
- O IV congresso mundial sobre áreas protegidas, foi realizado em fevereiro de 1992, em Caracas.
- Em 1992, o Ibama criou o CNPT (Conselho Nacional de Populações). Surge uma visão interdisciplinar sobre o tema, onde trabalhem de forma integrada: biólogos, engenheiros florestais, sociólogos, antropólogos e cientistas políticos, entre outros, em cooperação com as populações tradicionais.
- Rumo ao século XXI, o movimento ambientalista percorreu um caminho lento

Quadro.26 - A história e evolução dos movimentos socioambientais

Fonte: McCormick, John, 1964. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista; tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. – Rio de Janeiro, 1992

O I Congresso Nacional do MAB em Brasília avançou na luta de envolvidos com UHEs, sendo elaborada a “Carta de Brasília”, aprovada no Congresso Nacional, 1991. Essa carta, representou um indicativo positivo nas relações entre os movimentos e a classe política na figura do Congresso Nacional. Embora, ainda existam conflitos quando as negociações envolvem perdas de receita e poder por parte dos “velhos comandantes”.

CARTA DE BRASÍLIA (partes).

Nós, delegados do 1º Congresso Nacional de trabalhadores Atingidos por Barragens, reunidos em Brasília (DF), nos dias 12, 13 e 14 de março de 1991, representando atingidos por barragens: construídas em construção ou planejadas, de todas as regiões do Brasil, questionamos as atuais políticas públicas do setor que não atende aos interesses dos pequenos agricultores, povos indígenas e do conjunto da classe trabalhadora [...] Denunciamos que os grandes projetos de construção de barragens geram desastrosos efeitos para a população atingida [...]. O que tem verificado é o empobrecimento dos trabalhadores rurais e dos indígenas das regiões onde se instalam as barragens, e a destruição do meio ambiente, especialmente a morte dos rios e peixes [...]. Assim, em Congresso Nacional exigimos do governo:

- 1- o cumprimento imediato dos acordos celebrados entre o movimento e o setor elétrico, visando solucionar a situação dos atingidos;
- 2- a priorização dos recursos do setor elétrico para solução dos graves problemas sociais e ambientais decorrentes da implantação e funcionamento de barragens;
- 3- Que a definitiva solução dos problemas sociais e ambientais gerados pelas barragens seja condição à implantação de novos projetos;
- 4 – o fim do processo de privatização das empresas estatais do setor elétrico;
- 5 - a reforma da atual política energética com a participação dos atingidos e da sociedade;
- 6 – a reforma da atual política de irrigação, visando o real benefício dos trabalhadores;
- 7 – pleno respeito aos direitos dos povos indígenas, ao seu território e a demarcação imediata de suas terras, demarcação das terras de remanescentes de quilombos e de reforma agrária. (Brasília (DF), 14 de março de 1991).

Componentes: MAB, [...], CONTAG, CUT, [...], MST, [...], Povos indígenas de diversas aldeias do Brasil, [...] CPT e Secretária Agrária Nacional do Partido dos Trabalhadores, Vianei.

Quadro.27 - “Carta de Brasília” elaborada pelos Movimentos socioambientais (partes).

Fonte: (Boletim Aconteceu nº 536, abril de 1991), WALDMAN, 1998.

Em períodos de ditadura, na época do “milagre brasileiro” os estudos de impactos antecipados quase não existiam, principalmente com referência ao elemento humano no contexto: “[...] a legislação brasileira tem adotado uma forte conotação biótica, omitindo a presença do homem na problemática econômico-ambiental” (MAIMON, 1992). As conquistas se deram apenas no âmbito “reparativo”, e, mesmo assim, quando os fatos provocavam o repúdio da comunidade mundial e chegavam aos meios de comunicação internacional. Ainda, como coloca (Gómez-Pompa & Kaus, 1992:273).

“Os ‘Conservacionistas’ tradicionais vêem o valor estético, biológico e ecológico, mas não necessariamente vêem as populações humanas. Muitas vezes eles não conseguem ver os efeitos das ações humanas do passado ou do presente, nem diferenciar os diversos tipos de uso, ou reconhecer o valor econômico de um uso sustentado” (apud, McCORMICK, trad. ROCHA e AGUIAR, 1992)

Já no final da década de 1980 e início de 1990, as ações evoluíram para uma melhor negociação com as entidades governamentais responsáveis pelo setor energético no

país. A atuação dos movimentos direcionou as negociações entre atingidos e construtores de UHEs de forma mais justa, mas sem conseguir embargar, ainda, as obras já projetadas, mesmo sendo provado o seu impacto em todos os níveis. A partir da metade da década de 1990, algumas obras já foram embargadas. Nesse período já começava a haver mais respaldo junto às entidades públicas ligadas ao setor energético e uma maior conscientização popular nesse sentido. Na história energética do Brasil, houve basicamente três fases, desde Itaipu até os dias atuais: no início imperou a intolerância e o autoritarismo sem a participação efetiva da população. Após esse período, houve avanços em negociações e aumento de flexibilidade, mas as conquistas permaneciam no âmbito reparativo apenas. Atualmente há conquistas em igualdade de direitos e conscientização populacional, embasadas na evolução do repúdio por parte da sociedade pela impunidade e autoritarismo praticado por seus governantes.

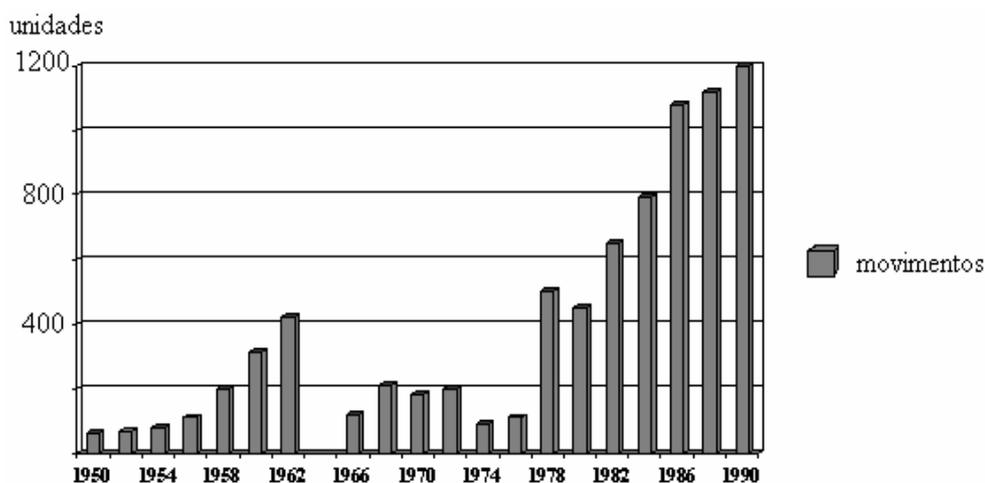


Gráfico.5 - Os movimentos populares no Brasil (1950/1990 -medidos em fatos e ocorrências)

Fontes: Retrato do Brasil, encarte 36. Helgio Trindade, org. Brasil em perspectiva. Porto Alegre, Sulina, 1982
Year Book of Labour Statistic. Genebra, Internacional Labour Office, 1987. Boletins do Dieese, in Camargo, Enjolras, 1987.

No decorrer desse processo cresceu a consciência de que a energia como um todo não deve ser vista como um fim em si mesma, mas relacionada às necessidades da sociedade como elemento base de sua estrutura, procurando um equilíbrio entre planejamento, atuação do Estado, população e de forças do mercado, sem preconceitos ideológicos existentes na nossa sociedade, para que não seja necessária a atuação radical da sociedade em

defesa da justiça, reciprocidade, sustentabilidade, e da dispersão e extinção da sociedade humana provocada pela irracionalidade do homem.

Movimentos socioambientais no Brasil (evolução)

- 1940/1960; defesa da qualidade de vida e questões salariais ligadas à exploração do trabalho urbano e rural, e lutas por representatividade e liberdade de atuação dos sindicatos, associações e imprensa.
- Golpe militar de 1964; Intervenção nos sindicatos por parte dos governos militares, 1964/1978 e aparecimento dos “dirigentes pelegos”.
- Formam a (UNE) União Nacional dos Estudantes, e (CGT) Confederação Geral dos Trabalhadores, e várias pessoas ligadas aos movimentos foram exiladas, presas ou assassinadas; Criação dos partidos: ARENA (Aliança Renovadora Nacional), para cumprir o papel de defensor do regime militar e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), para cumprir o papel da oposição controlada; Lideranças sindicais, políticas e estudantis, na clandestinidade e fundam novas organizações, e são criados Comitês Brasileiros pela Anistia de presos políticos.
- É criada a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e a CONCLAT (Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras), que a partir de 1986 tornou-se CGT, e CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura); Intervenção violenta nos grevistas de São Bernardo do Campo em 1979 e 1980; Campanha das Diretas Já, em 1984.
- Movimentos provocaram a Constituinte de 1988; A estrutura sindical atrelada ao governo desaparece; Os movimentos populares ganham força estrutural e política e apreço da sociedade brasileira; Durante a formação de toda essa politização da sociedade brasileira, também foi sendo formada a conscientização ambiental, referente à produção de energia, principalmente a Nuclear, imposta pela ditadura; A partir dos problemas, visíveis, demonstrado pelos meios de comunicação, com a formação de Itaipu, a população aderiu aos movimentos contra as barragens, isso, ainda de maneira restrita, segundo os líderes dos movimentos atualmente.

Quadro.28 - Fatos que marcaram o início dos movimentos socioambientais no Brasil

Fonte: Camargo, Enjorlas José de Castro, Estudos de problemas brasileiros, 10ªed. Atualizada. Ed. Atlas, São Paulo, 1987

Os participantes dos movimentos relativos aos impactos provocados pela construção de barragens são derivados, principalmente, da CONTAG e posteriormente do MST, que conjuntamente com algumas ONGs e setores da igreja Católica, compuseram de forma bem estruturada os movimentos combativos atuais, em defesa tanto do ecológico quanto do elemento humano envolvidos com a construção de UHEs.

Após a vitória e posse dos partidos políticos de esquerda no Brasil, em 2003, houve uma gama de protestos e greves quase sempre violentas. Fatos semelhantes legitimaram o aparecimento de grupos na Europa, como exemplo, o ETA (Grupo Separatista Basco). Esse grupo tinha ideal próprio defendido por uma população mais abrangente com ânsia de liberdade e conquista de cidadania, mas, quando houve a iminência de vitória desses ideais surgiu uma pequena parcela que já não sabia sobreviver sem esses conflitos, por vícios ou por lucros gerados pelas ações praticadas. Sabe-se que muitas dessas ações terroristas são

financiadas por países alheios às causas por eles defendidas, às vezes com propósito de desestabilizar governos adversários políticos ou econômicos. O grupo terrorista remanescente dessa facção tornou-se apenas mercenário do terror em todos os cantos do mundo.

A semelhança das ações que estão acontecendo no Brasil, no ano de 2003, com a trajetória dos grupos terroristas na Europa e Oriente Médio é preocupante, tendo em vista as conseqüências que esses acontecimentos podem trazer para a democracia e o desenvolvimento socioeconômico e ambiental no país. Neste contexto, todas as conquistas contidas na evolução dos movimentos, verdadeiramente “combativos” e com ideais de liberdade de expressão, conscientizações sociais democráticas e ambientais, podem se tornar inúteis. À medida que as conquistas populares vão sendo concretizadas, nota-se que a afirmação do representante da CRAHRT, Guatassara, sobre a separação do “joio do trigo” nas escolhas dos parceiros nas lutas socioeconômicas e ambientais são bastante fundamentadas.

A história dos movimentos socioambientais apresentada, no caso da UHE São Jerônimo, só vem reforçar a teoria de que só a união de todos: sociedade aliada aos socioambientalistas, mesmo taxados de radicais, conservadores e travas do desenvolvimento, pode enfrentar o totalitarismo, as ditaduras e a ganância do capitalismo monopolista. Portanto, são de extrema importância atitudes concretas e sábias, tanto por parte do governo quanto da população em defesa do estado de direito e contrários ao radicalismo “cômodo” apresentado por uma parcela de “baderneiros” dentro da nossa sociedade que, em nome do “ecologismo” ou da defesa dos oprimidos, venham a deturpar o verdadeiro sentido dos movimentos “combativos”. Que a atitude de Zeus para com as *conseqüências do fogo de Prometeu*⁹⁵, e a política do diálogo venha sempre prevalecer.

[...] Embora longe da perfeição, o número de órgãos governamentais e instituições que lidam com o meio ambiente cresceu. [...] O ambientalismo já ultrapassou a desesperança dos profetas do apocalipse e adentrou uma fase mais madura e comedida [...]. Apesar da criação de novos órgãos ambientais e da aprovação de nova legislação nos países mais desenvolvidos, a vontade política de implementar a [...] proteção ambiental é bastante desigual. [...] Não importa quanto tempo isso demore, o relacionamento entre os humanos e seu meio ambiente jamais voltará a ser como já foi, e isso foi assegurado pela ascensão do movimento ambientalista. (McCORMICK, trad. ROCHA e AGUIAR, 1992).

⁹⁵ [...] então, Prometeu decidiu roubar de Hefestos e de Atena, o fogo e a habilidade técnica com o objetivo de entrega-los ao homem [...] mas assim mesmo os homens não tinham a vida assegurada porque viviam dispersos [...] não possuindo a arte política [...] logo começaram a dispersar-se de novo e a perecer. [...] então, Zeus teve que intervir para salvar pela segunda vez o gênero humano da dispersão,[...] determinou que todos participassem da arte política[...] do respeito recíproco e da justiça e que todos os que negassem a partilhar deles fossem expulsos da comunidade humana ou condenados à morte”. (A lenda de Prometeu. NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA, 1998)

Com referência à relação do homem com a natureza, Serres descreve:

[...] o homem deixa de ser senhor, escravo, ou hospedeiro, para ser simbiota, no mundo que nos cerca. Isso significa que devemos substituir a relação de parasitas, domínio e exploração sem retorno, pelo “direito de simbiose que se define por reciprocidade: o que a natureza dá ao homem é o que este deve restituir a ela transformada em sujeito de direito” (Serres, apud ROSA (org),1990).

Em seu trabalho “A quarta-feira de cinzas do homem”, Santiago descreve o processo de incertezas e incredulidade por que passa o homem em detrimento de seus governantes e os pressupostos de desenvolvimento sustentável preterido:

[...] Nossa época está marcada pela desconfiança em relação às categorias universais sociocêntricas que indicavam com certeza e segurança o caminho do desenvolvimento, do progresso e do bem-estar humanos.[...] (SANTIAGO, in ROSA, 1990)

Para Rosa, o processo homem/desenvolvimento sustentável é complexo:

[...] O seu entendimento exige um arsenal teórico e empírico que mobiliza a física, a química, a biologia, as geociências, a engenharia, a economia, as ciências sociais e exige a manipulação de modelos e programas de computador. [...] (ROSA (org), 1990)

Na tentativa de se determinar noções de sustentabilidade e de gestão ambiental no futuro, Gil e Morandis alertam:

[...] A sociedade global deste final de século encontra-se diante de uma crise que coloca em xeque o modelo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente injusto e perverso [...]. MORANDI (org), 2000.

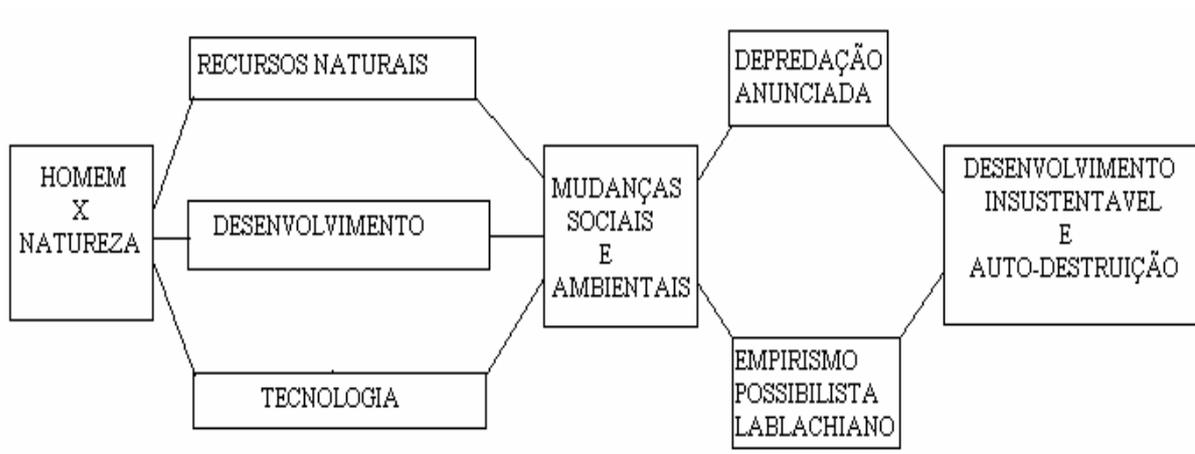


Figura 7: Relações entre Homem X Natureza e Desenvolvimento “Sustentável”.

déc	UHEs	Política	Movimentos populares	Conquistas
1910 / 50	-Paraíba -Lages -Furnas	-Organização política em ritmo de desenvolvimento -No espaço do Brasil a natureza é “infindável” -Multinacionais/busca de Desenvolvimento Industrial deslumbra. – Lei-1145- Concessões sem privilégios nacionais.	-Movimentos apenas em níveis internacionais. -No Brasil só em nível universitário	-Código Das Águas.
1960	-Paulo Afonso -Furnas -Melissa	-Crescimento econôm/ independente dos impactos causados -Período de ditadura, golpe de 64	-Apenas na elite, com discussões sobre: poluição, desmatamentos e distribuição de renda -Refluxo aos movimentos	- União: controladora, coordenadora, fiscalizadora e planejadora das ações sobre recursos naturais -Dec;303/1997 def; de poluição. -Prenuncio da natureza finita.
1970	-Moxotó -Sobradinho -Cachoeira dour. -São Simão -Água Vermelha -Itaúba/ Jupia -Ilha Solteira -Marimbondo -Samuel	-O Brasil, convite à poluição. -Movimentos políticos clandestinos/repressões -Cai imagem do Brasil, face à ditadura; Teoria do bolo. -PNDs, I, II e III	-Liberalismo sindical -Universitarios -Imprensa -I-Simposio nacional de ecologia-Curitiba -Inicio de atuação do Greenpeace.	-Conferencia de Estocolmo 1972. -Brasil; O crescimento econômico e harmonia ambiental, objetivos vagos e incompatíveis com sua natureza. -A criação de órgãos como SEMA, tenta atenuar imagem negativa do Brasil. -Atuação e mais poderes ao IBAMA que, inicia participação mais ativa.
1980	-Tucuruí -Itaparica -Xingo -Itumbiara -Itaipu -São Felix -Salto Santiago -Embarcação -Itaúba	-Criação de entidades p/ demonstrar cuidados com o meio ambiente no país, face às pressões internacionais e movimentos populares no país. -Política de desenvolvimento com responsabilidades.	-Criação das CRABs -Participação ativa da CPT, Comissão Pastoral da Terra -União dos Mov: urbanos e rurais, ONGs, entidades religiosas e políticas. -Criação do IBAMA /objetivo: melhor execução da política nacional do Meio Ambiente.	-Mudanças: soberania e liberdade. -Fortalecimento dos movimentos. -Criação do PV (Partido Verde). -criação de EIAs/RIMAs. -Criação do CONAMA e IBAMA. -Eia/Rima: discussão em audiência pública. -Constituição de 1988, a 1ª no mundo a prever avaliação de impactos ambientais -Descoordenação em: políticas federais, estaduais e municipais, na constr/ de UHEs
1990	-Segredo -Salto Caxias -Porto Primavera -Três irmãos	-Maior soberania às entidades gov. p/ o meio ambiente. -Menores índices de corporativismos entre entidades gov. face, às pressões de mov/ socioambientais -Política de ajustes nas políticas ambientais com participação maior dos poderes da União	-1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens -Elaboração da Carta de Brasília em defesa e proteção aos Atingidos por Barragens, pelos Movimentos Combativos. -A CRABI se destaca no acessoramento às vítimas de barragens no Paraná	-Brasil assume posição de transparência, face às pressões internacionais. -ECO 92, Rio de Janeiro.(ag. 21) -Zoneamento ecológico-econômico. -Financiamentos p/ pesquisas ambientais e desenvolvimento/sentimento de soberania -Criação de diversas ONGs. -Maior atuação da população -Participação efetiva de todos os segmentos da sociedade nos níveis; local, regional e mundial, face à globalização social, econômica e ambiental.
2003	-Projeto das Usinas Hidrelétricas no rio Tibagi em discussão	-Vitórias em prol da soberania do país com relação à proteção e uso de suas reservas de energia.	-Maior participação da sociedade como um todo nas decisões ambientais, ainda com contrastes econômicos, sociais e culturais em nível regional	-Avanços em movimentos relacionados à conscientização política e sócioambiental. -Capacidade de fiscalizar e controlar os EIAs/RIMAs e possibilidade de embargos em UHEs; São Jerônimo é exemplo de evolução e influencia dos movimentos.

Quadro.29 - Política energética brasileira e conquistas socioambientais

Fonte: Várias

A política energética do Brasil transitou por estágios diferenciados de acordo com os regimes por que passou o país. A política, o desenvolvimento econômico, a degradação ambiental e as lutas socioeconômicas sempre estiveram atreladas nesse processo. Nesse contexto é configurada a evolução na conscientização pública, que passaram, também, por essas etapas, principalmente nos períodos de intensa ditadura quando essas relações se tornaram muito mais conturbadas no que diz respeito aos direitos sociais.

Com o desenvolvimento econômico e industrial, houve uma maior demanda de energia no Brasil a partir da década de 1960. Em virtude disso, começa a exploração do potencial hidrelétrico no país. Com a exploração indiscriminada desses recursos, surgem também os desmandos e descomprometimentos para com os ecossistemas que compõem esse meio. Nesse contexto, as hidrelétricas tornaram-se as principais “vilãs” quando o assunto era degradação ambiental, face principalmente à atuação dos órgãos ambientalistas internacionais. O período de “alarmismo” da extinção dos recursos naturais da terra pregados pelos organismos internacionais se direcionou para regiões onde os recursos ainda estavam em fase de exploração, no caso dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento.

No Brasil, além dos problemas de degradação dos ecossistemas envolvidos em construção de hidrelétricas, somam-se os socioeconômicos, por conta dos grandes contrastes existentes num país de dimensões territoriais continentais. Dessa maneira, os conflitos socioeconômicos encontrados nesse processo, passaram a tomar direções bastante radicais com as mudanças políticas no país, em virtude da democratização por que passou o Brasil a partir da década de 1980.

Nas últimas décadas, principalmente a partir da Constituição de 1988, houve uma intensa modificação nas atitudes da população em geral, principalmente no que se refere aos seus direitos e, também, nas leis do direito ambiental. Como as “vilãs” desse processo, as hidrelétricas se tornaram “bode expiatórios” dos socioambientalistas, principalmente nos casos em que envolve os ecossistemas onde o homem também é objeto. Apesar do enfoque dado às degradações causadas pelas hidrelétricas constata-se que a expansão do sistema agrícola contribuiu com a maior parcela de culpa na degradação do meio natural no Brasil, pois os casos de problemas socioeconômicos creditados à construção de hidrelétricas, são provenientes em sua maioria dos problemas causados pelo processo de evolução agrícola no país.

No caso dos indígenas envolvidos, existe uma grande lacuna entre os defensores culturais “urbanos” e nativos. As condições de vida dessas populações são

deixadas à vontade das leis da própria natureza que os criou, mas essa mesma natureza não mais existe, foi sugada das comunidades, e, mesmo assim, os “urbanos”, talvez para acalmar suas consciências, tentam preservar o pouco que restou dos recursos e cultura desse povo, mais uma vez de forma errada. Segundo o que se constatou, os índios do Brasil, e, em especial os do Paraná, já estão muito aculturados e vivem de forma precária em suas aldeias, necessitando receber do branco, aquilo que lhes foi tirado. Nesse contexto, está a maior contradição, já que o branco subentende que para que o índio sobreviva feliz, é necessária apenas a natureza existente em suas reservas, já totalmente degradada pelo próprio branco.

No âmbito da proteção ambiental por parte dos diversos organismos governamentais e não-governamentais, nota-se que há uma grande diferenciação entre essas próprias entidades, pois, tanto uns quanto os outros não deixam claras suas verdadeiras intenções. Quando se tem pela frente uma riqueza tão grande como a biodiversidade brasileira, descobre-se também que o elemento humano pode se tornar um simples detalhe, propiciando variedades de atitudes escusas e intransparentes com o intuito de alcançar objetivos variados.

No caso específico da UHE São Jerônimo, o que se viu foi uma tentativa do Estado, na figura da COPEL, de desenvolver um projeto que beneficiaria apenas o “ego” de seus governantes na época, ignorando grande parte do ônus socioambiental que o empreendimento traria ao ecossistema e às populações envolvidas. Embora, em última análise, deva-se ter a consciência de que o desenvolvimento do Brasil e, conseqüentemente, a qualidade de vida de sua população depende da energia elétrica tendo o Paraná um grande potencial nesse sentido. O que não se deve aceitar é que essa exploração venha a prejudicar o meio ambiente natural e muito menos as populações envolvidas, sem que haja um projeto de mitigação e compensação eficientes.

A nossa Legislação ambiental é extremamente eficiente quando respeitada. Em virtude disso, o desenvolvimento do país e do Estado do Paraná pode e deve suprir as necessidades de sua população de forma sustentada, obedecendo às leis ambientais pertinentes e, principalmente os direitos de seus cidadãos. Direitos que poderiam estar acessíveis à todos de forma clara, por uma educação ambiental oferecida pelo próprio Estado em todos os níveis: sociais, econômicos e culturais. Mas, em virtude do que se constatou nessa pesquisa, a isonomia do direito socioambiental nem sempre é para todos, apresentando discriminações socioeconômicas, face aos fatores já apresentados. Geralmente, as regiões onde são instalados

projetos hidrelétricos estão localizadas em áreas pouco habitadas e menos abastadas do ponto de vista social e econômico. Portanto, é cabível a preocupação por parte dos movimentos, realmente “combativos”, para com a política energética brasileira nesses moldes, tendo a UHE São Jerônimo como parâmetro.

A constatação mais evidente dentro deste processo, foi a diferenciação encontrada na aplicação das leis, tanto ambientais quanto civis, pois, notou-se que as aplicações das penas e decisões judiciais tem resultados diferenciados, de acordo com o nível socioeconômico de cada população e de cada região, tendo em vista a capacidade de cada uma em reivindicar ou contestar estas decisões, já que dependem de conhecimento técnico para isso, e, como uma região é menos abastada que as demais nesses quesitos, os antagonismos socioeconômicos também se refletem na assimilação dos impactos, assim como na capacidade de discernimento sobre as decisões a serem tomadas em busca de seus direitos socioambientais prejudicando o conjunto dos ecossistemas , que é de todos.

ALMEIDA, Jozimar Paes de. A extinção do arco-íris : ecologia e história / Jozimar Paes de Almeida -Campinas, SP. ed. Papyrus, 1988.

ANAIS, XXII Encontro Nacional de Economia de 12 a 15 de dezembro; Quanto vale o meio ambiente. Salvador-BA, 1995.

ANDRADE, Lúcia M. M. de, e SANTOS, Leinard. As Hidrelétricas do Xingu e os Povos Indígenas, Publicação da Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI), São Paulo, SP, 1988.

_____. Os índios e a luta contra as barragens, in Proposta nº46, FASE, pp.47/53, 1990.

BATISTON, Maria do Carmo. Um sonho sem energia; GAZETA MERCANTIL, 13 de fevereiro de 1998.

BECKER, Bertha K. Amazônia: Amazônia no espaço brasileiro. Hucitec, São Paulo, 1996

BOOKCHIN, M. Los Kamikazes de la naturaleza surgen e América, artigo publicado em EL Correo del Sol. In WALDMAN, Mauricio. Ecologia e lutas sociais no Brasil/ Mauricio Waldman 4ªed. – São Paulo: Contexto, 1998.

BORNHEIM, Gerd A.. Filosofia e Política Ecológica. In ROSA, Luiz Pinguenelli (org). O Ambiente inteiro. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

CAMARGO, Enjolras José de Castro. Estudos de problemas brasileiros, 10ª ed. Ed. Atlas, São Paulo, 1987.

A lenda de Prometeu. Nova Enciclopédia Barsa: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, pg 65, São Paulo, 1998.

COPPETEC. Estudos de recursos do mar. Projeto com a Comissão Interministerial de Recursos do Mar-CIRME. in As Alternativas Energéticas e o Novo Estilo de Desenvolvimento. ROSA, Luiz Spinguenelli (org): O Ambiente inteiro: Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

CUNHA, Sandra Batista; GUERRA, J.T. (orgs). Avaliação ambiental e perícia. Ed. Bertrand do Brasil. Rio de Janeiro-RJ, 2000.

DEAN, Warren. A ferro e fogo; A história e a devastação da mata Atlântica brasileira. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito da natureza intocada. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.

DUARTE, U. Efeito dos Reservatórios sobre o Meio Ambiente. In STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). Análise ambiental – usinas hidrelétricas: uma visão multidisciplinar. Ed. UEL, NEMA, Londrina, 1999

EIA/RIMA: São Jerônimo, Cebolão e Jataizinho. Júris Ambientis, 1998.

FERREIRA, João Carlos Vicente. O Paraná e seus Municípios. Ed. Memória Brasileira, Maringá, PR: 1954/1996.

FRANÇA, Walmir. O rio Tibagi no contexto hidrogeográfico paranaense, in, MEDRI, Moacir E. [et al], editores. A bacia do rio Tibagi. -- Londrina, PR: M.E. Medri, 2002.

FRANCISQUINI, Benedito. Andará vai à luta contra Hidrelétricas. FOLHA DE LONDRINA, 7 de maio de 1991, pg, 08.

GAZETA DO PARANÁ. Norte Pioneiro prevê prejuízos com Hidrelétrica. Curitiba, 7 de março de 1999.

GAZETA DO POVO. Empresários podem impedir construção de Hidrelétrica. 27 de agosto de 1998.

GAZETA MERCANTIL-RS, 27 set 2001. Disponível em <<http://www.eletrabras.gov.br>>. Acesso em 22 dez 2002, 22:00 h.

GOLDEMBERG, José. In LIMA, José Luiz. Política de governo e desenvolvimento do setor de energia do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984) José Luiz Lima. Memória da eletricidade. Rio de Janeiro, 1995.

GOMES-POMPA & KAUS, 1992. In DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito da natureza intocada. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996.

HELM, C.M.V. Grandes Projetos Hidrelétricos e os Povos Indígenas Kaingang e Guarani no Estado do Paraná, Brasil. Trabalho apresentado no 48-Congresso Internacional de Americanistas, Estocolmo, Suécia, 1994.

_____. Povos indígenas e projetos hidrelétricos no estado do Paraná, in STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). Análise ambiental – usinas hidrelétricas : uma visão multidisciplinar. Ed. UEL, NEMA, Londrina, 1999.

IBAMA. Leis da natureza. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/leiambiental>>. Acesso em 12/02/2002, 22:00 h.

IBGE, Anuário estatístico, 1996/2000.

KOPPES, C. 1989. Efficiency, Equity, Esthetics; Shifting Themes in American Conservation. In DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. O mito da natureza intocada. Ed. HUCITEC, São Paulo, 1996

KOTECHI, Zeno e SANTOS, Antonio Fonseca. Usinas Hidrelétricas da COPEL implementação de Programas Ambientais, in STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). Análise ambiental – usinas hidrelétricas: uma visão multidisciplinar. Ed. UEL, NEMA, Londrina, 1999.

LA ROVERE, E.L. A Questão energética e o desenvolvimento Sustentável. In ROSA, Luiz Pinguelli (org). O ambiente inteiro. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

LIMA, José Luiz. Política de governo e desenvolvimento do setor de energia do Código de Águas à crise dos anos 80 (1934-1984) José Luiz Lima; Memória da eletricidade. Rio de Janeiro, 1995.

MALHADAS, Zione Zanoto. Dupla Ação: Conscientização e Educação Ambiental para a Sustentabilidade. NIMAD- Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

- MAPA RODOVIÁRIO. Secretaria de Transportes de Paraná (STP). Disponível em: <<http://www.stp.gov.br>>. Acesso em: 08 set 2003, 23:00 h.
- MAIMOM, Dália. Responsabilidade ambiental das empresas Brasileiras: realidade ou discurso. Série Estudos e Documentos. Rio de Janeiro, 1996.
- MARTINE, G. (org). População, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2ªed. Ed. UNICAMP, Campinas-SP, 1996.
- McCORMICK, John, 1964. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista / John McCormick: tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Relume-Dumont, 1992.
- MEDRI, Moacir E. [et al.], editores. A bacia do rio Tibagi. Londrina, PR: M.E. Medri, 2002.
- MENESCAL in GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des)caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1994.
- MEDEIROS, R.M.V. (org). EIA/RIMA- Estudos de Impacto Ambiental. Ed. Metrópole, Porto Alegre-RS, 1993.
- MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. A Questão Ambiental no Brasil-1960/1980. São Paulo, 1981.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, Pequena história Crítica. Ed. Hucitec, São Paulo, 1984.
- MORANDI, Sonia. Tecnologia e ambiente / Sonia Morandi, Isabel Castanha Gil; org. Sonia Morandi; São Paulo, Copidart, 2000.
- MOREIRA, Igor. O Espaço Geográfico, geografia geral e do Brasil. Ed. Ática, São Paulo, 1998.
- OGUIDO, Homero. De Imigrantes a Pioneiro: A Saga dos Japoneses no Paraná. Curitiba, 1988.
- PASSOS, Messias Modesto dos. Biogeografia e paisagem / Messias Modesto dos Passos. – 2.ed. –Maringá : [s.n.], 2003.
- _____.A construção da paisagem no Mato Grosso – Brasil / Messias Modesto dos Passos, -- Maringá: Mestrado em Geografia – UEM: Presidente Prudente : PPGG-ECT-UNESP, 2000.
- PEGORARO, Paulo. Reassentados ameaçam invadir usina. FOLHA DE LONDRINA, 26 de fevereiro de 2000.
- ROHDE, G. Mario Estudos de impacto ambiental. Ed. CIENTEC, Porto Alegre-RS, 1998.
- ROSA, Patrícia Silveira da. O Direito Ambiental. In WALDMAN, Maurício. Ecologia e lutas sociais no Brasil/ Mauricio Waldman 4ªed. – São Paulo: Contexto, 1998
- ROSA, Luiz Pinguelli. As Alternativas Energéticas e o Novo Estilo de Desenvolvimento. In ROSA, Luiz Pinguelli (org). O Ambiente inteiro. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. Hidrelétricas e os Impactos Ambientais. In Análise ambiental – usinas hidrelétricas: uma visão multidisciplinar. In STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). Ed. UEL: NEMA, Londrina, 1999.

RUSCHI, Augusto, in DEAN, Warren. A ferro e fogo. A história e a devastação da mata Atlântica brasileira. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

SANTIAGO, Silviano. A quarta feira cinza do homem. In ROSA, Luiz Pinguelli (org). O Ambiente inteiro. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SERRA, Elpidio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná, in Boletim de Geografia/Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Geografia. Ano 19 nº1-2001.

SIGAUD, Ligia, O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais. In ROSA, Luiz Pinguelli (org). O Ambiente inteiro. Ed. UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SILVA, Francisco Carlos; HUBERMAN, Maria Yeda. História da Agricultura Brasileira. Coleção, Primeiros Passos, 12ªed.Ed. Brasiliense, 1986.

SILVA, José Graziano. O que é questão agrária. Ed. Brasiliense, 12ª edição. São Paulo, 1986.

SIRKIS, Alfredo. Enquanto isso, na terra do pau-brasil...;In McCORMICK, John, 1964. Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista / John McCormick: tradução de Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Ed. Relume-Dumont, Rio de Janeiro, 1992.

SOUZA, Paulo Roberto Pereira. A Sociedade e a Efetividade do Direito Ambiental. In STIPP, Nilza Aparecida Freres (org). Análise ambiental – usinas hidrelétricas: uma visão multidisciplinar. Ed. UEL: NEMA, Londrina, 1999.

STIPP, Nilza Aparecida Freres, (org). Análise ambiental – usinas hidrelétricas: uma visão multidisciplinar. Ed. UEL, NEMA, Londrina, 1999.

TEIXEIRA, Antonio. Indígenas dizem “não” às hidrelétricas. JORNAL de LONDRINA; JL-Regional. 27/05.2000.

THEMAG Engenharia e Gerenciamento. São Paulo. Disponível em <http://www.themag.com.Br>. Acesso em 02 de out 2003.

TOLMALSQUIM, Mauricio Tiomno. Economia do meio ambiente; in CAVALCANTI, Clovis (org). Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável. Ed. Cortez, Fundação Joaquim Nabuco. Recife, PE, 1995.

TOMMASI, L.R. Estudo de impacto ambiental / Luiz Roberto Tommasi. Ed. Terragraph Artes e Informática. CETESB, São Paulo, 1993.

TOMASINO K. A ecologia dos Kaingang da bacia do rio Tibagi, in MEDRI, Moacir M. [et al.], editores. Londrina-PR: M.E. Medri, 2002.

UNESCO, 1997. In MALHADAS, Zione Zanoto. Dupla Ação: Conscientização e Educação Ambiental para a Sustentabilidade. NIMAD-Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001

VALCOOP, ex- Cooperativa Agrícola Vale do Tibagi , setor de planejamento agrícola, 2000. Atualmente incorporada a COROL (Cooperativa de Rolândia). Assai, 2002.

VIANNA, Aurélio (org). Hidrelétricas, Ecologia e Progresso – Contribuições para um Debate. CEDI, SP/RJ, 1990.

_____. O Movimento dos Atingidos por Barragens e a Questão Ambiental, in Proposta nº46, FASE, pp. 5/8. São Paulo, 1990.

_____. A implantação de Hidrelétricas e o RIMA, in revista Tempo e Presença, nº 243, pp. 12/14. São Paulo, Julho de 1989.

VIGEVANI, Tullo. Movimentos Sociais na Transição Brasileira: A Dificuldade de Elaboração do Projeto. In WALDMAN, Mauricio. Ecologia e lutas sociais no Brasil/ Mauricio Waldman 4ªed. – São Paulo: Contexto, 1998.

WALDMAN, Mauricio. Ecologia e lutas sociais no Brasil/ Mauricio Waldman 4ªed. – São Paulo: Contexto, 1998.

Os questionários em anexos foram cedidos pelo senhor Osvaldo Lemes Gonçalves, topógrafo da empresa THEMAG engenharia. Esses Questionários foram elaborados com o intuito de fazer levantamentos para a construção da UHE de IPUEIRAS no estado do Tocantins.



APROVEITAMENTO DE IPUEIRAS
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO CADASTRAL
Famílias Rurais

Número do estabelecimento:

Número do sub-estabelecimento:

Número da família:

Coordenadas

Lat.:

Long.:

Cota.:

1) Nome do chefe da família:

2) Nome da Propriedade:

3) Nome do entrevistado:

4) Dados do chefe de família

Função na propriedade:

RG (n.º):

CPF (n.º):

-

Outro Documento:

Obs. _____

a) Vínculo do chefe da família com a propriedade:

1. proprietário

1. tem escritura

2. direito de posse

desde:

2. ocupante consentido

desde:

3. ocupante não consentido

desde:

4. funcionário

1. registrado

desde:

2. não registrado

desde:

5. arrendatário

desde:

6. parceiro

desde:

7. comodatário

desde:

8. familiar do proprietário

b) Vínculo do chefe da família com o proprietário das terras:

1. o próprio

2. esposa/marido

3. filho (a)

4. neto (a)

5. sogro (a)

6. genro/nora

7. sobrinho (a)

8. agregado (a)

9. empregado (a)

10. irmão(ã)

11. mãe/pai

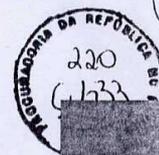
12. avó/avô

13. Outro. Qual? _____

Os documentos, em anexos, a seguir foram cedidos pela Procuradoria Geral da República de Londrina-PR.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ



RECOMENDAÇÃO Nº 16/98

Doc. nº

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, tendo em vista a instauração do Inquérito Civil Público nº 03/98, no âmbito dessa Procuradoria da República no Paraná, e diante do disposto nos artigos 6º, inciso XX, e 13 da Lei Complementar nº 73/95, considerando:

a existência de projetos e avaliações preliminares para o aproveitamento dos recursos hídricos da chamada “Bacia do Rio Tibagi”, formalizados pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, para fins de construção das Usinas Hidrelétricas de “Cebolão”, “Mauá”, “Jataizinho” e de “São Gerônimo”, dentre outras, que afetarão terras ocupadas tradicionalmente pelos índios Kaingang e Guarani, nos postos indígenas de São Gerônimo, Barão de Antonina, Apucarantina, Queimadas e Mococa, no norte do estado do Paraná;

que a Companhia Paranaense de Energia Elétrica, detentora de autorização para estudos da viabilidade do empreendimento, já encaminhou ao órgão ambiental estadual (Instituto Ambiental do Paraná) os EIA-RIMA referentes solicitando licença prévia para a instauração de algumas das mencionadas hidrelétricas, ainda não protocoladas naquele órgão;

que nos termos do inciso I, do artigo 4º da Resolução Conama nº 237, de 19.12.1997, **compete ao IBAMA** o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, em terras indígenas;

a necessidade de que, no âmbito dos EIA-RIMAs, seja contemplada a afetação do empreendimento junto às comunidades indígenas, nos estritos termos do artigo 231, § 3º, da Constituição Federal, que inclusive assegura-lhes participação nos resultados do empreendimento, sendo para tanto imprescindível a consulta também ao órgão indigenista (FUNAI);

6

anexo ao of. n

IBAMA / SUPES / PR
FLS 1082
MUS



M M A
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
REPRESENTAÇÃO DO IBAMA NO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Objetivo: Solicitar complementações do EIA/RIMA da Usina de São Jerônimo, que deverão ser atendidos pelo empreendedor. Decisões tomadas pela equipe técnica do IBAMA, em reunião ocorrida no dia 27/04/01, em Curitiba.

Quanto aos planos governamentais e não governamentais:

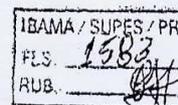
- Apresentar dados atualizados para a Bacia do Rio Tibagi com os planos ambientais de governo e/ou instituições não governamentais previstos, a fim de se analisar a sua compatibilidade em relação a UHE São Jerônimo. Deverão ser apresentados os projetos do Copati, Cibaçap, Emater, Sudhersa, IAP, Corredor de Biodiversidade e outros que tenham sido elaborados.)

Sudhersa
Quanto aos recursos da ictiofauna:

- Sistema de transposição de peixe. (Informar qual a metodologia a ser adotada para a transposição de peixes, bem como o tipo de manejo a ser adotado quando da construção da ensecadeira e desvio do rio);
- Metodologia de manejo para as espécies, incluindo aquelas com risco de extinção, tanto as descritas no EIA como as que poderão vir a ser encontradas;
- Manejo Pesqueiro – sistema permanente de controle de espécies, bem como monitoramento de alevinos;
- Estudos complementares da bacia como um todo.

Quanto aos recursos florestais e da flora:

- Descrever a metodologia a ser utilizada para os recursos florísticos, em relação aos levantamentos botânicos, fitossociológicos, banco germoplasma, método da propagação, etc..
- Nome vulgar das espécies florestais seguidos do nome científico.



- Estudos complementares da bacia como um todo nos aspectos fitossociológicos.

Quanto aos recursos faunísticos:

- Pg. 147 a 149 – RIMA não é monitoramento. Esclarecer e reformular a metodologia de monitoramento para a mastofauna, herpetofauna e ictiofauna. →
- Em todas as tabelas apresentar o nº de espécies com o nome popular seguido do nome científico.
- Para a área do médio Tibagi, onde foi registrado o maior nº de mamíferos, deverá ser previsto um Projeto Básico Ambiental específico.
- Deverão ser previstos projetos de translocação de espécies ameaçadas com detalhamento incluído no Programa de Resgate de Fauna.
- Apresentar as licenças relativas aos itens onde foi utilizado o procedimento de captura.
- Apresentar medidas compensatórias para apoio aos projetos faunísticos desenvolvidos pela Klabin, os quais estão na área de influência do empreendimento.
- Apresentar projetos específicos para espécies em extinção como o “Pato Mergulhão”.
- Apresentar a análise integrada dos impactos ambientais com relação aos meios entre si. →

Quanto as alternativas tecnológicas:

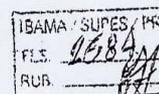
- Apresentar outras possibilidades.

Quanto a alternativa locacional:

- Apresentar alternativa locacional a montante da Terra Indígena de Apucarana e da foz do Rio Apucarana. Reduzir a cota máxima do reservatório de modo a não inundar a Terra Indígena de Mococa.

Quanto a comunicação social e educação ambiental:

- Apresentar uma versão do EIA/RIMA com linguagem mais adequada à compreensão popular e um glossário dos termos técnicos



- Elaborar material de educação ambiental na Licença Prévia, em virtude da Audiência Pública direcionada a UHE São Jerônimo. Para melhor esclarecer a população sobre as nomenclaturas e termos utilizados.
- Com base no Termo de Referência para a Educação Ambiental e comentários do Núcleo de Educação Ambiental, em anexo, deverá ser elaborado pelo empreendedor um Programa de Educação Ambiental para todas as fases do empreendimento.

Quanto a apresentação dos mapas:

- Identificação numérica das cotas altimétricas nas cartas temáticas.

Quanto a questão indígena:

- Estudos complementares da bacia como um todo.
- Complemento do estudo/laudo antropológico dos Guarani de São Jerônimo e a ligação de parentesco com indígenas Guarani das Terras Indígenas de Pinhalzinho e Laranjinha.

Quanto aos itens a serem atendidos pela Copel referente aos questionamentos durante a Audiência Pública de São Jerônimo:

- Complementação da metodologia a ser utilizada no resgate da etnobiologia, contemplando o patrimônio cultural guarani e kaingang;
- Atendimento das questões relativas ao ponto de vista dos indígenas sobre o referido empreendimento.
- Quantitativo de informação ^{dos} indígenas (da Terra Indígena Apucarana) insuficientes. → CANSO
- Programa de aplicação dos recursos a serem obtidos pelos indígenas a ser elaborado junto aos mesmos.

Quanto aos outros grupos humanos a serem atingidos:

- Incluir nos programas as comunidades rurais nacionais. (pescadores, ribeirinhos, assentados etc.).
- Programa de Educação Ambiental dê ênfase ao aspecto saúde e seja aplicado aos setores de ação social das prefeituras envolvidas.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Circunscrição Judiciária de Londrina

1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA
Autos n.º 2001.70.01.005263-5

AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2001.70.01.005263-5

AUTORES : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

RÉ : ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

SENTENÇA

Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal em litisconsórcio ativo com o Ministério Público do Estado do Paraná, através da qual pretendem medida liminar para suspender a realização de leilão público, cujo objeto é a concessão do uso de bem público para exploração de aproveitamento hidrelétrico do empreendimento denominado AHE São Jerônimo, localizado na Bacia do Rio Tibagi no estado do Paraná, bem como a final procedência da ação, condenando-se a ré na obrigação de não fazer consistente na abstenção de realização do sobredito leilão público até que estejam sanadas as irregularidades e ilegalidades apontadas.

Em decisão proferida às fls. 370/382 foi indeferida a medida liminar, tendo o leilão contra o qual insurgiram-se os Autores sido realizado na data prevista.

À fl. 383 dos autos, os Autores requereram a extinção do processo nos termos do art. 267, VI, do CPC.

Foram os autos registrados para sentença.

Sem mais delongas, é esse o relatório.

DECIDO.

Realmente, sendo o objeto da presente ação unicamente a condenação da ré em obrigação de não fazer, consistente na abstenção da realização do leilão público do empreendimento denominado AHE São Jerônimo na Bacia do Rio Tibagi, tendo sido indeferida a liminar e efetivamente materializado o referido leilão público, houve a perda do objeto desta demanda.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
Circunscrição Judiciária de Londrina

1ª VARA FEDERAL DE LONDRINA
Autos n.º 2001.70.01.005263-5

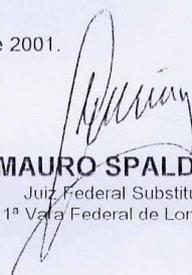
Desse modo, operou-se a carência de ação superveniente dos Autores, eis que presente *in casu* a falta de interesse processual pela ausência da utilidade da jurisdição, um de seus elementos.

Posto isto, ante a realização do leilão que se pretendia suspender (fl.384), **declaro extinta sem julgamento de mérito** a presente Ação Civil Pública com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil.

P.R.I.

Transitada em julgado a sentença, remetam-se os presentes autos ao arquivo com as baixas de estilo.

Londrina, 25 de julho de 2001.


MAURO SPALDING
Juiz Federal Substituto
1ª Vara Federal de Londrina



M M A

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS
RENOVÁVEIS REPRESENTAÇÃO ESTADUAL DO PARANA**

Parecer Técnico

1. Objetivo: Análise e Parecer Técnico relativo a atual situação do empreendimento UHE São Jerônimo, em licenciamento ambiental protocolizado sob o nº 02017.001178/98-10.

2. Contexto: Este licenciamento ambiental teve vistoria de campo pela comissão, audiência pública, audiência específica com os povos indígenas e projeto de autorização de construção encaminhado ao Senado. Após vários ofícios a comissão recebeu pareceres da ANEEL, da SUDERHSA, da FUNAI, além de questões da audiência pública. Foi realizada uma reunião com o empreendedor para a obtenção das complementações, com base em um Termo de Referência (fl.1582) entregue em 31.05.2001, complementações estas que ainda não foram atendidas. Esta demora prejudicou o processo de análise além de ultrapassar os prazos previstos na resolução 237/97, conforme prescreve o art.15. Por outro lado, o empreendedor venceu a licitação de 21.06.2001 (fl.1591) para a construção e operação desta UHE, por um período de 35 anos, tendo pago R\$1.250.000,00 na assinatura do contrato e pagará mais 35 parcelas anuais de R\$1.000.000,00. As obrigações deste contrato referentes ao processo de licenciamento não foram informadas pelo empreendedor, e o fax (fl.1590) encaminhado à ANEEL também não foi respondido. Recentemente, o CONAMA editou resolução 279/01 que simplifica procedimentos de licenciamento de UHE's, tendo em vista o déficit de energia que ameaça o desenvolvimento do país. Também recentemente o empreendedor protocolou documento (fl.1592) em que solicita a prorrogação dos prazos e apresenta justificativa.

3. Conclusão: Com base no contexto acima exposto a comissão solicita o reexame deste processo pela DIAJUR, tendo em vista os seguintes itens:

- I - Extrapolação de prazo da resolução 237/97;
- II - Resolução 279/01 do CONAMA que simplifica o licenciamento;
- III - Obrigações do empreendedor assumidas com a ANEEL; e
- IV - Documento protocolizado pelo empreendedor.

Curitiba, 20 de junho de 2002

Engº Civil Caio Paulo Smidt de Medeiros

Engº Florestal Mario Fuyo Terajima

Geólogo José Otávio Cardoso Consoni

Bióloga Elizabete Castro de Oliveira

Geógrafa Neusa Maria Emídio

Pedagogo Reinaldo Zuardi

Procuradora Lucimara Kosteczka

Chefe do NEA - Maria de Lourdes Gomes

Caio Paulo Smidt de Medeiros
Mario Fuyo Terajima
José Otávio Cardoso Consoni
Elizabete Castro de Oliveira
Neusa Maria Emídio
Reinaldo Zuardi
Lucimara Kosteczka
Maria de Lourdes Gomes

1603
1

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS- IBAMA
GERÊNCIA EXECUTIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Parecer: 2150/2002/SUBP/IBAMA/PR

Processo: 02017.001178/98-10

Assunto: licenciamento ambiental – UHE de São Jerônimo

Interessado: COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA- COPEL

Senhora Chefe,

Trata-se de procedimento administrativo para implantação da Usina Hidrelétrica de São Jerônimo, no Rio Tibagi, Município de São Jerônimo da Serra/PR, solicitado pelo interessado em 14/07/1998.

O pedido inicialmente solicitava a implantação de quatro usinas (Mauá, Cebolão, Jataizinho e São Jerônimo), dada a desistência dos três empreendimentos por parte do empreendedor- COPEL (DOU de 11/12/2000), decidindo-se pela continuidade do licenciamento apenas da Usina de São Jerônimo.

Foi realizada audiência pública, em 08/03/2001, com o objetivo de dirimir dúvidas, recolher sugestões do público presente, e fornecer subsídios aos trabalhos da Comissão de Licenciamento da UHE. No entanto, restou clara a inconsistência dos estudos apresentados pelo empreendedor.

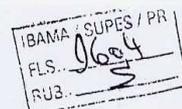
Diante dessa prerrogativa, foi encaminhado ao empreendedor o Ofício nº 200/2001-Gab/IBAMA/PR, em 31/05/2001 (fls. 1562), solicitando complementações do EIA/RIMA da Usina de São Jerônimo, decisão tomada pela equipe técnica do IBAMA, em reunião realizada em 27/04/2001, as quais deveriam ser atendidas pela COPEL no prazo legal.

Cabe ressaltar, que, neste período foi realizado pela ANEEL – AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, o Leilão nº 002/2001, que concedeu a COPEL a Outorga de Concessão de Uso de Bem Público para exploração de aproveitamento hidrelétrico, para implantação da UHE de São Jerônimo.

No entanto, apenas em 12/06/2002 (fls.1.592), a empresa interessada, através do documento CSJ-C-028/2002, solicita o agendamento de reunião com a finalidade de apresentar todos os parâmetros considerados no processo de escolha quanto à localização do barramento e solicita a prorrogação dos prazos relativos à apresentação dos estudos complementares.

Ora, após decorridos mais de 12 meses o empreendedor apresenta requerimento solicitando a prorrogação de prazo e agendamento de reunião, sem sequer justificar a demora para o cumprimento das complementações solicitadas por este Instituto.

Logo, conclui-se o descaso por parte do empreendedor tanto no que diz respeito as recomendações que lhe foram enviadas por este Órgão, como também pelo empreendimento por ele defendido.



Constata-se a falta de zelo por parte da interessada, uma vez que, em momento algum se dignou a justificar o descumprimento do prazo para complementar os estudos por ele apresentados, que frise-se encontram-se incompletos, pois até a presente data não foram apresentados.

O que é de se admirar, pois conforme argumenta a empreendedora, o desenvolvimento da atividade pretendida seria imprescindível para o futuro abastecimento de energia elétrica não apenas do Estado do Paraná mas também para outros Estados da Federação.

Diante disso, pergunta-se, qual a importância da implantação da UHE de São Jerônimo, se a interessada, COPEL, descumpra as exigências do órgão ambiental licenciador e sequer atende os prazos estabelecidos nas normas ambientais?

Assim, vejamos o que estabelece o art. 15 da Resolução CONAMA nº 237/97:

“Art. 15. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos e complementações, formuladas pelo órgão ambiental competente, dentro do prazo de 4 (quatro) meses, a contar do recebimento da respectiva notificação.

Parágrafo único – O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com concordância do empreendedor e do órgão ambiental competente.”

Conforme prevê o dispositivo mencionado, há que se observar o prazo de 4 meses para o atendimento às solicitações do órgão ambiental competente, o que, no caso em questão, não foi observado. Desta forma, o art. 16 da mesma Resolução assim prescreve:

“Art. 16. O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos 14 e 15, respectivamente, sujeitará o licenciamento à ação do órgão que detenha competência para atuar supletivamente e o empreendedor ao arquivamento de seu pedido de licença.”

Pelo exposto, sugerimos o arquivamento do presente procedimento pelo descumprimento ao disposto no art. 15 da Resolução do CONAMA nº 237/97, visto que não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, devendo obedecer os mesmos procedimentos, mediante o novo pagamento de custo.

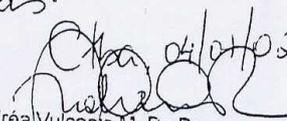
É o parecer que submeto a sua consideração.

Curitiba, 01 de julho de 2.002.


Debora Cristina Müller
OAB/PR 32.074

meusdoc/debora/pareceres/p2150

*Acolho o parecer
supra -
Encaminho-se ao
N.L.A para providências.*


Andréa Vuicenis M. De Paiva
Procuradora Chefe
IBAMA/PP

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS

"PROJETO HIDRELÉTRICO SÃO JERÔNIMO : CONTRASTES E CONFLITOS"

ENTREVISTADOR: Amauri Duarte

ÁREA DE ENTREVISTA: Municípios de: São Jerônimo da Serra, Assai e Tamarana (PR)

- 1 MUNICÍPIO: São Jerônimo da Serra
 Assai
 Tamarana
- 2 DISTRITO/BAIRRO _____
- 3 ATIVIDADE: religiosos: [] católicos [] evangélicos
e políticos: [] PSDB (situação) [] PT (oposição) - 2000/2001
grupo social agricultores [] pequeno [] médio
 fazendeiros
 comerciantes
 indígenas [] Apucarantina [] São Jerônimo [] Barão de Antonina
 profissionais da educação
- 4 Posição com relação à UHE de São Jerônimo contrário favorável
- 5 Expectativa pós-construção a região vai crescer haverá mais empregos
 haverá asfalto ficará mais perto de Londrina
- 6 Veículo de informação sobre a UHE radio jornal televisão população
 escola igreja sindicato entidade pública
- 7 Conhecimento sobre processo de construção de uma Usina Hidrelétrica
 EIA/RIMA custo-benefício obras compensatórias obras mitigatórias
 plebiscito Ação Civil Pública IBAMA/IAP Legislação Ambiental
- 8 Opinião sobre os impactos: questão indígena sítios arqueológicos terras férteis
(priority de preocupação) influencia no clima mudanças de atividades fauna/flora
- 9 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 10 OPINIÕES SOBRE AS ENTIDADES ENVOLVIDAS COM O PROJETO DA UHE SÃO JERÔNIMO

